



Adoração, Santidade e Serviço

Os princípios de Deus para a sua
Igreja em Levítico

Claudionor de Andrade



Adoração, Santidade e Serviço

Adoração, Santidade e Serviço

Os princípios de Deus para a sua
Igreja em Levítico

Claudionor de Andrade

1ª Edição



CPAD

Rio de Janeiro
2018

Todos os direitos reservados. Copyright © 2018 para a língua portuguesa da Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Aprovado pelo Conselho de Doutrina.

Preparação dos originais: Cristiane Alves

Capa: Wagner de Almeida

Projeto gráfico e Editoração: Elisangela Santos

Produção de ePub: [Cumbuca Studio](#)

CDD: 220 - Comentário Bíblico

ISBN: 978-85-263-1611-9

ISBN digital: 978-85-263-1626-3

As citações bíblicas foram extraídas da versão Almeida Revista e Corrigida, edição de 1995, da Sociedade Bíblica do Brasil, salvo indicação em contrário.

Para maiores informações sobre livros, revistas, periódicos e os últimos lançamentos da CPAD, visite nosso site: <http://www.cpad.com.br>.

SAC — Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800-021-7373

Casa Publicadora das Assembleias de Deus

Av. Brasil, 34.401, Bangu, Rio de Janeiro – RJ

CEP 21.852-002

1ª edição: Abril/2018

DEDICATÓRIA

À minha querida esposa, Marta de Jesus Doreto de Andrade, por seu incentivo e orações durante a feitura deste livro. Sem a sua ajuda, eu não teria chegado até aqui.

Autora, comentarista de lições bíblicas infanto-juvenis, tradutora e expositora da Bíblia Sagrada, ela vive intensamente as sagradas letras.

Obrigado, Senhor, pela vida da Marta.

PREFÁCIO

Jamais me imaginei a comentar o livro de Levítico. Nessa porção das Sagradas Escrituras, sempre via dificuldades intransponíveis. Afinal, como lidar com regras tão minuciosas? E aquelas descrições pormenorizadas? E quanto às recomendações que se repetem aqui e ali? Uma coisa é ler o Gênesis e os primeiros capítulos de Êxodo. Outra bem diferente é deter-se nas últimas seções de Êxodo e em cada versículo do Levítico.

Todavia, o segundo e o terceiro livros da Bíblia não poderiam ser diferentes. Quando se lê a segunda parte do Êxodo, tem-se a impressão de que um arquiteto a escreveu. A descrição do Tabernáculo e de sua mobília é rigorosamente técnica. As medidas são exatas. Os materiais requisitados não admitem sucedâneos. Sobre as fórmulas dos santos óleos e incensos, o que dizer? É trabalho de químico; perfumista de escol. Tudo foi realizado com exclusividade para a glória e para a honra de Jeová.

Na leitura do Levítico, a situação não é diferente. Já nos primeiros capítulos, percebemos que o livro todo é um manual de cerimônias e ritos, cujo objetivo é proporcionar um culto perfeito a Jeová. Nenhuma falha é admitida. Se o incenso não pode ser estranho, o fogo que o queimará no altar de ouro não deve ser retirado de fonte ilícita. Caso contrário, o oficiante terá o mesmo fim de Nadabe e Abiú.

Em suas páginas, não há espaço para coisas e pessoas impuras. Nada

profano é admitido. Se os animais oferecidos ao Senhor devem ser perfeitos e limpos, quem os oferece tem de ser santo, puro e isento de falhas. A perfeição divina tem de ser refletida em cada gesto e ato cultual. Que o culto seja perfeito como Perfeitíssimo é o cultuado. Santifique-se, pois, o adorador para que se apresente diante do Deus que está a exigir de cada um de seus filhos: “Portanto, santificai-vos e sede santos, pois eu sou o SENHOR, vosso Deus” (Lv 20.7).

Confesso que, se me fosse possível, teria passado a tarefa a alguém mais afeito a essa seção da literatura divina. Todavia, quis o meu Deus que eu a comentasse. Não me restando alternativa; aceitei o desafio em nome de Jesus.

Primeiro, comentei as 14 lições da Escola Dominical para a classe dos adultos referentes ao terceiro trimestre de 2018. Durante esse labor, fui submetido a toda sorte de provações. Quase desisti da tarefa. O meu Deus, porém, intervindo em todos os momentos críticos e aflições, fortaleceu-me e ajudou-me a chegar até aqui.

O que posso dizer? Sem Ele, nada posso fazer. Com Ele, todavia, chegarei aos confins da terra com a mensagem do Evangelho. Assim sendo, não se esqueça de mim em suas orações. Que o nome de Cristo seja exaltado em todas as instâncias de minha vida.

Eu amo o Senhor Jesus Cristo.

Rio de Janeiro, verão de 2018.

SUMÁRIO

Dedicatória

Prefácio

Cap 1. Levítico, Adoração e Serviço ao Senhor

Cap 2. A Beleza e a Glória do Culto Levítico

Cap 3. Os Ministros do Culto Levítico

Cap 4. A Função Social dos Sacerdotes

Cap 5. Santidade ao Senhor

Cap 6. A Doutrina do Culto Levítico

Cap 7. Fogo Estranho Diante de Deus

Cap 8. A Sobriedade na Obra de Deus

Cap 9. Jesus, o Holocausto Perfeito

Cap 10. Ofertas Pacíficas para um Deus de Paz

Cap 11. A Lâmpada Arderá Continuamente

Cap 12. Os Pães da Proposição

Cap 13. As Orações dos Santos no Altar de Ouro

Cap 14. Entre a Páscoa e o Pentecostes

Recomendações Bibliográficas

1 LEVÍTICO, ADORAÇÃO E SERVIÇO AO SENHOR

INTRODUÇÃO

Embora seja visto, às vezes, como um manual de cerimônias estressante e monótono, o livro de Levítico vai além das celebrações e ritos que prescreve. No cânon divino, surge como parte viva, orgânica e essencial da História Sagrada. Por essa razão, sua atualidade não pode ser ignorada por nenhum cristão. Isso não significa, porém, que devamos submeter-nos à sua liturgia que, como muito bem explica o apóstolo Paulo, cumpriu-se plenamente em Cristo. Enveredando-se pelo caminho dos judaizantes, os gálatas caíram da graça; quase pereceram. Os princípios teológicos e devocionais de Levítico, todavia, são eternos; eram necessários ontem e continuam imprescindíveis hoje.

Nessa porção sagrada, deparamo-nos com três palavras-chave: adoração, santidade e serviço. Tais proposições servem de alicerce tanto à congregação israelita quanto à Igreja de Cristo. Ambas precisaram aprender, cada uma a seu tempo, a adorar a Deus e a reconhecê-lo como o Criador, Senhor e Mantenedor de todas as coisas. Em seguida, aprendemos com Moisés e Arão que, para agradar ao Senhor, temos de apartar-nos do mundo e separar-nos exclusivamente ao serviço divino. Eis o cerne da santificação preconizada em cada seção do livro de Levítico.

Já em suas primeiras linhas, é possível concluir que a adoração nada é sem a santificação, e a santificação, por sua vez, nenhum valor terá se não resultar em serviços ao Reino de Deus. Aqui está o fulcro do terceiro livro do Pentateuco. Ao chegarmos à última etapa desta obra, concluiremos: o Levítico

é tão vivo, hoje, como no dia em que Moisés, inspirado pelo Espírito Santo, lavrou-o num papiro a caminho da Terra Prometida.

I. LEVÍTICO, UM LIVRO POR EXCELÊNCIA

À semelhança dos demais livros do Cânon Sagrado, o Levítico destaca-se por sua singularidade, origem e excelência. Vejamos, em primeiro lugar, a razão de seu nome e de sua estrutura.

1. O nome do livro. No original hebraico, o livro de Levítico é conhecido por suas palavras iniciais: *Vaicrá* que, literalmente, significam “e chamou” (Lv 1.1). Numa primeira instância, veremos, nesse enunciado, um chamado indireto de Deus a Moisés a escrever a terceira porção do Pentateuco. Em seguida, enxerguemo-la como a vocação direta de Deus a Israel a reerguer-se como nação santa, profética, real e sacerdotal.

Vaicrá tem, ainda, mais duas traduções possíveis: “e separou” e “e santificou”. Teologicamente, o chamado de Deus implica em nossa separação do mundo e em nossa imediata santificação ao serviço de seu Reino.

Na erudição judaica, o livro é conhecido também como *Torath Kohanim* – *A Lei dos Sacerdotes*.

Já na Septuaginta, a versão grega do Antigo Testamento, o livro recebe o nome de *Leuitikon*, denotando-lhe o tema e o propósito: as coisas pertencentes ao ministério dos levitas. No latim, a sua designação é *Leviticus*. E, tendo em vista a origem românica do idioma português, nossos tradutores houveram por bem denominá-lo de Levítico pelas razões já apontadas.

2. Estrutura do livro. Terceiro livro das Sagradas Escrituras, o Levítico é composto por 27 capítulos, 859 versículos e, aproximadamente, 24 mil palavras. Nele, são encontrados mandamentos, proposições, narrativas e profecias. Em suas páginas, há 26 promessas quanto ao proceder obediente de quem professa adorar a Deus.

3. Singularidade do livro. O Levítico é um livro singular por duas razões: 1) É o único manual que temos na Bíblia referente à forma correta de se adorar a Deus; e 2) Embora dirigido aos sacerdotes, foi redigido por um profeta (Lv 1.1).

4. As divisões de Levítico. Utilizaremos *A Bíblia Explicada* para esboçar o Levítico. Esse livro sagrado, de acordo com S. E. Macnair, pode ser dividido em nove seções principais: 1) As ofertas (caps. 1—6.7). 2) A lei das ofertas (caps. 6.8—7.38). 3) Consagração (caps. 8.1—9.24). 4) Uma transgressão e um exemplo (cap. 10.1—20). 5) Um Deus santo exige um povo santo (caps. 11—15). 6) Expição (cap. 16). 7) A conduta do povo de Deus (caps. 17 e 22). 8) As festas de Jeová (cap. 23). 9) Instruções e avisos (caps. 24—27).

5. Origem divina e humana do livro. À semelhança dos demais livros das Sagradas Escrituras, o Levítico é um texto verdadeiramente humano e verdadeiramente divino. Sua autoria fica bem patente logo no primeiro versículo: “E chamou o SENHOR a Moisés, e falou com ele da tenda da congregação” (Lv 1.1).

O livro tem como fonte o próprio Deus e, como medianeiro, Moisés. Inspirado pelo Espírito Santo, o profeta e legislador dos hebreus redigiu-o e encarregou-se de transmiti-lo aos levitas e aos demais filhos de Israel, seus leitores e ouvintes imediatos, e, depois, a nós, a Igreja de Cristo. É uma obra, pois, de dupla procedência e autoria: divino-humana.

6. Excelência literária do livro. Que o livro de Levítico é inspirado pelo Espírito Santo, não há dúvida. Nós ouvimos a voz de Deus em cada uma de suas páginas; é um texto comprovadamente divino. Todavia, o que podemos dizer acerca de suas qualidades literárias?

Apesar de ser uma obra técnica, o Levítico não se perde naqueles jargões e tecnicismos que caracterizam os manuais. O seu autor humano, sempre

guiado pelo Espírito de Deus, redigiu-o de tal forma que, passados mais de três milênios, sentimo-lo como se tivesse acabado de ser escrito. É importante observarmos que a sua redação não secciona a narrativa *pentateutica* da peregrinação dos israelitas à Terra Prometida.

Moisés escreveu o Levítico com tanto “engenho e arte”, que se tem a impressão de que essa porção da Bíblia Sagrada é a continuidade do Êxodo e a transição natural para os livros de Números e Deuteronômio. Temos, pois, diante de nós, uma obra de comprovada excelência literária. É bela e sublime; em seu gênero, inigualável.

II. A CERTEZA DA AUTORIA MOSAICA

Neste tópico, ressaltaremos as qualidades literárias de Moisés. Em seguida, veremos o idioma e a escrita usada pelo autor sagrado.

1. Deus, o autor divino. Do primeiro ao último versículo de Levítico, sente-se claramente que Deus é o seu autor (Lv 1.1). Tal convicção não advém apenas das reivindicações formais do livro; advém, principalmente, da experiência do leitor com a obra. Pelo menos essa é a minha experiência pessoal.

Do início ao final de Levítico, o Senhor dirige-se a Moisés em 38 ocasiões diferentes. Patenteia-se, dessa forma, a origem divina da terceira seção do Pentateuco. Não há dúvida: é a palavra inspirada, inerrante e completa de Deus.

2. Moisés, o autor humano. Não exagero ao afirmar que Moisés foi o homem mais sábio que o mundo já conheceu. É claro que faço essa afirmação depois de excetuar o Senhor Jesus Cristo que, além de sapientíssimo, era e é a própria sabedoria. Aliás, Ele é a Palavra de Deus encarnada. Nesse sentido, toda a palavra do Levítico era, essencial e tipologicamente, o oráculo do Filho de Deus.

Vejamos algumas qualidades literárias de Moisés.

Educado na corte faraônica, Moisés tornou-se um homem poderoso em palavras e obras. Sua cultura não se restringia ao Egito; era universal. Ele podia transitar por todo o Oriente Médio sem constrangimento algum. Já refugiado em Canaã, entrou em contato com a escrita sinaítica: um meio termo entre a pictografia egípcia e o alfabeto assurítico, que, no tempo de Esdras, seria adotado pelos escribas judeus.

Ali, nos prados midianitas, Moisés foi induzido, providencialmente, a trocar a primeira forma de escrita pela segunda. Em termos técnicos, pode-se considerar os signos sinaíticos como uma espécie de alfabeto. Será que os intelectuais egípcios conheciam os signos do Sinai? Talvez. Mas, à semelhança dos chineses, resolveram manter o seu complexo sistema de linguagem, a fim de não popularizar o conhecimento.

O estilo literário de Moisés foi divinamente forjado no deserto. Fugindo às ladainhas egípcias, foi conduzido didaticamente a sair da movediça e fantástica literatura faraônica até firmar-se num estilo firme, racional e próprio da literatura histórico-profética. Nesse período, deixa-se impregnar pela dicção poética, campesina e pastoral de seu povo. E, assim, depois de quarenta anos no exílio e, após muito pensar, o filho de Anrão e Joquebede estava preparado a lavrar as palavras que Deus, por intermédio do Espírito Santo, assoprar-lhe-ia na alma.

3. O idioma original. Ao ser intimado por Deus a ser o pai da nação eleita, Abraão ainda não falava o hebraico, embora fosse reconhecido como hebreu (Gn 14.13). Seu idioma materno era, mui provavelmente, um caldaico primitivo que ainda lutava por desvencilhar-se das influências dialetais da Acádia. Nesse sentido, a língua de suas peregrinações pode ser classificada como pré-hebraica. Isso porque, em suas caminhadas por Canaã foi mesclando sua língua materna aos diversos falares cananeus. Como estes se expressavam em línguas igualmente semíticas, o patriarca não teve

dificuldades em transitar pelos diversos reinos cananeus e, com estes, negociar e estabelecer alianças. O capítulo 14 de Gênesis mostra, implicitamente, a desenvoltura linguística de Abraão entre os povos de Canaã. Seria como um lusófono, alguém que fala português, a andejar numa área onde predominasse a hispanofonia, uma comunidade linguística que envolve todas as pessoas que têm em comum a língua espanhola.

Nos lábios dos patriarcas, a língua hebraica foi sendo paulatinamente formada ao longo de cinco séculos: do chamado de Abraão ao chamamento de Moisés. Um período que vai, de acordo com a cronologia bíblica geralmente aceita, do ano 2.000 a 1.500 a.C.

A estadia de Israel no Egito foi decisiva à consolidação do idioma hebraico. Ali, na distante Gósen, isolada no delta oriental do Nilo, os israelitas puderam desenvolver o seu idioma, livres das influências linguísticas dos cananeus e dos egípcios. Apesar de residirem no Egito, os filhos de Israel não mantinham contato com os habitantes da terra, uma vez que estes os consideravam abominação (Gn 46.34). Os súditos de Faraó não toleravam pastores de ovelhas, pois tinham o gado vacum e ovino como divindade.

Por conseguinte, quando o Senhor chamou Moisés a escrever os primeiros cinco livros da Bíblia Sagrada, a língua hebraica já estava devidamente formada. Faltava-lhe, porém, um sistema de escrita. Que signos adotar? Os hieróglifos egípcios? Ou a escrita cuneiforme das antigas Suméria e Acádia? Se Moisés tivesse optado quer pelos primeiros quer pela segunda, hoje não teríamos acesso às revelações do Gênesis e às narrativas da redenção de Israel.

4. A escrita pentatêutica. Foi nesse período que Moisés descobriu a escrita sinaítica. Se comparada aos hieróglifos egípcios e às cunhas mesopotâmicas, ela pode ser considerada, de fato, um sistema alfabético. No entanto, prefiro classificá-la de pré-alfabética por duas razões: ela ainda estruturava-se em sinais pictóricos, e estava bem longe de usar vogais em seus fonemas. Mesmo assim, era um avanço admirável em relação às grafias dos vales do Nilo e do

Eufrates.

O que poderia ter acontecido se Moisés, ao invés de usar a escrita sinaítica, tivesse optado pela egípcia ou pela mesopotâmica? Certamente, hoje, a História Sagrada seria um amontoado de signos incompreensíveis e sujeitos às mais bizarras interpretações. Aliás, nem os próprios israelitas achariam nelas qualquer sentido. Mas, graças a Deus, o profeta foi não apenas inspirado a escrever inerrantemente o Pentateuco, como também foi dirigido, pelo mesmo Espírito, a escolher o sistema de escrituração mais eficaz da época, para narrar os princípios da História Sagrada até a libertação completa dos hebreus. O alfabeto sinaítico (chamemo-lo assim) foi rapidamente assimilado pelos sábios de Israel que, sempre dirigidos e supervisionados pelo Espírito Santo, puderam dar continuidade à História Sagrada. Josué, Samuel, Davi e Gade, por exemplo, tornaram-se mestres na escrita do Sinai; grandes literatos (Js 24.26; 1 Sm 10.25; Sl 45.1). Aliás, pelo que inferimos de algumas passagens, era um sistema já bastante utilizado naquela região (Jz 8.14).

Na verdade, a escrita sinaítica nasceu entre os fenícios que, já naqueles dias, dominavam o comércio na região do Oriente Médio. E, para agilizar suas escriturações contábeis, entenderam por bem criar um sistema de registro mais dinâmico e eficaz. E, tendo como base os hieróglifos egípcios, elaboraram um pré-alfabeto que, séculos depois, seria adotado e aperfeiçoado pelos gregos e romanos.

Se bem atentarmos à história de Israel, perceberemos que, durante o exílio babilônico, os judeus vieram a trocar, de fato, o seu alfabeto pelo assurítico. Denominado escrita quadrática, devido à forma de suas letras, foi introduzido na cópia das Sagradas Escrituras mui provavelmente por Esdras. O eruditíssimo doutor e escriba, aliás, foi quem procedeu a última reforma editorial e gráfica do Antigo Testamento. Sem o seu trabalho, as Sagradas Escrituras corriam o risco de se tornarem um todo incompreensível. E, dessa maneira, viriam a cair no esquecimento.

O hebraico, como o lemos hoje no Antigo Testamento, é um legado tanto

de Moisés quanto de Esdras, intermediados por filólogos como os homens de Ezequias (Pv 25.1).

A Moisés coube uma tripla e difícilíssima tarefa: adaptar a escrita sinaítica às necessidades linguísticas de Israel; gramaticar o hebraico e, finalmente, torná-lo uma língua literária. Nesse sentido, Moisés está para o hebraico como Martinho Lutero (1483-1546) está para o alemão. Sem o trabalho de ambos, separados por trinta séculos, hoje não teríamos nem a língua hebraica nem a alemã. Moisés, por esse motivo, não foi apenas o maior profeta da História Sagrada, foi também um dos maiores linguistas e filólogos que o mundo já conheceu. Infelizmente, os eruditos seculares, sempre preocupados em desconstruir a Bíblia, ainda não atentam a esse fato. Quanto a Esdras, coube-lhe uma missão dupla e igualmente difícilíssima. Em primeiro lugar, adaptou o alfabeto assurítico, usado pelos falantes do aramaico, ao hebraico do exílio. Já resolvido o problema alfabético, o grande e bem-conceituado doutor pôs-se a revisar linguisticamente as Escrituras Sagradas até então lavradas. Sua revisão, frisamos, não avançou além do campo filológico; ele não fez nenhuma mudança de conteúdo, pois a própria Escritura, a fim de preservar-se, proibia-o terminantemente (Pv 30.5,6; Ap 22.18.19). E, sobre as adaptações linguísticas, os editores sagrados não esconderam a sua participação (Gn 22.14; Dt 3.14; 1 Sm 5.5).

A mudança da escrita sinaítica para o alfabeto assurítico, conhecido hoje como hebraico, começou a ser feita no exato momento em que Daniel e seus companheiros chegaram à corte babilônica. Eles foram não somente obrigados a aprender a língua e a cultura dos caldeus, mas também constrangidos a assimilar o seu alfabeto (Dn 1.4). Afinal, os documentos oficiais eram redigidos, inicialmente, em arameu e no alfabeto assurítico, e, depois, nas demais línguas e alfabetos.

Hoje, temos o livro de Levítico na Bíblia Hebraica, não mais na escrita sinaítica, mas no sistema alfabético assurítico. Concernente à língua hebraica, em si, o que podemos dizer? O hebraico falado no tempo de Esdras seria

perfeitamente inteligível a um israelense de nossos dias. Deus, portanto, reservou os meios mais eficazes (alfabeto, língua e trabalho editorial), para que tivéssemos, hoje, a sua Palavra como Ele a inspirou a Moisés e aos demais profetas.

III. OCASIÃO, O NASCIMENTO DE ISRAEL

Ao datarmos a redação do livro de Levítico, temos de levar em consideração três coisas muito importantes: a ocasião da obra, a peregrinação e o aparente atraso e, finalmente, o estabelecimento da congregação israelita no deserto.

1. A data da redação do Levítico. De acordo com a cronologia bíblica geralmente aceita, o livro de Levítico foi escrito por Moisés em 1445 a.C.. É claro que essa data não pode ser considerada exata, mas também não é absurda nem pode ser descartada. E, se levarmos em conta Êxodo 40.7, veremos que a redação da terceira parte do Pentateuco começou a ser feita um ano depois de os israelitas terem saído do Egito. Foi nessa ocasião, ainda, que o Senhor ordenou fosse erguido o Santo Tabernáculo no deserto.

2. O período do Levítico. Moisés escreveu o Levítico num momento particularmente difícil da história de Israel. Os israelitas tinham acabado de sair de uma segunda apostasia. A primeira, como se recorda, foi o episódio do bezerro de ouro (Êx 32). Mas a segunda, embora não tivesse como motivação a idolatria, foi pior do que a primeira; tinha como fundamento a incredulidade que, a partir daquele momento, tornar-se-ia crônica na vida dos judeus.

Embora conhecessem a promessa feita por Deus a Abraão, os hebreus, contaminados pelo desânimo, não se animaram a apossar-se de Canaã. Foram, por isso, condenados a peregrinar no deserto por quarenta anos (Nm 14.34). Em meio a essa rebelião e apostasia, foi que Moisés, inspirado pelo Espírito Santo, escreveu o Levítico, a fim de ensinar o povo a adorar o Deus

Santo, Vivo, Único e Verdadeiro.

3. A peregrinação e o atraso. Não fossem as duas grandes apostasias, Israel teria chegado a Canaã em, no máximo, dois meses. Mas, em consequência de seus pecados, os hebreus tiveram de voltar o Sinai por um período de quarenta anos, até que toda aquela geração de incrédulos caísse no deserto e, no deserto, fosse sepultada. Sem esse longo contratempo, o livro de Levítico poderia ter sido escrito em Canaã, sob circunstâncias mais favoráveis. E, quem sabe, o lamentável episódio de Nadabe e Abiú teria sido igualmente evitado, pois ambos, frutos daquela incredulidade, eram tão culpáveis quanto os dez espias que esparramaram o desalento pelo arraial hebreu.

Todavia, como o cronograma redentivo de Deus não pode ser atrasado pelas circunstâncias, aprouve ao Senhor entregar as regras e mandamentos levíticos em pleno Sinai. E, dessa forma, a nova geração de Israel adentraria Canaã com uma disposição renovada, apossando-se de vez da terra que mana leite e mel. Sendo assim, podemos dizer que o atraso ocorrido na peregrinação dos israelitas em direção à Terra Prometida foi providencial e didático. Sem a longa estadia no deserto, Israel jamais alcançaria o seu *status* de nação profética, sacerdotal e real.

4. A congregação no deserto. Foi nesse período conturbado, que Deus ordenou a construção do Santo Tabernáculo. Neste ponto, vejo-me obrigado a levantar esta questão: se não fossem as duas apostasias de Israel, no Sinai, a tenda de adoração seria necessária?

Que os israelitas careciam de um centro de adoração ninguém o pode negar. Entretanto, se a peregrinação tivesse durado apenas sessenta dias, um tempo mais do que razoável, acredito que, ao invés de um santuário portátil, os israelitas seriam instruídos, pelo Senhor, a erguer uma casa definitiva. Isso, porém, só viria a acontecer quatro séculos depois da entrada de Israel em seu território. A desobediência traz retardos e atrasos em todos os sentidos. Eis

porque devemos primar por uma vida de obediência ao Senhor.

IV. OS OBJETIVOS DE LEVÍTICO

À primeira vista, o livro de Levítico é um manual de cerimônia como outro qualquer. Todavia, uma leitura mais atenta leva-nos a ver, em suas páginas, pelo menos cinco objetivos: doxológico, hagiológico, didático, diaconológico e missiológico.

1. Objetivo doxológico. No Êxodo, o Senhor demanda de seu povo uma adoração perfeita. Já no Levítico, ensina Ele, a esse mesmo povo, como alcançar esse alvo. Em suas páginas, observamos que, além da intenção do adorador, a adoração tem de processar-se de maneira correta e santa, pois o Senhor busca os que o honram em espírito e em verdade. Por isso, a partir do sacerdócio araônico, a adoração passa a ser considerada um serviço a ser prestado regular e corretamente ao Deus Santo e Verdadeiro.

A doxologia é o primeiro e mais elevado objetivo do livro de Levítico. Eis porque, no cerne de todo sacrifício e oferta, tem de estar o coração e a alma do adorador. Menos que isso é inaceitável.

2. Objetivo hagiológico. A hagiologia não se limita a estudar a vida dos homens santos; seu objetivo inclui a pesquisa de coisas tidas como santas e o processo de santificação que as acompanha. Por essa razão, temos de ver os estágios de santificação de Israel como o segundo objetivo de Levítico. Isso porque, o Deus Santo e Verdadeiro requer, de seus adoradores, a mesma santidade e a mesma verdade. Aliás, o texto áureo desse livro é bastante claro quanto aos seus objetivos hagiológicos: “Fala a toda a congregação dos filhos de Israel, e dize-lhes: Santos sereis, porque eu, o SENHOR vosso Deus, sou santo” (Lv 19.2).

A hagiologia bíblica abrange um duplo processo. O primeiro é separar o homem do mundo, para que ele, pelos meios da graça, santifique-se ao

Senhor. O segundo leva esse mesmo homem, já separado do mundo, a santificar-se para o serviço de Deus. Conclui-se que a doxologia só há de ser perfeita se a hagiologia for completa na vida de quem professa amar e servir ao Senhor.

3. Objetivo didático. Mas, como alcançar os objetivos doxológicos e hagiológicos demandados no livro de Levítico? A fim de que a adoração de Israel fosse perfeita, o Senhor providenciou um amplo e eficaz aparato didático. Somente assim o perfeito e santo Deus seria perfeita e santamente adorado.

Devemos, portanto, ver como didáticos os livros de Êxodo e de Levítico, pois o objetivo de ambos é conduzir Israel, para que este, perfeita e completamente instruído, viesse a servir a Deus em espírito e em verdade.

Se levarmos em conta os ensinamentos das epístolas endereçadas aos gálatas e aos cristãos hebreus, veremos o Santo Tabernáculo como um jardim de infância, no qual os israelitas, sempre conduzidos pelas mãos de Arão e de Moisés, deveriam aprender os primeiros rudimentos das verdades divinas (Gl 3.24,25).

Infelizmente, eles recusaram-se a crescer na graça e no conhecimento do Senhor; optaram por ficar na escola de pré-alfabetização; não avançaram jamais. Vendo esse retardo atingir inclusive os cristãos, o autor sagrado exorta-os a deixar os tipos e emblemas dos bens futuros e, nestes, fixarem-se (Hb 9.11; 10.1).

Hoje, não são poucas as igrejas evangélicas gentias que, embevecidas pelo esplendor do culto hebreu, buscam reviver festas e cerimônias judaicas, como se o templo cristão fosse mera sinagoga. Nosso compromisso com Israel é orar pela paz de Jerusalém, para que os filhos de Abraão retornem o mais depressa possível à sua herança, conforme preconizam os santos profetas. Quanto a nós, já saímos do jardim de infância espiritual. Eis porque devemos cumprir a terceira ordenança de Jesus: evangelizar até aos confins da terra.

4. Objetivo diaconológico. Que Israel fora chamado a servir a Deus era algo que não podia ser ignorado nem pela nação como um todo, nem pelo adorador em particular. A doxologia, a hagiologia e a didática tinham de resultar, naturalmente, na diaconia de quem professa conhecer o Deus Único e Verdadeiro. Israel deveria erguer-se, necessária e urgentemente, como a comunidade servidora por excelência. Mas não foi isso que aconteceu. Os judeus tardaram em reconhecer a natureza de sua missão como filhos de Deus e herdeiros de Abraão. Se nos detivermos no espírito de Levítico, constataremos que o seu principal objetivo era preparar um povo obreiro ao Senhor.

5. Objetivo missiológico. O verdadeiro santo não é aquele que se limita a não praticar o mal; é aquele que, apartando-se do mal, deleita-se em fazer o bem e servir a Deus. Refugiar-se num convento pode até ser eficiente para quem busca fugir à avareza, à prostituição e às intemperanças. Todavia, tal refúgio impedir-nos-á de praticar o bem. E quem sabe praticar o bem e não o pratica ofende a Deus; faz-se tão pecador como aquele que, intemperando-se, lança-se a todos os excessos. Por essa razão, entendamos de uma vez por todas: fomos salvos para divulgar o testemunho de Jesus Cristo.

Tal ensino pode ser encontrado na essência de Levítico. Portanto, à semelhança dos demais livros das Sagradas Escrituras, ele é, também, um livro missiológico. Se Israel, compenetrando-se de sua missão como povo de Deus, observasse os seus mandamentos, teria partido dali mesmo, em pleno deserto, a anunciar as grandezas de Deus. Mas, recolhido aos seus privilégios, limitou-se a reagir às agressões dos gentios. De que modo estamos agindo como Igreja de Deus? Agimos? Ou limitamo-nos a reagir às circunstâncias? Santifiquemo-nos! Testemunhemos de Cristo em toda e qualquer circunstância.

CONCLUSÃO

Conforme tivemos a oportunidade de ver, o livro de Levítico não é um simples manual de cerimônias. Se o lermos com reverência e cuidado, constataremos estarmos diante de um livro, cuja principal reivindicação é a nossa santificação para servir a Deus. O Senhor intima-nos a ser santos, porque Ele é santo. Mas que a nossa santidade não venha a isolar-nos do clamor do mundo. Embora separados deste, neste ainda estamos. Eis porque, como santos de Deus, temos o dever de apregoar a mensagem do Evangelho por todo o mundo.

O livro de Levítico continua tão atual, hoje, como no dia em que Moisés, inspirado pelo Espírito Santo, o escreveu. Que Deus nos ajude e, por intermédio do Espírito Santo, santifique-nos a cada dia.

2 A BELEZA E A GLÓRIA DO CULTO LEVÍTICO

INTRODUÇÃO

Em virtude de sua natureza didática e tipológica, o culto levítico tinha de ser majestoso e belo; um reflexo da glória do Deus de Israel. Sua liturgia, por isso mesmo, era para ser vista, ouvida e tocada. Nalguns ritos e cerimônias, até o olfato e o paladar do adorador eram contemplados.

Apesar de tantos recursos pedagógicos, somente alguns vieram a descobrir a essência dos procedimentos levíticos: a plena comunhão entre Deus e o seu povo. Esses raríssimos homens e mulheres tornaram-se conhecidos, na literatura profética, como o remanescente fiel.

Neste capítulo, veremos que o culto ao Deus de Abraão não era uma demanda a ser apresentada apenas para Israel; é uma reivindicação de Jeová a todos os habitantes da Terra. Nesse processo, a nação hebreia participaria (como de fato parcial e hesitantemente participou) como intermediária entre os gentios e o Deus Único e Verdadeiro.

Veremos ainda por que o culto é necessário. Neste ponto, somos obrigados a responder a velha pergunta: Por que o homem, mesmo que se confesse ateu, é um ser religioso? E, para concluir, viremos a constatar que o culto levítico, apesar do fracasso temporal de Israel, cumpriu seus propósitos eternos.

I. O CULTO A DEUS NO CORAÇÃO HUMANO

Neste tópico, veremos que o culto divino, para ser perfeito, tem de ser precedido pelo cultivo do coração humano. No âmbito teológico, cultuar e

cultivar são sinônimos; harmonizam-se belamente.

1. Definição do culto divino. A palavra “culto” advém do vocábulo latino *cultus* que, originário do verbo *colere*, descreve o esmero que o lavrador, na antiga Roma, dispensava a terra, a fim de torná-la arável. Inspirados por essa belíssima etimologia, os romanos não demoraram a associar o cultivo do solo às lides religiosas.

Teologicamente considerado, o culto pode ser definido como as honras, deferências e louvores que o homem, já cultivado pela Palavra de Deus, tributa ao Deus da Palavra. No ato cultual, o homem externa o seu reconhecimento a Deus como o Criador, Senhor e Mantenedor de todas as coisas. Para ser verdadeiro, o culto há de ter como fundamento a doutrina dos profetas e apóstolos, conforme a encontramos na Bíblia Sagrada.

Rigorosamente, os louvores carreados a um ídolo não podem ser considerados culto, pois somente Deus é digno de toda adoração: Ele tudo criou e a tudo mantém. Quanto aos ídolos, que tributos merecem? Logo, o culto a um ídolo não é culto, mas idolatria; algo esdrúxulo, bizarro, grotesco.

Se a criatura tem de venerar o que a criou, conclui-se que o ídolo, por ser criação do homem, deveria adorar a esse mesmo homem. Silogisticamente, o homem está para o ídolo, assim como Deus está para o homem. A diferença é que somente Deus pode criar a partir do nada. O homem limita-se a recriar coisas de matérias e refugos já existentes. É por isso que o ídolo, embora exista, não passa de um objeto vil e desprezível.

2. Jesus e o cultivo do coração humano. O nosso relacionamento com Deus requer cuidados e zelos agriculturáveis. Exige atenção, sabedoria, paciência. Foi por isso que o Senhor Jesus assemelhou a pregação do Evangelho ao semear (Mt 13.3-18). Nessa faina, o Semeador ansiará por obreiros e diaristas, para que uma parte da sementeira, ao menos, venha a germinar (1 Co.3.6).

Mas quem, de fato, está a sulcar o coração humano? O Senhor Jesus responde a essa pergunta com surpreendente beleza: “Eu sou a videira verdadeira, e meu Pai é o agricultor” (Jo 15.1, ARA). Se nos voltarmos a Isaías, deparar-nos-emos com o próprio Deus a sulcar o coração de Israel, a fim de fertilizá-lo, para que a boa semente germine: a Palavra da Fé. A descrição do profeta é de uma sublimidade que transcende a poesia:

Agora, cantarei ao meu amado o cântico do meu amado a respeito da sua vinha. O meu amado teve uma vinha num outeiro fertilíssimo. Sachou-a, limpou-a das pedras e a plantou de vides escolhidas; edificou no meio dela uma torre e também abriu um lagar. Ele esperava que desse uvas boas, mas deu uvas bravas. Agora, pois, ó moradores de Jerusalém e homens de Judá, julgai, vos peço, entre mim e a minha vinha. Que mais se podia fazer ainda à minha vinha, que eu lhe não tenha feito? E como, esperando eu que desse uvas boas, veio a produzir uvas bravas? (Is 5.1-4, ARA)

O cultivo do coração de Israel, levado a efeito pelo próprio Deus, não foi suficiente para reconduzi-lo, naqueles dias já distantes e rebeldes, ao culto verdadeiro. A alma israelita em nada diferia daquele terreno pedregoso e cheio de cardos descrito pelo Senhor na Parábola do Semeador.

Sim, o culto divino tem muito a ver com o cultivo da terra. Para se cultuar a Deus tem de se cultivar, antes, o coração do homem.

Dessa explanação, concluímos que o culto ao Deus Único e Verdadeiro não vinga como as ervas daninhas, nem como o joio que, nem bem é lançado ao solo, alastra-se e já sufoca o bom plantio. O culto divino exige uma lavragem zelosa, paciente e constante da alma; um trabalho que, iniciado com o semeador, prossegue com o que rega e com o que, vigilante e atento, impede o inimigo de lançar a cizânia durante as vigílias solitárias e já tomadas pelas trevas (1 Co 3.6).

3. O coração humano e o conhecimento de Deus. A melhor forma de se cultivar o coração humano encontra-se no livro de Oseias: “Conheçamos e prossigamos em conhecer ao SENHOR; como a alva, a sua vinda é certa; e ele descera sobre nós como a chuva, como chuva serôdia que rega a terra” (Os 6.3).

Quanto mais conhecemos a Deus, mais aprofundamos a nossa comunhão com Ele. O coração de Moisés estava de tal forma cultivado pela presença divina que, segundo o derradeiro registro do Deuteronômio, ele já não orava ao Senhor, mas, com o Senhor, falava cara a cara (Dt 34.10-12). O conhecimento que o profeta tinha de Deus transcendia o mero assentimento teológico; era algo experimental, profundo e cotidiano.

4. Os cultivadores do coração humano. Foi para cultivar o verdadeiro culto, no coração hebreu, que o Senhor providenciou profetas, sacerdotes e reis. Cada um desses pedagogos tinha a obrigação de educar o povo na Palavra de Deus e mantê-lo ante o Deus da Palavra. Era uma educação tão perfeita, que levava o israelita a crescer tanto diante de Deus como perante os homens. Samuel, apesar do ambiente em que fora criado, alcançou esse ideal (1 Sm 2.21,26).

Vinha o profeta, e ensinava a nação a guardar os mandamentos divinos. Em seguida, chegava o sacerdote que, intercedendo pelo povo, tornava-o propício diante do Senhor. Quanto ao rei, possuindo este um mandato cristológico, tinha por obrigação sustentar o ofício profético e manter o ministério sacerdotal. Doutra forma, os ministros divinos não teriam condições de desempenhar a sua função. Na Igreja de Cristo, temos obreiros igualmente valiosos, cuja função também é educar-nos na Palavra de Deus (Ef 4.11-16).

No ato de congregar, cultivamo-nos mutuamente por intermédio do louvor, da oração, da celebração da Santa Ceia e, principalmente, da

exposição da Palavra de Deus. Sem as Sagradas Escrituras, a liturgia é inútil.

II. O CULTO LEVÍTICO

O culto levítico é o resultado de um processo litúrgico que, iniciado por Adão, culminou no chamado dos descendentes de Levi, cujo ministério precípua consistia em zelar pela adoração ao Deus Único e Verdadeiro. Neste tópico, veremos os antecedentes do culto hebreu.

1. O culto adâmico. Se Adão não tivesse dado ocasião ao pecado, suas oferendas a Deus, no Éden, teriam consistido apenas em sacrifícios pacíficos e de louvores. Ao invés de ofertas cruentas, limitar-se-ia ele a apresentar ao Senhor as primícias de seu trabalho no paraíso: a exuberância do reino vegetal.

Ao desobedecer ao Criador, o pai da raça humana percebeu que, além das ofertas de paz, teria de apresentar ao Senhor, também, sacrifícios por suas transgressões. Doutra forma, como poderia ele fazer-se propício diante do Santíssimo Deus? Aliás, na morte do animal, ou animais, cujas peles serviram-lhe de vestes, Adão e Eva vieram a entender o mecanismo da expiação (Gn 3.21).

Adão, apesar de sua culpa universal, jamais deixou de ser tratado por Deus como filho amado (Rm 5.12; Lc 3.38). Sem o seu exemplo de arrependimento e de adoração, os cultos que se seguiram, na História Sagrada, não teriam sido possíveis.

2. O culto noético. O culto com que Noé servia ao Senhor tinha, como genealogia, uma sequência de homens santos, piedosos e ousados em sua adoração. O primeiro dessa lista foi Abel, cujo sangue clamou da Terra aos Céus (Gn 4.10). Assim como a morte de Estêvão deflagrou o crescimento da Igreja (At 11.19.20), de igual modo acontecera com o martírio de Abel; o seu exemplo foi imitado por homens como Enos, filho de Sete, cuja vida levou a

linhagem piedosa de Adão a um reavivamento (Gn 4.26).

O culto de Noé era tão excelente que só poderia ser equiparado ao de Jó e ao de Daniel (Ez 14.14). Aliás, esses foram os três varões mais piedosos de toda a História Sagrada. A adoração noética sobressaía-se pela graça divina e constituía-se num poderoso libelo contra uma geração perversa, corrompida, irreversível e blasfema (Gn 6.8,9; Hb 11.7).

Sobrevivendo ao Dilúvio e à apostasia de Cam, o culto noético teve, como herdeiros imediatos, a Sem, a Jó e, finalmente, a Abraão, nosso pai na fé (Gn 9.26; Jó 1.1). Cronologicamente, o patriarca Jó precedeu ao patriarca hebreu, pois, em suas lamúrias, cita Adão, mas não menciona Abraão (Jó 31.33).

3. O culto abraâmico. O culto de Abraão teve início quando ele ainda era um gentio como eu e você, querido leitor (At 7.2). Os próprios israelitas, aliás, reconhecem que o seu grande patriarca não passava de um pagão entre outros pagãos (Dt 26.5). Mas, reconvocado em Harã, obedeceu prontamente ao Senhor (Gn 12.1-4). Já firme na fé, pôs-se a peregrinar por uma terra que, embora sua, tratava-o como estrangeiro (Hb 11.9). Mas, para o crente Abraão, o que mais lhe importava era a sua confiança em Deus. Ele sabia que, além de sua herança terrestre, aguardava-o uma cidade, nos Céus, cujo artífice era o Senhor Todo-Poderoso.

O auge do culto abraâmico deu-se quando o patriarca encontrou-se com Melquisedeque, depois de uma renhida batalha contra uns régulos orientais. Ali, na já querida Salém, ele foi reconhecido pelo rei-sacerdote como servo de Deus e legítimo representante do verdadeiro culto (Gn 14.19,20).

Celebra-se, ali, a proto-ceia do Senhor Jesus, unindo, numa única liturgia, os representantes de ambos os testamentos (Gn 14.18). Nessa celebração, encontrava-se já presente, nos lombos de Abraão, o responsável pelo culto oficial de Israel, conforme a interpretação do autor da Epístola aos hebreus: “E, por assim dizer, também Levi, que recebe dízimos, pagou-os na pessoa de Abraão. Porque aquele ainda não tinha sido gerado por seu pai, quando

Melquisedeque saiu ao encontro deste” (Hb 7.9,10, ARA).

Para mim, o capítulo 14 de Gênesis é o texto de ouro da religião divina. Nessa narrativa, Melquisedeque ergue-se como sacerdote do Deus Altíssimo. E, nessa condição, traz o pão e o vinho consagrados ao crente Abraão, que, pela fé, celebra a redenção do corpo e do sangue de Jesus Cristo. Ao fazê-lo, mostra a eternidade do sacrifício vicário do Filho de Deus. Naquele ato, Levi, em Abraão, curva-se ao Novo Testamento.

Com base nesse texto sagrado, declaramos que existe apenas uma religião abraâmica: a religião do Deus Único e Verdadeiro. Esta, por seu turno, manifestou-se plenamente na vinda de Jesus Cristo, conforme explica muito bem o autor da Epístola aos Hebreus, na introdução de sua carta. Portanto, considerar o Islã uma religião abraâmica é desconhecer o espírito do Antigo Testamento. Rigorosamente falando, nem o próprio Judaísmo, como hoje o conhecemos, é uma religião abraâmica. Foi o que o próprio Cristo deixou patente aos seus contemporâneos (Jo 8.40).

4. O culto levítico. Herdeiro direto da devoção abraâmica, o culto levítico pode ser definido como a instituição oficial da verdadeira religião confiada a Israel pelo próprio Deus. Seu objetivo não é apenas litúrgico, mas essencialmente teológico, conforme exorta o profeta Oseias aos seus contemporâneos (Os 6.3). Apesar de sua imponência e exterioridade, a adoração levítica é voltada ao interior de cada adorador de Jeová, que sempre buscou estar presente entre o seu povo.

Segundo a narrativa sagrada, o culto levítico foi instituído pela celebração da Páscoa, na noite que precedeu a saída dos filhos de Israel do Egito. E, tendo como fundamento esse fato, conduziu litúrgica, didática e teologicamente os israelitas a se apresentarem ao mundo como um povo escolhido, profético, sacerdotal e real. Um povo, aliás, que deve a sua redenção unicamente a Jeová.

III. AS FINALIDADES DO CULTO LEVÍTICO

O culto divino, no Antigo Testamento, tinha quatro finalidades básicas: adorar ao Único e Verdadeiro Deus, reafirmar as alianças divinas, professar o credo mosaico e aguardar o Messias. Era uma celebração teológica e messiânica.

1. Adorar ao Único e Verdadeiro Deus. Ao reunir-se para adorar a Deus, a comunidade de Israel demonstrava duas coisas: a aceitação do Único e Verdadeiro Deus e a rejeição dos deuses pagãos (Sl 86.10; 97.9). Enfim, o culto levítico afastava os israelitas da idolatria e aprofundava a sua comunhão com o Senhor (Sl 96.5). Esse era o teor dos cânticos congregacionais do Santo Templo.

2. Reafirmar as alianças antigas. Se os filhos de Israel, por exemplo, entoassem o Salmo 136, professariam ser herdeiros das alianças que o Senhor firmara com Abraão, Isaque, Jacó e Davi. E, assim, cultuando ao Senhor, lembravam-se de que Deus comanda a História. Em boa parte de seus cânticos, os filhos de Israel relembram a presença de Deus em sua vida familiar e comunal (Sl 47.9). Veja o Salmo 105.

3. Professar o credo divino. Em seus cultos, os israelitas, guiados pelo ministério levítico, professavam o seu credo: “Ouve, Israel, o SENHOR, nosso Deus, é o único SENHOR” (Dt 6.4, ARA). Nesta sentença, resume-se toda a teologia do Antigo Testamento. É necessário que voltemos a recitar e a cantar o nosso credo.

4. Aguardar o Messias. No livro de Salmos, há uma elevada cristologia, que descreve a paixão, a morte, a ressurreição e a glorificação do Senhor Jesus Cristo como Rei dos reis (Sl 22.1-19; 16.10; 110.1-4; 2.1-8). Um israelita crente e predisposto a servir a Deus jamais seria surpreendido com a chegada

do Messias, pois o culto levítico era essencial e tipologicamente cristológico.

IV. OS ELEMENTOS DO CULTO LEVÍTICO

Em seu auge, o culto divino do Antigo Testamento era composto por estes elementos: sacrifícios, cânticos, exposição da Palavra, oração, leitura da Palavra e bênção. Isso não significa, porém, que todo esse conteúdo estivesse presente em todas as celebrações.

1. Sacrifícios. O culto inaugural do Santo Templo, que teve início com a chegada da Arca Sagrada, foi marcado por uma grande quantidade de sacrifícios de animais (1 Rs 8.5). De forma sem igual, o rei Salomão e todo o Israel demonstraram suas ações de graças ao Deus de Abraão, Isaque e Jacó.

2. Cânticos. Em seguida, os cantores e músicos puseram-se a louvar ao Senhor, entoando provavelmente os cânticos que Davi e outros salmistas haviam composto (2 Cr 5,12,13). Nesse período, a arte musical de Israel era a mais desenvolvida de toda região oriental.

3. Exposição da Palavra. Logo após, Salomão dirigiu-se ao povo, fazendo uma síntese da História Sagrada até aquele instante. Ele mostra a clara intervenção de Deus em cada etapa da existência de Israel (2 Cr 6.1-13).

4. Oração. O rei dirige-se, agora, a Deus em oração, agradecendo-o por aquele momento, e intercede não só por Israel, mas pelos gentios que, ouvindo acerca da intervenção divina na vida de seu povo, para ali acorreriam (2 Cr 14.31).

5. Leitura da Palavra. Após o cativeiro babilônico, já no tempo de Esdras e Neemias, a Palavra de Deus começou a ser lida publicamente como parte da liturgia do culto (Ne 8.1-8). Nesse período, os sacerdotes puseram-se também

a explicar a Lei ao povo de Deus. Antes disso, a leitura das Escrituras limitava-se aos montes Gerizim e Ebal (Dt 29.11).

6. Bênção. O culto levítico era encerrado com a bênção araônica (Nm 22.6). Ao serem assim abençoados, os filhos de Israel conscientizavam-se de que eram propriedade particular do Senhor.

V. CULTO LEVÍTICO NA GRANDE TRIBULAÇÃO

Nos meios evangélicos conservadores, aguarda-se com muita expectativa a restauração escatológica do culto levítico. Que ela virá, não temos dúvidas, mas em tempos angustiantes.

1. A interrupção do culto judaico. O culto levítico foi suspenso em duas ocasiões diferentes. A primeira deu-se em 586 a.C. Nessa data, os exércitos de Nabucodonosor, após sitiarem longamente Jerusalém, destruíram a capital do Reino de Judá e deitaram por terra o Templo de Salomão. Como se não bastasse tamanha dor, os babilônios exilaram o escol da sociedade judaica. Essa interrupção cultural, apesar de humilhante, não durou mais que sete décadas (Jr 25.11,12). A segunda ocorreu no ano 70 de nossa era, quando os exércitos do general romano Tito destruíram por completo a Cidade Santa e o Templo Sagrado. Desde então, os judeus aguardam ansiosamente a restauração de seu reino, de sua capital e do culto levítico, que só pode ser realizado no interior da Casa de Deus em Jerusalém. O Judaísmo sobrevive, hoje, apenas didática e magisterialmente nas sinagogas espalhadas pelo mundo.

2. A restauração do Santo Templo. A restauração da nacionalidade israelita já é história contada, romanceada e cotidiana. Desde 14 de maio de 1948, o Estado de Israel vem pontificando entre os demais países como nação forte, desenvolvida e rica; um exemplo para os demais povos. Quanto à

Jerusalém, o que podemos dizer? Ela é a capital de Israel desde junho de 1967, por ocasião da Guerra dos Seis dias. Quer a ONU reconheça, quer deixe de reconhecer o atual *status* da Cidade Santa em relação a Israel, isso em nada mudará a realidade profética e histórica dos filhos de Abraão.

No que tange, porém, ao Templo de Deus, a situação torna-se bem mais complicada. Como reerguer o Santuário Divino se, ali, onde outrora fora erguido, encontra-se hoje uma mesquita muçulmana? Não é fácil responder a essa pergunta. Não obstante, a profecia bíblica não deixa dúvidas: o Santo Templo em breve será reerguido. Veja como Daniel trata o assunto: “Ele fará firme aliança com muitos, por uma semana; na metade da semana, fará cessar o sacrifício e a oferta de manjares; sobre a asa das abominações virá o assolador, até que a destruição, que está determinada, se derrame sobre ele” (Dn 9.27, ARA).

A profecia é clara. Na Septuagésima Semana, o Templo, com todas as suas liturgias e oferendas, estará funcionando plenamente em Jerusalém. Mas, na metade dessa mesma semana, o Anticristo romperá a aliança com Israel para instaurar um reino diabólico que, a partir de Jerusalém, dominará todo o sistema religioso mundial. É por isso que a Cidade Santa, nesse período, será conhecida espiritualmente como Egito e Sodoma (Ap 11.8). O apóstolo Paulo diz o mesmo em sua Segunda Epístola aos Tessalonicenses (2.1-12). Devemos olhar a restauração do culto levítico, no período da Septuagésima Semana, não como ação divina, mas como ato oportunista de Satanás. Apesar de o Templo ser chamado Casa de Deus, não será reerguido pelo Deus da Casa, pois nesse santuário, mais ecumênico e político que propriamente religioso, o Diabo, por intermédio do Falso Profeta, respaldará todas as ações da Besta que emergirá do mar, conforme lemos no capítulo 13 de Apocalipse.

Das profecias mencionadas, inferimos que o restabelecimento do culto levítico, nessa ocasião, não levantará a ira dos muçulmanos nem da cristandade apóstata. Pelo menos até o início da segunda metade da Septuagésima Semana. No entanto, após os judeus romperem com o homem

do pecado, o mundo todo, orquestrado pelo Anticristo, levantar-se-á contra Israel. Garante a profecia que, nesse momento, o arcanjo Miguel, príncipe dos exércitos do Senhor, comandará a defesa dos filhos de Abraão (Dn 12.1). Será um período tão difícil aos judeus, que o profeta Jeremias refere-se a ele como o tempo da angústia de Jacó (Jr 30.7).

A restauração do culto levítico, no período da Grande Tribulação, levará em conta apenas a Lei de Moisés, em si, e não o seu cumprimento em Jesus Cristo. Portanto, não terá qualquer efeito messiânico nem soteriológico; seu objetivo, conforme já dissemos, será mais ecumênico e político do que religioso. Como se vê, até o próprio Diabo acha-se interessado no restabelecimento do culto divino, desde que o centro desse culto seja ele, e não o Deus que merece toda a glória, louvor e ações de graças.

VI. O CULTO LEVÍTICO NO MILÊNIO

Neste tópico, buscaremos responder a esta pergunta: qual a diferença entre o Templo da Grande Tribulação e o do Milênio? Se, de acordo com a Epístola de Hebreus, os sacrifícios e dons da Antiga Aliança não passavam de sombras das coisas futuras, por que retroceder a esses recursos que, hoje, são vistos como meramente didáticos? É o que tentaremos responder nas linhas a seguir.

1. O restabelecimento do Milênio. Terminada a Grande Tribulação, haverá um período de 45 dias até que o Senhor Jesus, juntamente com os seus santos, desça a Terra, para estabelecer o Milênio. Pelo menos é o que eu entendo desta profecia final de Daniel: “Depois do tempo em que o sacrifício diário for tirado, e posta a abominação desoladora, haverá ainda mil duzentos e noventa dias. Bem-aventurado o que espera e chega até mil trezentos e trinta e cinco dias” (Dn 12.11,12, ARA). Leia novamente Daniel 9.27.

Vê-se, pois, que o culto levítico, na Septuagésima Semana, será interrompido após três anos e meio. E, a partir daí, até o término dessa

mesma semana profética, haverá outros três anos e meio, mais um misterioso crescimento de 45 dias. Por que esse mês e meio? Até agora, não descobri. Vejo, nessa passagem, uma das profecias mais difíceis da Bíblia Sagrada. O certo é que o remanescente fiel do Senhor, provindos das 12 tribos, terá de amargar mais 45 dias de espera, perseverança e fé na intervenção divina. No final desse tempo, o Reino Milenial será uma realidade, e não uma utopia escatológica, como imaginam muitos teólogos incrédulos.

2. O culto levítico no Milênio. Ezequiel dedica os derradeiros capítulos de seu livro a descrever o Reino de Israel no final dos tempos. No capítulo 40, por exemplo, o profeta descreve o Templo de Deus como estando situado num monte alto e bem destacado no cenário das terras sagradas. Que monte seria este? O Sião? Ou o das Oliveiras? Não nos é possível responder com precisão a essa pergunta. Mesmo porque a escatologia bíblica é uma ciência que se revela aos poucos; quanto mais a percorremos, mais nos acercamos de suas verdades (Dn 12.4).

O Templo do Milênio, ao contrário do da Grande Tribulação, será a expressão do amor de Deus por Israel. E, desse magnífico santuário, sairão as leis e mandamentos do Senhor para reger todas as nações da Terra, durante o reinado de mil anos de Nosso Senhor.

3. Os sacrifícios e oferendas levíticas no Milênio. À luz das epístolas aos gálatas e aos hebreus, como entender esta passagem de Ezequiel: “Durante sete dias, prepararás cada dia um bode para oferta pelo pecado; também prepararão um novilho e, do rebanho, um carneiro sem defeito”? (Ez 43.25, ARA). Não parece isso uma contradição com essa afirmação de Hebreus: “Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo”? (Hb 1.1,2, ARA) Para entendermos os nove últimos capítulos de Ezequiel, à luz de nossa

escatologia, precisamos ver o restabelecimento do culto levítico, no Milênio, não mais como sombra dos bens futuros, como ocorria no Antigo Testamento, mas como um memorial do que aconteceu em o Novo Testamento. Ou seja: todas as vezes que os levitas, no Milênio, sacrificarem ao Senhor, não mais o farão prospectivamente, aguardando a chegada do Messias, mas retrospectivamente, olhando para o Calvário, onde Cristo foi oferecido, de uma vez por todas, por toda a humanidade. Da mesma forma não fazemos, hoje, quando celebramos a Ceia do Senhor? Esta, apesar de não ser um sacrifício, remete-nos de imediato ao Sacrificado — Jesus, Senhor Nosso.

CONCLUSÃO

O livro de Levítico, embora já cumprido nas Escrituras do Novo Testamento, ainda tem muitas lições a ensinar-nos. Se o lermos à luz, por exemplo, da Epístola aos Hebreus, entenderemos a didática que o Senhor usou para conduzir os filhos de Israel ao Calvário. Infelizmente, estes não foram capazes de entender a essência das oferendas e sacrifícios do Tabernáculo e do Santo Templo. O que era temporário viam eles como algo permanente.

Nós, que já recebemos Jesus Cristo como Salvador, regozijamo-nos, porque, agora, não mais necessitamos de sacerdotes humanos para achegarmo-nos a Deus. Hoje, por intermédio do sangue de Cristo, temos livre acesso ao trono da graça. Amém.

3 OS MINISTROS DO CULTO LEVÍTICO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, faremos algumas considerações acerca do chamado extraordinário dos levitas ao ministério sacerdotal de Jeová. Logo de início, buscaremos responder à pergunta: “Por que a escolha recaiu sobre Levi, se esta tribo não era a mais excelente de Israel?”. Em seguida, contemplaremos outra questão igualmente importante: “Não teria sido mais consensual se Moisés houvesse selecionado os ministros do altar dentre os melhores homens de cada tribo?”.

Antes, porém, de nos ocuparmos dessas questões, trataremos de uma temática comum às comunidades divinas de ambos os Testamentos: o serviço a Deus. Afinal, todos fomos chamados a servir ao Criador, pois Ele nos fez e dEle somos.

Portanto, ainda que não sejamos chamados a trabalhar num ministério específico, não poderemos ficar inativos; na Vinha do Senhor, há um trabalho para cada um de nós. Às vezes, o nosso afazer nem lembra um ministério, devido à sua pequenez e aparente insignificância. Mas, se é feito para Deus, jamais deixará de ter a glória e o galardão de ministério.

Feitas essas considerações, voltaremos às perguntas que deram ocasião à abertura deste capítulo. Que Deus nos ajude.

I. DIACONOLOGIA, A TEOLOGIA DO SERVIÇO DIVINO

Em qualquer diálogo teológico, precisamos levar em conta este pressuposto

básico: “Ao Senhor pertence a terra e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nele habitam” (Sl 24.1, ARA). A partir daí, conscientizar-nos-emos de que, neste mundo, devemos atuar como servos humildes e fiéis a Deus, e não como soberanos e ditadores; tudo pertence ao Senhor, inclusive você e eu, querido leitor. Eis a essência do que chamamos de diaconologia.

1. Etimologia e definição. A palavra “diaconologia” provém de dois vocábulos gregos: *diáconos*: servo ou ministro; e *logos*: tratado ou discurso racional. Portanto, a diaconologia é a seção da teologia bíblica que se aplica ao estudo do serviço consagrado ao Reino de Deus.

Tal serviço não compreende apenas o esforço dos membros do ministério santo; reclama também o concurso de todos os que foram chamados à vida eterna.

2. A diaconologia no Antigo Testamento. No período do Antigo Testamento, a diaconologia divina repousava sobre o tripé: rei, sacerdote e profeta. Todavia, em momentos de emergência nacional, todo o povo erguia-se como um só homem (1 Sm 11.7). Nessas ocasiões, não se fazia distinção entre o clero e o laicato – todos, sem exceção, identificavam-se como povo de Deus. Mas, com a burocratização do serviço divino, a nação hebreia fragmentou-se de tal forma, que a união do povo com a classe dirigente tornou-se impossível.

A maior expressão da diaconologia vétero-testamentária deu-se na construção do Tabernáculo. Apesar das agruras do deserto, o povo atendeu prontamente ao apelo de Moisés, trazendo-lhe não apenas matérias-primas como ouro, prata, madeira e essências aromática, como também mão de obra especializada. Nesse serviço, os hebreus mostraram-se de tal forma liberais e generosos, que Moisés foi obrigado a proibi-los de trazer-lhe mais oferendas (Êx 36.6).

Nunca mais se repetiu, em Israel, tal exemplo de diaconia. Foi um exemplo

único no Antigo Testamento.

3. A diaconologia no Novo Testamento. Nos Atos dos Apóstolos, as ações evangelísticas e missionárias não se limitavam ao colégio apostólico; ilimitavam-se nas intervenções de diáconos como Estêvão e Filipe e dos crentes anônimos que, aonde iam, espalhavam as Boas-Novas de Cristo.

O mais perfeito exemplo de diaconia do Novo Testamento é assim descrito por Lucas:

E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações. Em cada alma havia temor; e muitos prodígios e sinais eram feitos por intermédio dos apóstolos. Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam as suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade. Diariamente perseveravam unânimes no templo, partiam pão de casa em casa e tomavam as suas refeições com alegria e singeleza de coração, louvando a Deus e contando com a simpatia de todo o povo. Enquanto isso, acrescentava-lhes o Senhor, dia a dia, os que iam sendo salvos. (At 2.42-47)

Tendo por base o relato lucano, concluímos que a diaconia da Igreja Primitiva estava longe de ser um ativismo social. Em primeiro lugar, era essencialmente teológica, uma vez que os crentes só vieram a doar seus bens depois de se haverem fundamentado na doutrina dos apóstolos. Em segundo lugar, era litúrgica e orante: acompanhavam-na a celebração da Santa Ceia e as preces cotidianas. E, finalmente, era marcada por uma profunda *koinonia*: todos, possuindo tudo em comum, depositavam o resultado de suas ofertas e despojamentos aos pés dos apóstolos. Acrescentemos, ainda, que a diaconia de Atos dos Apóstolos era fortemente soteriológica; redundava na salvação de almas.

Ao contrário da diaconologia de muitos ramos da cristandade atual, quer do catolicismo romano, quer do protestantismo nominal, que resultaram em ações pastorais contrárias às Sagradas Escrituras, a diaconia da Igreja Primitiva teve como fruto imediato a expansão do Reino de Deus.

Feitas essas considerações, voltemo-nos agora ao ministério levítico que, em si, representava formal e essencialmente a diaconologia do Antigo Testamento.

II. O CHAMADO DE LEVI EM ABRAÃO

O autor da Epístola aos Hebreus, inspirado pelo Espírito Santo, teve um discernimento excepcional quanto à chamada de Levi ao ministério sagrado. Conforme veremos, o terceiro filho de Jacó fora chamado a servir como sacerdote antes mesmo de nascer.

1. A presença de Levi na celebração de Melquisedeque. Segundo vimos no capítulo anterior, o encontro de Abraão com Melquisedeque, rei de Salém, constituiu-se na maior celebração divina do Antigo Testamento (Gn 14.18-20).

Nessa ocasião, de acordo com o autor sagrado, Levi, bisneto de Abraão, ali esteve presente nos lombos de seu avoengo: “Considerai, pois, como era grande esse a quem Abraão, o patriarca, pagou o dízimo tirado dos melhores despojos. E, por assim dizer, também Levi, que recebe dízimos, pagou-os na pessoa de Abraão. Porque aquele ainda não tinha sido gerado por seu pai, quando Melquisedeque saiu ao encontro deste” (Hb 7.4,9,10).

Na presciência de Deus, Levi já havia sido escolhido mesmo antes de nascer. Sua diaconologia, como sacerdote transitório dos bens que serviriam de sombra aos eternos, consistiria em servir ao sacerdócio eterno de Melquisedeque, que, naquele momento, representava o Senhor Jesus Cristo.

2. A importância de Levi no Concerto Sagrado. Se lermos o capítulo 14 de

Gênesis, à luz de Hebreus 7, concluiremos que, no âmbito da diaconologia do Antigo Testamento, o patriarca Levi foi mais importante do que Isaque, Jacó, Judá e o próprio José. Tais varões, apesar de sua importância na formação e preservação do povo escolhido, jamais tiveram acesso ao sacerdócio litúrgico.

Mas, ao acompanharmos a biografia de Levi, ficamos sem entender por que o patriarca, que nem primogênito era de Jacó, alcançaria tanta preeminência no decorrer da História Sagrada.

III. O CARÁTER FORTE E CONSERVADOR DE LEVI

Só viremos a entender a pessoa de Levi, se nos detivermos em sua biografia que, a rigor, nem biografia pode ser considerada. No entanto, o que a narrativa sagrada revela acerca de sua juventude e velhice é suficiente para formarmos uma imagem de seu caráter.

1. O nascimento de Levi. Levi, ao contrário de José, não era filho de Raquel, a esposa sempre querida e predileta de Jacó. Quando de seu nascimento, Lia, sua mãe, ainda ressentida por ter sido preterida em relação à irmã, desabriu toda a sua mágoa: “Agora, desta vez, se unirá mais a mim meu marido, porque lhe dei à luz três filhos” (Gn 29.34). Por isso, deu-lhe um nome que reunia esperança e redenção: Levi, que, em hebraico, significa ligado, unido ou vinculado.

Pelos usos e costumes da época, o menino já estava destinado, desde o ventre, a uma vida comum, medíocre e sem ascendência no clã. Afinal, além de não ser o primogênito, era o terceiro filho de uma mulher que, no coração do marido, estava longe do primeiro lugar.

2. O episódio de Diná. O caráter forte, conservador e moralista de Levi aflorou quando do estupro de Diná. Após tramar, juntamente com Simeão, a ruína da família de Siquém, o jovem que abusara de sua irmã, justificou o seu ato com uma alegação que, ainda hoje, reflete os costumes de alguns clãs:

“Abusaria ele de nossa irmã, como se fosse prostituta?” (Gn 34.31).

O autor sagrado não deixa claro se tais palavras foram proferidas por Levi. Mas, tendo em conta a história de seus descendentes, entendo que tal discurso é mais apropriado a Levi do que a Simeão. Em termos morais, aliás, Simeão era nada recomendável. Talvez, por isso mesmo, José o manteria preso no Egito, ao receber a primeira visita de seus irmãos (Gn 42.24).

3. O episódio de José. Da história de José, inferimos que Levi estivera tão envolvido na venda do jovem sonhador quanto os outros irmãos. O que ele fez para livrar o caçula? Embora fosse o terceiro filho em responsabilidade moral, agiu, naquele momento, como Caim: “Acaso sou eu o guardador de meu irmão?”.

Portanto, se fôssemos analisar a vida de Levi, até aqui, jamais poderíamos referendar-lhe o nome como o chefe da tribo sacerdotal de Israel. Mas Deus, que nos sonda as intenções mais profundas, age doutra forma; usa as coisas que não são, para confundir as que são.

4. A bênção de Levi. Estando já próximo da morte, Jacó reúne seus filhos para abençoá-los e profetizar-lhes o futuro na História Sagrada. Das palavras do velho patriarca ao terceiro filho, logo concluímos que, para Levi, não haveria futuro ou promessa:

Simeão e Levi são irmãos; as suas espadas são instrumentos de violência. No seu conselho, não entre minha alma; com o seu agrupamento, minha glória não se ajunte; porque no seu furor mataram homens, e na sua vontade perversa jarretaram touros. Maldito seja o seu furor, pois era forte, e a sua ira, pois era dura; dividi-los-ei em Jacó e os espalharei em Israel. (Gn 49.5-7)

Naquele momento, o moribundo Jacó jamais poderia vir a imaginar que o

seu terceiro filho erguer-se-ia, séculos depois, como o sacerdote de toda a sua família. Levi, devido ao seu furor, foi disciplinado. Em Israel, espalhou-se; nenhuma herdade jamais. Todavia, a maldição seria revertida em bênçãos. A sua única herança, agora, era o Deus de Abraão.

IV. LEVI, UMA FAMÍLIA DE NOBRES

Seja-me permitido dizer que Levi, apesar de seu furor juvenil, amadureceu e soube como educar seus filhos. Acredito que, dentre todas as tribos hebreias, a mais piedosa e espiritual era a dos levitas, pois destes o Senhor chamaria o Legislador, o Sumo Sacerdote de Israel. Não nos esqueçamos dos cantores e músicos saídos desse abençoadíssimo clã.

1. Moisés, o legislador dos hebreus. Se estivéssemos à beira da cama do moribundo Jacó, a ouvir-lhe as profecias quanto ao futuro de seus filhos, jamais poderíamos supor que, de Levi, tão censurado quanto Simeão, sairia um Moisés, um Arão, uma Miriã e, mais tarde, um Barnabé, fazedor de missionários. Talvez, ali, ao pé daquele leito terminal, imaginássemos que Moisés viria de Judá, a tribo do cetro; Arão proviria de José, o ramo frutífero; e Miriã seria gerada por Naftali, a tribo das palavras formosas. E quanto a Barnabé? Talvez de Zebulon, uma gente dada ao mar e às viagens ao desconhecido.

Mas, surpreendendo a todas as expectativas, Deus suscitou o maior profeta do Antigo Testamento da tribo de Levi, conforme lemos no Êxodo:

Foi-se um homem da casa de Levi e casou com uma descendente de Levi. E a mulher concebeu e deu à luz um filho; e, vendo que era formoso, escondeu-o por três meses. Não podendo, porém, escondê-lo por mais tempo, tomou um cesto de junco, calafetou-o com betume e piche e, pondo nele o menino, largou-o no carriçal à beira do rio. (Êx 2.1-3)

Da frágil arcazinha, levada pelas águas do Nilo, o Senhor chama o libertador de seu povo. Essa família levita, por sua coragem e bravura, entra na História Sagrada como heróis da fé (Hb 11.23).

2. Arão, o sumo sacerdote de Israel. Da família de Anrão e Joquebede, o Senhor vocacionaria ainda o sumo sacerdote de Israel (Êx 6.20). Três anos mais velho que Moisés, ajudou-o a organizar Israel como nação santa, sacerdotal e profética. Mais adiante, veremos como se deu a sua vocação ao ministério sacerdotal. Volto a repetir que nem mesmo Levi, em sua mais profunda comunhão com o Senhor, fora capaz de imaginar que, de seus lombos, o Senhor levantaria os mais ilustres personagens do Antigo Testamento.

3. Miriã, a profetisa de Israel. Miriã, irmã de Moisés e Arão, reunia três virtudes à execução de um trabalho extraordinário: profecia, poesia e vocação celibatária (Êx 15.20,21). Ao contrário de seus irmãos, ela não constituiu família, pois a sua família eram Arão e Moisés, mais novos do que ela. E, pelo que inferimos da narrativa sagrada, ela esteve ao lado de ambos até que Deus a tomou para si.

Apesar do lamentável episódio de Números 12, Miriã entrou para a História Sagrada como um exemplo de coragem, audácia e sabedoria. Deus usou-a para salvar o infante Moisés das garras de Faraó. Em seus lábios, havia um cântico de vitória; era uma mulher de Jeová. O que mais diremos dos descendentes de Levi? Hoje, não são poucos os judeus que trazem, no nome, tão ilustre ascendência. E, no período do Milênio, conforme vimos no capítulo anterior, voltarão eles a exercer novamente o seu ofício. Dessa feita, porém, em caráter memorial, recordando a morte e ressurreição de Jesus Cristo.

V. LEVITAS, OS PRIMOGÊNITOS DE DEUS

De acordo com o princípio pascal, todos os primogênitos israelitas teriam de ser apresentados a Deus como as primícias da nação (Êx 13.2). Ao Senhor, entretanto, aprouve substituí-los pela tribo de Levi. Vejamos por que Deus assim agiu.

1. A formação espiritual da tribo de Levi. Se lermos com atenção o capítulo 11 da Epístola aos Hebreus, constataremos que, após os 400 anos de cativeiro no Egito, a única família mencionada, como exemplo de fé e coragem, foi a de Anrão e Joquebede, da tribo de Levi (Hb 11.23). Isso leva-nos a inferir que os levitas, instruídos por seu patriarca, conservaram-se fiéis aos princípios da fé abraâmica. Nem mesmo a tribo de Judá, que receberia o cetro e o trono de Israel, alcançara tamanha excelência espiritual. Tendo em vista a urgência do estabelecimento de seu Reino, por meio de Israel, o Senhor houve por bem santificar a tribo de Levi, colocando-a em lugar dos primogênitos de todas as tribos: “Eis que tenho eu tomado os levitas do meio dos filhos de Israel, em lugar de todo primogênito que abre a madre, entre os filhos de Israel; e os levitas serão meus” (Nm 3.12). A partir desse momento, Levi, embora fosse o terceiro filho de Jacó com Lia, a mulher menosprezada, passou a figurar como o primogênito espiritual do Senhor Deus. Quanto a Judá, o quarto filho do patriarca com a mesma esposa, seria galardoado com a primazia messiânica. A desprezada Lia, sem o saber, seria honrada eternamente em dois de seus filhos.

2. O comprometimento da tribo de Levi com a obra de Deus. Tenho para mim que o episódio do bezerro de ouro foi mais do que decisivo para o Senhor cancelar, de vez, a escolha de Levi para exercer o sacerdócio. Enquanto os hebreus todos embeveciam-se com a imagem concupiscente e lasciva, os levitas permaneciam fiéis ao Deus Único e Verdadeiro. E, conclamados a lutar pela santidade do Senhor, não se ausentaram; fizeram-se

presentes, conforme o relato sagrado:

Vendo Moisés que o povo estava desenfreado, pois Arão o deixara à solta para vergonha no meio dos seus inimigos, pôs-se em pé à entrada do arraial e disse: Quem é do Senhor venha até mim. Então, se ajuntaram a ele todos os filhos de Levi, aos quais disse: Assim diz o Senhor, o Deus de Israel: Cada um cinja a espada sobre o lado, passai e tornai a passar pelo arraial de porta em porta, e mate cada um a seu irmão, cada um, a seu amigo, e cada um, a seu vizinho. E fizeram os filhos de Levi segundo a palavra de Moisés; e caíram do povo, naquele dia, uns três mil homens. (Êx 32.25-28, ARA)

Desse episódio, aprendemos que o compromisso com a santidade divina é imprescindível ao ministério sagrado. Tanto ontem quanto hoje, o Senhor continua a requerer homens fiéis e comprometidos com a sua obra, a fim de levarem o Reino dos Céus até aos confins da Terra.

3. A logística ministerial. Além do compromisso espiritual de Levi, levou Deus em conta, também, a logística do ofício sagrado. Já imaginou formar um ministério a partir dos primogênitos de cada tribo? O futuro rei de Israel, para evitar ciúmes e queixas, teria de fazer rodízios contínuos, a fim de agradar razoavelmente a todos. Mas, na prática, ninguém ficaria satisfeito. E, com o tempo, a função, que deveria ser ungida e santa, transformar-se-ia num cadinho de vaidades e orgulhos incandescentes. Ao escolher Levi, como a tribo sacerdotal, o Senhor não precisou formar uma equipe específica, porque esta já estava devidamente formada. Por acaso não agiu o Senhor Jesus de igual modo ao estabelecer o colégio apostólico? O núcleo de seu grupo foi constituído a partir dos irmãos pescadores da Galileia. Seu ministério, a partir daí, fluiu até a fundação da Igreja, no Pentecostes.

VI. DIREITOS E DEVERES DOS LEVITAS

Os descendentes de Levi, principalmente os da casa de Arão, deveriam observar estes direitos e deveres: viver do altar, santificar-se ao Senhor e ser uma referência moral, ética e espiritual.

1. Viver do altar. Já que os sacerdotes dedicavam-se ao ministério do altar, do altar deveriam viver (Lv 7.35). Portanto, não tinham eles direito a qualquer herança territorial entre os seus irmãos, porque a sua herança e porção eram o Senhor (Nm 18.20). Moisés, então, divinamente instruído, destinou-lhes cidades estratégicas por todo o Israel (Nm 35.8). Algumas delas serviam também como refúgio ao homicida involuntário (Nm 35.6).

2. Santificar-se ao Senhor. Em virtude de seu ofício, os sacerdotes deveriam erguer-se, em Israel, como referência de santidade e pureza. O sumo sacerdote, por exemplo, tinha de ostentar uma faixa de ouro, em sua mitra, na qual estava escrito: “Santidade ao SENHOR” (Êx 28.36). Caso o sacerdote profanasse o seu ofício, seria punido com todo o rigor (Lv 10.1-3).

3. Tornar-se uma referência espiritual e moral. Os sacerdotes, por serem responsáveis pela aplicação da Lei de Deus, tinham a obrigação de constituir-se num modelo espiritual, moral e ético a Israel (Ml 2.1-10). Os filhos de Eli, em consequência de seu proceder, tornaram-se uma péssima referência aos israelitas. E, por causa disso, Deus os matou (1 Sm 2.25). Andemos, pois, em santidade e pureza diante do Senhor. Ele continua a reivindicar santidade de todo o seu povo, principalmente de nós, obreiros.

VII. A ESCOLHA DE ARÃO COMO SUMO SACERDOTE

O sumo sacerdote de Israel teria de ser, obrigatoriamente, descendente de Arão, aspergido com sangue, vitalício e servo de Deus.

1. Descendente de Arão. O sumo sacerdote era o principal representante do culto divino no Antigo Testamento (Êx 28.1). Por essa razão, o Senhor exigia que ele proviesse de uma tribo específica, a de Levi, e de uma família ainda mais específica, a casa de Arão (Êx 6.16-23). Assim, duplamente separado, teria condições de apresentar-se como a maior autoridade espiritual da nação; era o símbolo da plenitude espiritual requerida pelo Deus de Israel (Sl 133.1).

Constituído a favor dos homens nas coisas concernentes a Deus, o sumo sacerdote oferecia dons e sacrifícios pelos pecados do povo (Hb 5.1). Portanto, ele fazia a intermediação entre Israel e o santíssimo Deus. Era sua responsabilidade, ainda, instruir o povo na Lei divina (Lv 10.10,11).

2. Ungido para o ofício. O Senhor determinou que o sumo-sacerdote fosse ungido, a fim de dignificá-lo como ministro extraordinário do culto divino (Êx 28.41; 29.1-7). Assim teria condições de tornar a nação israelita propícia diante do Santíssimo Deus (Hb 5.1).

3. Aspergido com sangue. Ao consagrar Arão e seus filhos ao ofício sagrado, Moisés tomou do sangue do carneiro da consagração e lho pôs sobre o polegar da mão direita, o dedão do pé direito, e a ponta da orelha direita (Lv 8.22-24). O sangue fala de redenção e de purificação. O seu significado para, hoje, é claro: que ninguém ministre no altar do Senhor, se ainda não foi remido pelo sangue de Cristo.

O sangue na mão direita fala de destreza para a execução dos deveres sacerdotais, além de atos santos e justos. Sobre o pé direito, demanda que o ministro ande na vereda da justiça e só trilhe caminhos retos. E, sobre a orelha direita, que seja capaz de ouvir o Espírito Santo e atender, prontamente, às ordens do Senhor.

4. Vitaliciedade no cargo. A vitaliciedade do sumo sacerdócio está patente

na história da família de Arão. Antes de este morrer, Moisés o desvestiu das roupas litúrgicas, para vesti-las em Eleazar, seu filho (Nm 20.23-29). Mais tarde, o mesmo Eleazar faria o mesmo em relação ao seu filho, Finéias (Js 24.33; Jz 20.28). Todavia, no tempo do Novo Testamento, a vitaliciedade já não era observada (Jo 11.49-51). Ao que tudo indica, havia um rodízio entre os principais membros da família de Arão (Lc 3.2).

5. Servo de Deus. Apesar da importância do cargo, o sumo sacerdote não era considerado infalível, nem estava acima da Lei de Deus (At 23.1). Sua obrigação era servir o altar e conservar-se puro, a fim de que o nome do Senhor fosse exaltado tanto entre os israelitas quanto entre os gentios (Êx 28.43). O capítulo três de Zacarias detém-se na dignidade do sumo sacerdote constituído sobre Israel.

VIII. A EXCLUSIVIDADE DO SUMO SACERDÓCIO HEBREU

Na História Sagrada do Antigo Testamento, os bons reis, como Davi, Salomão, Ezequias e Josias, muito auxiliaram o sumo sacerdote a cumprir seus deveres. Eles sabiam que, se a Casa de Arão fracassasse, todo o Israel fracassaria com ela. Vejamos, pois, a participação de cada um desses monarcas no ofício araônico.

1. Davi, o rei sacerdote. Devido ao caráter de seu chamamento, Davi pode ser considerado o primeiro rei-sacerdote de Israel. Nalgumas ocasiões, ele fazia questão de vestir-se sacerdotalmente, a fim de emprestar maior solenidade às celebrações de Jeová (2 Sm 6.14). Como se não bastasse tamanho zelo, o filho de Jessé estabeleceu turnos de cantores e músicos na Casa de Deus (1 Cr 15.16).

Embora admirasse o ofício sacerdotal, Davi jamais transpôs seus limites como rei, a fim de apropriar-se das honras devidas somente aos filhos de Levi e, mui reservadamente, aos descendentes de Arão. E, como profeta e excelente

teólogo que era, ele sabia que, acima do ofício araônico, achava-se o sacerdócio messiânico de Melquisedeque (Sl 110.4). Ele também sabia que semelhante ofício seria exercido por um de seus descendentes, Jesus Cristo, Senhor nosso.

2. Salomão, o rei do Templo Sagrado. O ministério levítico alcançou o seu auge com a inauguração do Santo Templo, por Salomão, filho de Davi (1 Rs 8). Não somente pela suntuosidade do edifício, mas notadamente pela manifestação da glória divina, o Santuário de Jerusalém legou aos filhos de Levi uma honra que, doutro modo, jamais viriam a desfrutar.

De acordo com a profecia, eles só voltarão a participar de semelhante honraria quando da inauguração do Templo do Milênio. Para maiores informações, leia os últimos nove capítulos de Ezequiel.

3. Ezequias e Josias. Estes foram os dois últimos bons reis de Judá. Cada um, a seu tempo, empreendeu grandes reformas estruturais e espirituais no Santo Templo, objetivando o sustento do ministério levítico. Mas, com o desaparecimento de ambos os monarcas, o sacerdócio sagrado pôs-se a degenerar a tal ponto, que levou Jeremias a protestar duramente contra a Casa de Levi (Jr 5.31).

Os levitas, por não guardarem o seu ministério, também foram censurados por Malaquias. O importante, em toda essa história, é que o patriarca da família, apesar de seus arroubos juvenis, foi recolhido em paz ao seu povo. E, na Jerusalém Celeste, terá o seu nome honradamente destacado (Ap 21.12).

CONCLUSÃO

O sacerdócio levítico era glorioso; seus membros eram considerados príncipes de Deus (Zc 3.8). Todavia, o Senhor Jesus Cristo é superior ao sacerdócio levítico, pois é eterno (Sl 110.4). Quanto a nós, somos uma nação santa, profética e sacerdotal – recebemos a incumbência de proclamar o

Evangelho e interceder pelos que perecem (1 Pe 2.9). Portanto, sirvamos ao Senhor com todo o nosso ser, para que, por meio de nossa vida, venha o Reino do Céus à Terra.

4 A FUNÇÃO SOCIAL DOS SACERDOTES

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, mostraremos por que as ordenanças de Levítico fizeram de Israel o povo mais avançado na área médica, urbanística e jurídica de todo o Oriente Médio. Não exageraremos se considerarmos os hebreus, nesse mesmo período, mais adiantados do que os chineses, egípcios e babilônios. Quanto aos gregos e romanos, ainda lutavam por se firmarem como civilização.

Acredito que, sem as orientações levíticas, o Ocidente jamais teria alcançado o seu atual estágio de desenvolvimento. A razão é bastante simples. A Igreja Cristã, ao fazer uso da Bíblia Sagrada, jamais deixou de aplicar os princípios mosaicos ao seu dia a dia. Não quero dizer, com isso, que os teólogos patrísticos e medievais porfiaram em judaizar a sociedade na qual estavam inseridos. Mas, sabiamente, souberam como separar os mandamentos específicos a Israel daqueles que devem ser observados por todos os povos. E, dessa forma, lançaram os alicerces da Civilização Ocidental.

Acompanhemos, pois, o processo de santificação dos israelitas. Esse processo, aliás, não contemplava apenas a interioridade humana, mas também a sua exterioridade, porque esta deveria ser um reflexo perfeito daquela. Para que isso ocorresse, a Universidade Levítica fez-se indispensável.

I. A UNIVERSIDADE LEVÍTICA

Ao separar os levitas para servirem como sacerdotes e ministros do altar, Deus lançava, naquele instante, os alicerces de uma instituição que faria dos hebreus o povo mais civilizado do mundo. Vejamos em que consistia a epistemologia dessa entidade que, com muita justiça, poderia ser chamada de Universidade Levítica.

1. Teologia, a verdade sobre o único Deus. Os sacerdotes levitas, por serem os grandes mestres e catedráticos de Israel, partiam de um pressuposto que faz toda a diferença no campo filosófico, científico e literário: Deus existe. Mas, ao contrário dos deístas atuais, acreditavam eles que Deus não se limitou a criar os Céus e a Terra, mas continua a preservá-los e a intervir em todos os seus negócios, pois Ele é o Senhor de todas as coisas (Gn 1.1).

A teologia levítica não se embasava em meras teorias ou simples assentimentos intelectuais; firmava-se em algo profundo e experimental: o temor de Deus. Como diria mais tarde o sábio rei de Israel, “o temor do SENHOR é o princípio do saber, mas os loucos desprezam a sabedoria e o ensino” (Pv 1.7, ARA).

Tendo esse texto de ouro como a pedra de esquina de sua epistemologia, os levitas avançaram nos mais diversos campos das ciências e saberes humanos.

Façamos uma pausa, a fim de explicar o que é a epistemologia. Essa palavra é formada por dois vocábulos gregos: *episteme*, conhecimento, ciência; e *logos*, estudo, ou discurso racional. A epistemologia, portanto, é a reflexão em torno da natureza, estágios e abrangências do conhecimento produzido, adquirido e transmitido pelo homem.

2. Cosmologia, o Universo é de Deus. Os sacerdotes do Senhor não se perdiam em teorias loucas e bizarras acerca do aparecimento dos Céus e da Terra. Eles sabiam que, no princípio, Deus criara tudo quanto existe. Se tudo quanto existe é criação divina, depreende-se logo que somente o Criador é quem deve ser adorado; não a criatura. Tal proposição é fundamental para se

estabelecer uma epistemologia segura, eficaz e que conduza o ser humano ao progresso.

Quando os levitas oficiavam a Deus, apresentando-lhe alguma oferenda ou dom, sabiam estar *reconsagrando-lhe* algo que já lhe pertencia. Por isso, tratavam a Terra não como a deusa intocável dos gregos, nem como a mãe caprichosa dos ecologistas atuais; tratavam-na como criação divina. Tinham eles ciência suficiente para entender que a Terra fora criada por causa do homem, e não o homem por causa da Terra. Que esta, pois, seja o santuário do Senhor, pois do Senhor é a Terra (Sl 24.1).

3. Antropologia, o homem é a imagem de Deus. Já imaginou se os levitas tivessem sido educados por Charles Darwin (1809-1882)? Como iriam eles tratar os filhos de Israel a partir de uma antropologia bizarra, fantasiosa e sem a mínima base científica? Mas, sabendo eles que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, jamais deixariam os hebreus embrenharem-se nas promiscuidades egípcias, cananeias e mesopotâmias. Todos eles porfiavam por serem reconhecidos como o povo escolhido do Deus de Abraão, Isaque e Jacó.

Eis porque os sacerdotes do Senhor obrigavam-se a cuidar tanto da interioridade quanto da exterioridade dos hebreus. Eles estavam cientes de que Deus exigia de seu povo santidade, pureza e distinção. Todos deveriam ser santos, porque Santo é o Senhor. Diante de tal reivindicação, como devemos nós, hoje, proceder? Que o Espírito Santo nos ajude a ter uma vida irrepreensível perante Deus e diante dos homens.

Como seria bom se os médicos e os demais profissionais de saúde tivessem uma antropologia realmente bíblica. A partir dessa perspectiva, tratariam melhor seus pacientes, pois nestes veriam a imagem e a semelhança do Criador. E, assim, seriam banidos das universidades e dos hospitais experimentos cruéis e desumanos como aqueles realizados pelos alemães e japoneses durante a Segunda Guerra Mundial.

4. Direitos e deveres. Os sacerdotes do Senhor, orientados pelos Dez Mandamentos e pelas demais ordenanças do Pentateuco, foram além dos mestres e juristas da antiguidade. Se Hamurabi, por exemplo, que viveu por volta do século XIX a.C., teve uma influência meramente local, o código levita fez-se universal; eterno. E, hoje, em não poucos tribunais, encontramos uma cópia dos Dez Mandamentos.

Se compararmos a Lei de Moisés à de Dracon ou à de Solon, ambos legisladores gregos do século VII a.D., constataremos que estes jamais lograram alcançar a excelência da legislação que Deus, por meio de Moisés, entregara aos levitas. Por isso, devem os sacerdotes ser vistos como os juristas, advogados, promotores e juízes de Israel. Além disso, lançaram a base jurídica da civilização ocidental.

5. Contrastes entre a Universidade Levítica e a Faraônica. Antes de encerrarmos este tópico, faremos um pequeno contraste entre a academia egípcia, formada, em sua maior parte, por magos e astrólogos, e a hebreia, representada pelos levitas. A egípcia, apesar de suas notáveis conquistas científicas, centrava-se em ciências ocultas e duvidosas (Êx 7.11). Quanto à hebreia, tinha à sua disposição não os conhecimentos escondidos e entretecidos nas profundezas de Satanás, mas o saber verdadeiro que o próprio Deus revelara a Moisés e ainda mostraria aos profetas que viriam depois do grande legislador.

Por essa razão, quem hoje se interessa pelas ciências egípcias dos magos e astrólogos de Faraó? No entanto, a Bíblia Sagrada é lida todos os dias do Ocidente ao Oriente como a inspirada, inerrante e infalível Palavra de Deus.

II. O INÍCIO DOS HOSPITAIS MODERNOS

Parece que os médicos egípcios existiam apenas em função dos faraós. Quanto ao povo, que se arrumasse com as suas doenças, moléstias e

enfermidades. No que tange aos levitas, observamos que estes, apesar de não serem médicos profissionais, dedicavam-se desvelada e sagradamente aos cuidados preventivos da saúde hebreia. E, assim, vieram a lançar as bases dos modernos hospitais.

1. O hospital, a Casa do Bom Samaritano. Na língua alemã, a palavra “hospital” tem um significado interessante e que, em sua essência, revela um pouco da filosofia pagã. O termo *Krankenhaus* significa, etimologicamente, casa do enfermo.

Se buscarmos a etimologia da palavra “hospital”, descobriremos não somente um novo significado linguístico, mas também uma renovada filosofia. O termo, proveniente do latim medieval, vem de *hospes* que, naquele período, significava “hospedeiro” ou “hospede”. A partir daí, nasceu o vocábulo “hospital”: local onde os viajantes eram bem recebidos e muito bem cuidados. Com o tempo, devido à influência da Igreja Cristã, o hospital começou a ser visto não mais como uma simples hospedaria, mas como um lugar para se acolher os enfermos.

Em seus primórdios, o hospital não era uma casa de enfermo ou de enfermidade, mas um lugar onde o hóspede, se enfermo, podia receber cuidados médicos. A parábola do Bom Samaritano é um quadro que ilustra muito bem a fundação dos hospitais como hoje os conhecemos. Nessa belíssima narrativa, observemos algo muito importante. Os desvelos ministrados pelo samaritano àquele pobre homem refletiam, de certa forma, as funções de um sacerdote levita. Se bem que tanto o sacerdote como o levita, nessa narrativa, embora até possuíssem alguma ciência médica, passaram de largo e ignoraram o seu paciente.

Segundo a história, o primeiro hospital moderno foi estabelecido, em 370 d.C., na cidade de Cesareia, como resultado de um benévolo édito imperial. Mais tarde, Basílio, o Grande (329-379), recomendou a criação de hospitais, tendo como referência um famoso e eficiente hospital de Roma. Não nos

esqueçamos da Ordem dos Hospitalários que, apesar de sua forte vocação militar, não deixou de cuidar dos peregrinos que se dirigiam à Terra Santa.

Na história de Israel, as práticas clínicas dos levitas precederam a medicina. É o que podemos inferir do texto sagrado. A seguir, vejamos como os sacerdotes cuidavam da saúde dos hebreus, não propriamente curando-lhes as enfermidades, mas prevenindo-as. Esse cuidado torna-se mais visível em relação à lepra que, naquele tempo, além de ser uma doença incurável, era socialmente repulsiva.

2. Lepra, o símbolo do pecado. Libertos de uma terra idólatra e insalubre, os israelitas corriam o risco de transmitir à próxima geração enfermidades como a lepra, a doença mais repelente da antiguidade (Dt 7.15). Por isso, Deus encarregou os sacerdotes de inspecionar clinicamente o seu povo. Nos tempos bíblicos, a lepra causava repulsa devido ao seu aspecto e contágio (Lv 13.2). Se Deus não a curasse, médico algum poderia fazê-lo. Haja vista o caso do general sírio Naamã (2 Rs 5.1-14). O Senhor Jesus, durante o seu ministério terreno, curou a diversos leprosos e ordenou a seus discípulos a que os purificasse (Mt 10.8; 11.5).

3. A inspeção clínica. Em sua peregrinação à Terra Prometida, os israelitas não contavam com médicos e sanitaristas. Era um luxo restrito aos nobres egípcios (Gn 50.2). Portanto, sempre que alguém apresentava algum dos sintomas da lepra, deveria encaminhar-se ao sumo sacerdote para ser examinado (Lv 13.1-30). De acordo com o diagnóstico, o paciente era declarado limpo ou impuro. Se constatada a doença, o enfermo era imediatamente apartado da comunidade (Lv 13.46).

4. A limitação do sacerdote. Os sacerdotes, por conseguinte, encontravam-se habilitados a diagnosticar, mas não a curar os leprosos; era uma função mais preventiva que curativa. O próprio Senhor Jesus reconheceu a perícia do

sacerdote na diagnose da enfermidade (Lc 5.14).

Durante o seu ministério terreno, o Senhor Jesus, louvado como o Médico dos médicos, admitiu a utilidade dos médicos humanos. Embora limitados e, às vezes, até inúteis diante de algumas situações, eles aí estão para aliviar-nos a dor (Mt 9.12). Pelo que deduzimos desta saudação tipicamente paulina, Lucas era um médico mui amado entre os cristãos primitivos (Cl 4.14).

III. O INÍCIO DA URBANIZAÇÃO MODERNA

Às vezes, pergunto-me por que uma cidade como o Rio de Janeiro, que já foi alcunhada de maravilhosa, possui tantas mazelas urbanísticas. Ao lado de condomínios, que vivem no luxo, há comunidades que tentam sobreviver do lixo e no lixo. Dessa forma, vemos proliferar doenças que, há mais de um século, já haviam sido debeladas. No Israel do Antigo Testamento, tal situação era inadmissível.

1. O urbanismo e o sanitarismo do sacerdócio levítico. O urbanismo é a disciplina relacionada ao estudo, regulação, controle e planejamento da cidade. Nessa ciência, não se pode confundir urbanismo com ação urbanizadora. Se esta não promover a melhoria de vida da população não é urbanismo; é mera preocupação estética. A cidade, pois, antes de ser bonita, tem de ser saudável.

O urbanismo deve caminhar de mãos dadas com o sanitarismo. Modernamente, o sanitarismo, conhecido também como higienismo, é conhecido como a ciência que tem por objetivo promover a saúde pública. A menos que tenhamos uma população saudável, qualquer projeto urbanístico, por mais belo e aprazível, será inútil. Eis por que Deus recomendou aos sacerdotes que zelassem pela saúde de seu povo.

De acordo com as leis urbanas que encontramos no Levítico, a urbanização de Israel deveria começar de dentro para fora; do interior das casas ao centro da cidade. Se uma casa estava doente, todos os demais domicílios corriam

perigo; a epidemia era eminente. Vejamos, pois, como agiam os sacerdotes na fiscalização urbana de Israel. Aliás, a sua função incluía, também, o sanitarismo.

2. A função urbanista e sanitarista dos sacerdotes. Apesar de ser a terra que mana leite e mel, Canaã, por causa dos povos que a habitavam, tornara-se tão doentia e insustentável quanto o Egito (Lv 14.34). Até suas casas e vestes estavam sujeitas a uma espécie de lepra, fatal aos israelitas.

Por isso, Deus instruiu os sacerdotes a atuarem também como sanitaristas e urbanistas.

3. A função sanitarista do sacerdote. O sanitarista é um especialista em saúde pública; sua função é mais preventiva do que curativa. Sua obrigação é manter a cidade livre de focos de doenças e infecções. Por isso, os sacerdotes, em Israel, inspecionavam casas e roupas (Lv 14.34-57).

4. A lepra na casa. A lepra numa casa é descrita como manchas esverdeadas e avermelhadas que, via de regra, pareciam mais fundas que a parede (Lv 14.37). Sempre que isso ocorria, o proprietário deveria recorrer ao sacerdote que, após examiná-la, ordenava o seu despejo, para que a praga não se espalhasse, contaminando toda a propriedade (Lv 14.36).

Em seguida, a casa era interditada por sete dias (Lv 14.38). Caso a praga não cedesse, as pedras contaminadas eram retiradas e as paredes todas eram raspadas. Em último caso, o sacerdote tinha autoridade para ordenar a demolição do imóvel (Lv 14.45). Para que a lepra não contaminasse outras propriedades, todo o seu entulho era jogado fora do perímetro urbano.

5. A lepra nas vestes. As vestes e objetos domésticos também estavam sujeitos à lepra. No caso destes, tratavam-se de mofo e fungos igualmente nocivos à saúde (Lv 13.47-50). De imediato, a roupa deveria ser levada ao sacerdote (Lv 13.51). Caso a praga se mostrasse persistente, a roupa deveria

ser queimada, a fim de evitar a propagação de doenças (Lv 13.52).

Deus advertiu solenemente os israelitas a guardarem-se da praga da lepra, pois a doença abria a porta a outras enfermidades e moléstias (Dt 24.8). Era um dos mais fortes símbolos do pecado (Is 1.6).

IV. A ESTRUTURA JURÍDICA DE ISRAEL

No Israel dos sacerdotes e levitas, o direito estava sempre ao alcance dos pobres, porque a Lei de Deus havia sido proclamada a toda a nação, e não apenas a uma minoria privilegiada. Ali, pobres e ricos, pequenos e grandes, nobres e plebeus; todos, enfim, estavam sujeitos aos mandamentos divinos. Não havia minoria privilegiada, nem maioria ignorada; eram todos iguais diante da Lei de Deus.

1. A função judicial dos sacerdotes. Judicialmente, o livro de Levítico apresenta várias disposições, a fim de proteger a família, a propriedade privada e, principalmente, a vida humana. Nesse sentido, o sacerdote atuava também no campo jurídico. No Israel do Antigo Testamento, não havia uma lei-maior para dirigir o país; uma espécie de constituição. Ali, toda a Palavra de Deus funcionava como a ordenança que não podia ser ignorada quer pelo rei, quer pelo plebeu. E, para zelar pelo fiel cumprimento dos estatutos divinos, os sacerdotes e demais levitas faziam-se presentes.

2. Proteção da família. Com o objetivo de manter a pureza e a legitimidade no relacionamento familiar, o Senhor, por intermédio de Moisés, proíbe aos israelitas: o sacrifício infantil (Lv 20.2); o incesto, (Lv 18.6-9); o abuso sexual doméstico (Lv 18.10); a exposição das filhas à prostituição (Lv 19.29); o homossexualismo e a bestialidade (Lv 18.22,23). Os israelitas, como adoradores do Único e Verdadeiro Deus, eram obrigados a honrar seus pais e a preservar-lhes a autoridade (Lv 19.3; 20.9).

3. Proteção da propriedade privada. A posse de uma propriedade, em Israel, era considerada algo sagrado; uma dádiva de Deus ao seu povo (Êx 3.7,8). Por esse motivo, os israelitas deveriam tratar suas casas e campos de maneira responsável e amorosa (Lv 19.9). As colheitas eram feitas de tal maneira, que os pobres jamais deixavam de ser contemplados (Lv 23.22).

Sendo, pois, a terra propriedade do Senhor, não poderia ser explorada de maneira irresponsável e contrária à natureza (Lv 25.3,4). Do texto sagrado, depreendemos que o sacerdote tinha por obrigação supervisionar o uso sustentável da terra.

A propriedade da terra não era considerada roubo, conforme diria o francês Pierre-Joseph Proudhon (1809 – 1865), mas uma herança pela qual valia a pena lutar (1 Rs 21.3). No Israel de Deus, os governantes não se digladiavam hoje pela esquerda, e, amanhã pela direita; punham-se todos no centro da vontade divina.

Ali, nas terras do Senhor, não havia lugar para o comunismo assassino e mentiroso, nem para o fascismo desumano e cruel, pois a Lei de Moisés supria todas as carências e lacunas sociais. E, quando do advento da injustiça, Jeová enviava os seus mensageiros que, corajosamente, clamavam contra a opressão, o roubo, o crime e a infidelidade doméstica.

4. Proteção da vida. Também estava sob o encargo do sacerdote a inspeção das casas (Dt 22.8) e da criação de animais (Êx 21.36). A mulher grávida recebia proteção especial (Êx 21.22). Enfim, a vida na sociedade judaica era e é sagrada; um dom do Criador (Nm 16.22). Por isso, Deus determina no Sexto Mandamento: “Não matarás” (Êx 20.13). Mencionemos ainda as cidades de refúgio que, administradas pelos levitas, serviam para acolher o que, sem o querer, matava alguém (Nm 35.10-15).

Oremos, para que o nosso país seja realmente justo e misericordioso. Não nos faltam leis, nem legisladores, nem juízes. Ei-los pelos tribunais; ei-los saindo das faculdades e academias. Todavia, falta-nos o temor do Senhor, sem

o qual não pode haver princípio algum de sabedoria. É chegado o momento de rogarmos ao Senhor que nos cure a terra. Achamo-nos tão enfermos, hoje, quanto o Israel dos tempos de Isaías (Is 1.1-9). Neste momento, conscientizemo-nos de nossa responsabilidade como sal da terra e luz do mundo.

CONCLUSÃO

Conforme profetizou Malaquias, a aliança do Senhor com a tribo de Levi era firme e bem conhecida de todo o Israel. Nesse sentido, seus descendentes deveriam ser o mais alto referencial da nação no que tange à Lei de Moisés, à instrução e à administração da justiça (Ml 2.4-7). Infelizmente, os sacerdotes não souberam como guardar o concerto levítico.

Se o Senhor exigiu excelência e correção dos levitas, no Antigo Testamento, como devemos nós agir? Que o nosso culto seja marcado pelo amor e pela não conformação com este mundo.

Nós, obreiros de Cristo, temos de ser um padrão na sã doutrina, segundo recomenda o apóstolo: “Torna-te, pessoalmente, padrão de boas obras. No ensino, mostra integridade, reverência” (Tt 2.7, ARA). Ainda que não sejamos sacerdotes como os filhos de Levi, nossa responsabilidade, diante do povo de Deus, não é menor. Se o Senhor exigiu deles excelência, o que não exigirá de nós, seus despenseiros? Ou será que já não tememos ser reprovados no Tribunal de Cristo? Que o Senhor nos ajude.

5 SANTIDADE AO SENHOR

INTRODUÇÃO

Em Levítico, somos desafiados por uma doutrina imprescindível à nossa segurança espiritual: a santificação. Do primeiro ao último capítulo do livro, a preocupação do autor sagrado, inspirado pelo Espírito Santo, é guindar os israelitas (e a nós também) a uma posição alta e privilegiada diante de Deus.

Antes de tudo, observamos que foi necessário separar Israel dos outros povos, para que este se erguesse como testemunha da verdadeira fé. Vencida essa etapa, era urgente separar Israel para o serviço de Jeová, que continua a requerer de seus servos (entre os quais, nós) uma perfeição que, ainda hoje, parece inatingível: “Eu sou o Deus Todo-Poderoso; anda na minha presença e sê perfeito” (Gn 17.1, ARA).

Por que Deus nos demanda tal perfeição, se até mesmo, em seus anjos, acha Ele imperfeições e falhas? (Jó 4.18). Todavia, o padrão divino não pode ser rebaixado à condição humana; seu propósito é promover-nos às regiões celestiais.

Apesar de vivermos numa dispensação agraciada e plena, não devemos supor que a santificação foi uma reivindicação apresentada somente a Israel. O apóstolo Pedro repete-a à sua congregação (1 Pe 1.16). O que nos resta a fazer? Aprendamos com os sacerdotes do Senhor o valor, a beleza e a força da doutrina bíblica da santificação.

I. A MARAVILHOSA DOUTRINA DA SANTIDADE

Já me perguntaram diversas vezes, por que a doutrina da santificação não é mais pregada em nossos púlpitos como outrora. Enquanto ponderamos uma resposta, recorramos a esse tão precioso ensino como no-lo apresentam as Escrituras Sagradas.

1. A doutrina da santificação. Inserida no departamento soteriológico da Teologia Sistema, a doutrina da santificação pode ser definida como o ensino, cujo principal objetivo é levar o crente a separar-se do mundo, para consagrar-se inteiramente a Deus.

O substantivo feminino “santificação” provém do verbo latino eclesiástico *sanctificare* que, numa primeira instância, significa “fazer santo”. Já na instância seguinte, pode significar também separar algo ou alguém para o uso sagrado.

Se formos ao grego do Novo Testamento, constaremos que a palavra “santificação” provém do substantivo *hagiasmos*, que, por sua vez, procede do verbo *hagiazō*. De acordo com o Léxico de Thayer, o verbo *hagiazō* significa “reconhecer como venerável; honrar; separar algo das coisas profanas para dedicá-lo a Deus; consagrar; purificar tanto externa quanto cerimonialmente”.

Tanto no grego, como no latim, o significado e a demanda da santificação não mudam. Se nesta língua somos chamados a separar-nos do mundo, naquela somos intimados a consagrar-nos inteiramente a Deus e ao seu serviço.

Na língua hebraica, há também uma palavra específica para santificação. O vocábulo *kadosh* remete-nos ao mesmo sentido de santidade, separação e pureza, que encontramos no latim e no grego.

2. O que é a santificação. Já que definimos a doutrina da santificação, resta-nos, agora, descrever esse processo que, em nós, começa a ser operado desde o dia em que recebemos Jesus Cristo como nosso Salvador.

Em primeiro lugar, entendamos que a nossa santificação é da inteira vontade de Deus. Ouçamos atentamente o que Paulo recomenda aos irmãos de Tessalônica: “Pois esta é a vontade de Deus: a vossa santificação, que vos abstenhais da prostituição” (1 Ts 4.3, ARA). Se é da vontade de Deus que nos santifiquemos, não podemos contrariá-la. Doutra forma, jamais poderemos adentrar a Jerusalém Celeste; ali estão vedados os que se dão à prática do pecado. Eis a advertência que nos faz o autor sagrado:

Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte. (Ap 21.8 , ARA)

Em segundo lugar, há uma verdade ainda ignorada por muitos crentes: a doutrina da santificação deve ser pregada exclusivamente aos santos. Quanto aos que ainda não conhecem a Deus, que lhes seja proclamada a mensagem de arrependimento. O apóstolo Paulo, ainda escrevendo aos tessalonicenses, é bastante categórico ao exortá-los a uma vida de maior santidade perante Deus: “O mesmo Deus da paz vos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Ts 5.23, ARA).

Em terceiro lugar, não podemos confundir santidade com santificação. No exato instante em que aceitamos Jesus, somos imediatamente elevados à posição de santos; sendo já santos, estamos entre os demais santos. Isso não significa, porém, que o processo de nossa santificação haja se completado ali. Posto que a santificação é um processo, e não um ato, tem início ali, ao pé da cruz, uma ação longa e continuada que, levada a efeito pela Palavra de Deus, conduzir-nos-á à estatura de varões perfeitos, segundo o modelo que há Jesus Cristo.

Com dito, a santidade deve ser vista como um posicionamento e não como

um processo devidamente encerrado. Que agora somos santos, não há dúvida. Todavia, isso não significa que já estejamos plenamente santificados. Seremos constrangidos, durante a nossa peregrinação à Cidade Celeste, a buscar os meios da graça, a fim de alcançarmos a perfeição: oração, leitura da Bíblia, jejuns, frequência aos cultos e disciplina espiritual. Enquanto estivermos neste mundo, soar-nos-á aos ouvidos a exortação apostólica: “Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o SENHOR” (Hb 12.14).

Em quarto lugar, a santificação é, de fato, uma obra específica do Espírito Santo. Atentemos a esta recomendação de Paulo ainda aos irmãos de Tessalônica: “Entretanto, devemos sempre dar graças a Deus por vós, irmãos amados pelo SENHOR, porque Deus vos escolheu desde o princípio para a salvação, pela santificação do Espírito e fé na verdade” (2 Ts 2.13, ARA). Ora, a função do Espírito é santificar a Igreja de Cristo. Daí a razão de seu nome; seu ministério compreende a nossa inteira santificação.

Cabe-nos, entretanto, dar-lhe total guarida, para que Ele opere com toda a liberdade em nosso ser. Doutra forma, jamais seremos admitidos entre os santos de Deus. Atentemos, também, a esta palavra de Pedro aos irmãos que se achavam dispersos: “Eleitos, segundo a presciência de Deus Pai, em santificação do Espírito, para a obediência e a aspersão do sangue de Jesus Cristo, graça e paz vos sejam multiplicadas” (1 Pe 1.2). Que nos abramos à santificação que, em nós, quer operar o Espírito de Deus. Ele não pode ser entristecido por nossas atitudes mundanas, cruéis, incrédulas e apostatas.

II. O TEXTO ÁUREO DE LEVÍTICO

Neste tópico, focalizaremos o texto áureo do livro de Levítico. Após o havermos considerado, concluiremos que ele continua tão atual hoje quanto no dia em que Moisés, há 3500 anos, o entregou aos filhos de Israel no deserto do Sinai. Leiamos o texto sagrado: “Fala a toda a congregação dos filhos de Israel e dize-lhes: Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou

santo” (Lv 19.2).

1. “Fala a toda a congregação dos filhos de Israel e dize-lhes.” Por intermédio de seu fiel mensageiro, o Senhor dirige-se a toda a congregação dos filhos de Israel. Já não pode haver distinção entre dirigentes e dirigidos, nem se admite a divisão do povo de Deus entre clero e laicato. Agora, todo o povo de Israel faz-se congregação diante do Senhor, o corpo místico de Jeová no Antigo Testamento.

Deus ordena a Moisés a falar a toda a congregação de Israel. Nesse caso, o verbo hebraico *dabar* não pode ser interpretado como uma elocução qualquer. Essa palavra deve ser ouvida, por todos nós, como se fora uma ordem expressa de Deus: declarar, comunicar, afirmar solenemente.

Por intermédio de Moisés, o Senhor dirige-se não ao povo: o Israel visível. Mas à *congregação*: o Israel invisível e espiritual. A palavra “congregação”, em hebraico, é bastante específica: *’edah* é um termo que evoca, entre outras coisas, ajuntamento solene ou assembleia. Sendo assim, conforme já dissemos, os filhos de Israel devem ser vistos não como mera entidade política, mas como a Igreja do Senhor no Antigo Testamento. É claro que a soberania divina não se restringe à *congregação*; abrange a todos em qualquer tempo e lugar. Mas, com intimidade, Ele trata apenas com os seus queridos filhos.

2. “Santos sereis.” Moisés, agora, transmite a ordem divina à congregação israelita: “Santos sereis”. Detenhamo-nos no substantivo “santo” segundo o original hebraico. O vocábulo *qadowsh* traz estes sentidos: sagrado, separado, apartado e santo. Isso não significa que a nossa santidade levar-nos-á a sair do mundo ou do mundo isolar-se. Lembremo-nos da oração sacerdotal de Jesus: “Não peço que os tires do mundo, e sim que os guardes do mal” (Jo 17.15, ARA).

Na ótica bíblica, santificar-se não significa isolar-se da sociedade, mas nesta

atuar como testemunha fiel de Deus. É o que o Senhor requisitava de sua congregação no deserto. Mesmo ali, ainda sem contatar povo algum, deveriam os israelitas consagrar-se inteiramente como servos do Senhor. Sim, embora estamos no lugar mais improvável e árido, proclamemos as virtudes do Reino de Deus, por meio de uma vida santa, pura e marcada pela distinção.

3. “Porque eu, o Senhor, vosso Deus, sou santo.” Neste ponto, o Senhor apresenta a razão de sua demanda à congregação de Israel: “Porque eu, o Senhor”. Sim, Deus é o Senhor. Logo, nesse relacionamento, não passamos de servos. Ele tem autoridade para exigir que cada um de seus filhos seja santo, porque Ele é santo. Como ignorar as prerrogativas daquele que nos chamou à perfeição?

O texto áureo de Levítico é tão claro e abrangente que nem mesmo os dirigentes máximos da nação sentiam-se eximidos dessa obrigação. Todos deveriam porfiar por uma vida santa que, tendo início, em seu coração, refletisse em seu semblante. Que o Senhor nos ajude a andar de valor em valor até que venhamos a completar a nossa carreira espiritual.

III. A SANTIFICAÇÃO DA CLASSE SACERDOTAL

Os sacerdotes deveriam ser uma referência perfeita à nação de Israel no que tange à santidade e à pureza. Afinal de contas, eram os responsáveis pela santificação do povo, a fim de torná-lo propício diante de Deus.

1. Santidade exterior. Aos ministros do altar, o Senhor impusera uma série de restrições, para que não viessem a comprometer o ministério sagrado. O sumo sacerdote, por exemplo, não poderia desposar uma mulher qualquer a não ser uma virgem (Lv 21.7,14). Até mesmo em relação ao luto, deveriam os ministros do altar ser precavidos e cuidadosos (Lv 21.1-3). Tendo em vista o emblema da santidade divina que pesava sobre a classe sacerdotal, nenhum

descendente de Levi poderia ser admitido no serviço divino se portasse alguma deficiência física (Lv 21.17-21).

Embora não pertençamos à Casa de Levi, deveríamos nós, os obreiros de Cristo, ter uma postura mais santa e reverente. Às vezes, no púlpito, comportamo-nos como meros comediantes. Contamos piadas; lembramos pilhérias; evocamos imagens fortes e até sensuais. Imaginamos que, com uma desenvoltura mais leve e solta, levaremos o povo Deus ao Céu.

Como se não bastasse, vemos alguns homens, tidos como de Deus, envolvidos em desinteligências, resmungos, escândalos e corrupção. Acham-se eles tão acostumados à impenitência, que já não temem ofender o Espírito Santo. Seguindo a doutrina de Balaão e errando pelos caminhos dos nicolaítas, usam a Bíblia para corromper o povo de Deus. Por intermédio da teologia, desviam os jovens e transviam os companheiros de ministério. A Igreja de Cristo? Têm-na como um negócio vantajoso.

O que falar dos divórcios já tão comuns entre os membros do ministério sagrado? Não nos enganemos! O mesmo Deus que não deixou impune Nadabe e Abiú continua a reivindicar, de cada um de seus trabalhadores, uma vida íntegra, imaculada e irrepreensível. Certa vez, um querido amigo disse-me que Deus começaria a punir os maus obreiros com a morte. Na hora, achei a expressão um pouco carregada. Todavia, se acreditamos que o Deus de Levítico continua o mesmo, então que busquemos a misericórdia daquele que, apesar de nossas maldades, quer restabelecer-nos prontamente.

2. Santidade interior. O sumo sacerdote tinha de portar uma lâmina de ouro que, posta em sua mitra, trazia esta advertência: “Santidade ao SENHOR” (Êx 28.36). A santidade do sacerdote, portanto, longe de ser formal, era um reflexo do que lhe ia na alma (Ml 2.7). Infelizmente, a classe sacerdotal, com o tempo, deixou-se levar por um culto formalista e apóstata, o que ocasionou a destruição de Jerusalém (Jr 5.31; 23.11).

Como está a nossa santidade interior? Por vezes, exteriormente, parecemo-

nos o mais santo e correto dos homens. Mas, em nosso coração, quanto pecado. Em nossa alma, quanta iniquidade. E, em nossa mente, quanta sujeira, cobiça, adultério e até homicídios. Se não fizermos uma pausa, a fim de buscar a Deus, corremos o risco de perder a alma. Já imaginou ser lançado no lago de fogo em consequência de uma vida interior pecaminosa e reprovada diante do santíssimo Deus?

Que nós, obreiros de Cristo, guardemo-nos da pornografia e do contato com mulheres pecadoras e carregadas de concupiscência. Sejam os precavidos. Façamo-nos acompanhar pela esposa onde quer que estejamos. Não importa se você é um obreiro jovem, de meia idade ou até mesmo um velho. O inimigo de nossas almas (às vezes, somos nós mesmos) está pouco se importando com a nossa faixa etária. Meu querido pastor, Roberto Montanheiro, costumava dizer que, no jogo da tentação, o Diabo enfraquece o mancebo e fortalece o ancião.

3. Santidade e glória. A santidade e a pureza da classe sacerdotal demonstravam a glória de Deus sobre todo o povo de Israel. Por esse motivo, os ministros do altar deveriam oferecer sacrifícios em primeiro lugar, por si mesmos, e depois por todo o povo (Lv 9.1-8). Se, pelo altar, deveria começar a santificação do povo, pelo mesmo altar deveria também ter início a punição dos ministros de Deus (Jl 1.3; 2.17; 1 Pe 4.17). Neste momento, o Senhor Jesus, por intermédio de seu Espírito Santo, está a requerer mais santidade e pureza de seus obreiros. Doutra forma, não subsistiremos às tormentas que, brevemente, se abaterão sobre a Igreja de Cristo.

Fomos chamados a refletir a glória de Jesus Cristo onde quer que estejamos. Que todos vejam, em nossa face, o rosto de Cristo; em nossas mãos, a providência divina; e, em nossos pés, o Evangelho que alcança os confins da terra.

É chegado o momento de voltarmos ao primeiro amor. Se nos curvamos diante do Cordeiro, seremos renovados em línguas estranhas, receberemos

dons espirituais e daremos uma sequência gloriosa ao nosso ministério. Evangelizemos. Lancemo-nos às missões. Trabalhemos enquanto é dia; a noite não demora a chegar.

IV. UMA TAREFA QUASE IMPOSSÍVEL, A SANTIFICAÇÃO DE TODO DE TODO UM POVO

A santidade da classe sacerdotal deveria refletir-se, necessária e eficazmente, na vida diária de Israel como povo, como congregação e em cada família (Os 4.9-11).

1. Povo santo. Por que o Senhor exigia santidade e pureza de seu povo? (Lv 11.44,45). Antes de tudo, para que Israel cumprisse, cabalmente, a missão para a qual havia sido chamado: ser uma bênção a todos os povos (Gn 12.1-3). Se atentarmos à História Sagrada, verificaremos que a santificação dos hebreus teve início no exato instante em que Deus chamou Abraão (Gn 17.1-7). A partir de sua vocação, os hebreus já tinham como obrigação, espiritual e moral, levar a Palavra de Deus a toda a terra, para que esta se enchesse do conhecimento do Senhor (Hb 2.14). Portanto, a menos que o povo de Deus seja puro e santo, a evangelização jamais alcançará todos os povos da terra. Requer-se, ainda, que este mesmo povo seja revestido do poder do Espírito Santo (At 1.8). Somente assim a proclamação do Evangelho será eficaz.

Com muita tristeza, observamos que o título “evangélico”, que tanto nos dignificava até a década de 1980, não passava hoje de um rótulo velho e já lançado no monturo. Se, no passado, era ignominioso ser crente, atualmente é chique; constitui-se até num passaporte à ascensão social, política e econômica. Tenho encontrado alguns membros de minha querida denominação que, em nada, diferem de um mundano. Basta uma conversa de três ou quatro minutos, para concluir que, aquela pessoa, embora batizada nas águas, jamais teve uma experiência real com o Senhor Jesus.

Se o povo de Deus não voltar a ser distinguido pela santidade, como

haveremos de resgatar o Brasil da miséria em que se encontra?

Antes de tudo, voltemos à doutrina da santificação. Santifiquemo-nos. Caso contrário, seremos envergonhados quando estivermos a conclamar a Igreja de Cristo a uma vida santa e piedosa. Obreiros do Senhor, choremos diante do Cordeiro de Deus.

2. Congregação santa. O povo somente virá a ser santo se a congregação for pura, santa e separada do mundo. Eis porque, no Pentateuco, o povo todo de Israel era tido como a congregação do Senhor (Êx 12.3-6; Lv 4.15). Naquele tempo, não havia (e nem poderia haver) o que chamamos de laicismo, porque tanto os dirigentes do povo quanto este deveriam ser crentes; fiéis testemunhas do Senhor (1 Rs 8.5).

A tenda, na qual Moisés entrava para falar com o Senhor, não pertencia a esta ou àquela tribo, mas a toda congregação de Israel (Êx 27.1). Portanto, todo o ajuntamento de Jeová deveria ser reconhecido por sua dedicação incondicional ao Senhor. Até os rebeldes e apóstatas reconheciam a distinção da assembleia de Jeová (Nm 16.3). Foi com esse *status* que Israel apossou-se da Terra Prometida.

3. Famílias santas. A congregação de Israel só viria a ser santa se cada família, em particular, fosse igualmente santa e dedicada ao Senhor. Por isso, Deus requeria que toda família comemorasse a Páscoa (Êx 12.3). Na prática, os sacrifícios pela congregação e pelo povo só teriam efeito, se cada unidade doméstica observasse a adoração ao Deus de Jacó, como o fazia o próprio patriarca (Gn 35.1-5).

A família hebreia ideal é descrita no Salmo 128. Apesar de o divórcio ser tolerado na sociedade israelita, havia dispositivos severos para proteger a unidade familiar hebreia (Lv 18). Portanto, só com famílias realmente santas é que poderemos levar Cristo a todos os lares do Brasil e do mundo.

CONCLUSÃO

A santidade não é um mero ornamento na vida dos filhos de Deus. É um requisito obrigatório; mantém-nos firmes e inabaláveis no Senhor; dá-nos condições de propagar o Evangelho.

Tendo como exemplo o compromisso do sacerdócio levítico com a santidade divina, devemos primar por uma vida irrepreensível diante de Deus e dos homens. Se somos, de fato, o sal da terra, por que não salgar a sociedade com um testemunho irrepreensível? E se somos a luz do mundo, por que as trevas já encobrem o povo de Deus?

No desempenho de meu pastorado, tenho encontrado muitos crentes que, embora frequentem assiduamente os cultos, ainda não tiveram uma experiência pessoal com o Senhor; são perigosamente nominais. Estão na igreja, mas não são Igreja. O que lhes falta? Uma vida de santidade e pureza, que os diferencie o mundo. Que Deus nos ajude a reconduzi-los ao Senhor Jesus Cristo enquanto é dia.

Santidade ao Senhor!

6 A DOUTRINA DO CULTO LEVÍTICO

INTRODUÇÃO

Em cada livro da Bíblia Sagrada, há uma teologia implícita. Minha experiência pessoal é que, em alguns deles, só viremos a descobri-la por meio de uma leitura atenta, piedosa, reflexiva e clamante. A partir daí, ser-nos-á possível ouvir o que o Espírito Santo diz às igrejas. No Evangelho de João, a teologia é patente (Jo 20.31). No Levítico, é tácita; requer-se esforço concentrado para se alcançá-la.

Neste capítulo, consideraremos a teologia que subjaz ao terceiro livro do Pentateuco. Em suas celebrações e ordenanças, repousam princípios eternos aplicáveis tanto à congregação de Israel, no deserto, quanto à Igreja de Cristo, em sua militância rumo à Jerusalém celeste.

Logo de início, estabeleceremos um contraste entre a religião de Israel e a do Egito. Se a primeira tinha a Deus por Senhor, a segunda, desprezando-o também como Criador, adorava a criatura, como se a criação fosse, em si mesma, uma divindade.

I. ISRAEL *VERSUS* EGITO

Quando Israel desceu ao Egito, o Faraó ainda conservava algum resquício do monoteísmo adâmico e noético. Bastaram, porém, quatro séculos para que a religião egípcia viesse a degenerar-se num politeísmo bizarro, indecente, cruel e blasfemo. Se os primeiros reis egípcios mostravam temor a Deus, o Faraó do Êxodo ergue-se como o arqui-inimigo de Jeová.

Vejamos, pois, como ambos os povos viam o mundo, a partir de sua religião.

1. A excelência da teologia hebreia. Os filhos de Israel professavam ousadamente a sua crença no Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó. Nesse credo simples e até despretensioso, demonstravam aos demais povos que o seu Deus, embora transcendente, era também imanente. Se, por um lado, estava além da criação, por outro, não se confundia com nada criado. Mas, nem por isso, omitia-se em se revelar às suas criaturas morais: anjos e homens.

Se perguntássemos a um hebreu do Antigo Testamento se Deus existe, responder-nos-ia ele que o Todo-Poderoso não se limita a existir; Jeová simplesmente; assim revelara se a Moisés: “Eu sou o que sou” (Êx 3.14).

Caso, porém, fizéssemos igual pergunta a um egípcio dessa mesma época, ouviríamos uma resposta descontraída e teologicamente confusa: “Que deus?”. Para esse homem, até Faraó era uma divindade; um deusinho entre milhares de outros. E quanto ao “poderoso” Rá-Atum? Honrado como o criador dos céus, da terra e do ser humano, só mostrava a cara ao meio-dia. Às 13 horas, ei-lo a desaparecer até ser encoberto pela escuridão.

E Isis e Osíris? Filhos de Geb e Nut, ignorando as leis do incesto, casaram-se entre si. Apesar de suas relações tortuosas, saíram a cavilar a adoração dos egípcios. Como estes eram também incestuosos e moralmente enfermos, não tiveram qualquer problema ético em aceitá-los como padroeiros. Cada povo tem a divindade que merece. Desprezando o Deus Vivo e Verdadeiro, foram os egípcios plasmando deuses mortos e falsos; deuses que se conformavam às suas lascívias, iniquidades e pecados.

Se fôssemos apresentados a Set, ficaríamos ainda mais confusos. Adorado como o responsável pelo caos e pelas guerras, era representado, no panteão egípcio, como um porco-formigueiro. Já ideou um deus com tal aparência?

Não imagine qualquer pericorese entre as divindades do Egito. Ciumentos

e raivosos viviam às turras; brigavam muito. Em nada diferiam dos moradores do Olimpo: adulteravam, matavam, roubavam; eram piores do que os seres humanos. Como poderiam eles ordenar aos seus devotos: “Sede santos, porque nós, vossos deuses, somos santos?”.

2. A coerência da cosmologia hebreia. Além de acreditarem na realidade de um Deus Único e Verdadeiro, os hebreus acreditavam também que esse mesmo Deus, no princípio da História Sagrada, criara os Céus, a Terra e o ser humano. De forma singela, o profeta Moisés narra a criação de tudo quanto existe:

No princípio, criou Deus os céus e a terra. A terra, porém, estava sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas. Disse Deus: Haja luz; e houve luz. Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia. (Gn 1.1-5)

A cosmologia hebreia pode ser condensada numa declaração teológica que se fez credo: “Pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem” (Hb 11.3, ARA). Pode haver explicação mais lógica e coerente para o aparecimento de tudo quanto existe? Nem mesmo a teoria do Big Bang, embora tão decantada academicamente, reúne a explicação necessária para uma cosmologia que nos atenda aos reclamos mínimos da mente. Somente a Bíblia Sagrada pode dar-nos as respostas de que precisamos.

Voltemos à cosmologia egípcia. Antes de tudo, consideremos as fragilidades e limitações do deus egípcio que tudo criou; não tinha ele sequer o atributo da eternidade. Embora criador, fora criado a partir de águas inquietas e turbulentas. Saindo destas, transformou-se no sol do meio-dia.

Em seguida, Rá-Atum gerou, conjugando-se à própria sombra, a deusa

Tefnut, a umidade. Não demorou a chegar-lhe outro filho: Shu, o ar. Estes, por sua vez, tiveram seus próprios descendentes. Vieram Geb e Nut que, respectivamente, são a Terra e o Céu.

Para mim, a cosmologia egípcia não passa de uma parábola científica de qualidade duvidosa; inferior mesmo. Infelizmente, tal parábola *mitologizou-se*, gerou deuses e deusas, aqueles nefastos e estas despudoradas. A propósito, que família de bem receberia Hathor em casa? Mestra na prostituição que se deleitava em destruir lares.

3. A antropologia egípcia. O hebreu via a si próprio como imagem e semelhança de Deus; não ignorava as palavras do Gênesis: “Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra” (Gn 1.26, ARA).

Mais adiante, Moisés, inspirado pelo Espírito Santo, narra a feitura de Adão: “Então, formou o SENHOR Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente” (Gn 2.7, ARA). Pode haver mais candura e simplicidade na descrição de nossa origem? Sem recursos mitológicos e sem o concurso de fantasias, o profeta descreve o aparecimento do homem sobre a Terra. Até hoje, não encontrei explicação melhor. Concentremo-nos, agora, na antropologia egípcia, que, na verdade, não passa de um trecho confuso de sua cosmologia. Segundo a mitologia egípcia, o deus Rá-Atum também foi o responsável pela criação do ser humano. Iracundo e carregado de lascívia, ira, inveja e orgulho, plasmou ele, a partir de águas nada calmas, um ser que lhe refletisse o caráter: o homem já caído da graça. Vejo-me obrigado a repetir a pergunta: como um deus como Atum podia requerer de seus adoradores: “Sede santos, porque eu sou Santo?”. As fofocas de Heoliópolis, onde moravam os deuses do Egito, dizem que ele era um onanista viciado. Como orar a um deus, cuja folha

corrida era tão extensa e vergonhosa?

II. A TERRA É DO SENHOR

O livro de Levítico reafirma, por meio de suas ações litúrgicas, as teologias do Gênesis e do Êxodo; mostra que Deus, sendo o Criador dos Céus e da Terra, tem de ser adorado por tudo quanto existe e por tudo o que temos.

1. Deus é o Criador dos Céus e da Terra. Se o Gênesis mostra que Deus criou tudo quanto existe, o Levítico reivindica dos israelitas que consagrem tudo ao Senhor (Gn 1.1; Lv 1.1-17). Ao mesmo tempo, exorta-os didaticamente, por meio das ofertas e sacrifícios, a jamais oferecer honras a ídolo algum (Lv 19.4).

No panteão faraônico, a Terra era idealizada pelo deus Geb; um representante bem-apanhado do sexo masculino. E, para acompanhá-lo, ali estava a deusa Nut, responsável pelo bom andamento do céu. Diante dessa extravagante narrativa, o que esperar dos egípcios? Não é de admirar que eles adorassem o seu país, como se este fosse o centro do Universo e a morada de todos os deuses. Mas para eles, suas divindades, ao invés de se espalharem pelo Egito, concentravam-se relaxadamente em Heliópolis, onde reinava Rá-Atum sobre todos.

Nesse processo idolátrico, residia um projeto de poder, que consistia em eternizar os Faraós sobre o governo do Egito. O mandatário egípcio, tendo à sua disposição toda uma academia de astrólogos, magos e bruxos, *mitologizava* habilmente a própria imagem. Esse marketing era tão poderoso que, com exceção dos “sábios”, todos imaginavam que o Faraó descendia diretamente de Osíris. A lógica política, que subjazia a essa propaganda oficial, era ardilosa, cruel e mentirosa. Sendo o rei um deus, a terra sobre a qual reinava também era uma divindade. Por que contrariar os deuses? A fim de esvaziar o panteão egípcio, Deus enviou às terras de Faraó dez formidáveis pragas. Nesse décuplo castigo, todas as divindades egípcias viram-se por terra.

Nem o Nilo escapou. E, como derradeiro castigo, o Senhor puniu a própria casa de Faraó, matando-lhe o primogênito. Com a morte deste, caía o mito de Osíris.

Consideremos as dez pragas não apenas como açoite ao Egito, mas principalmente como preciosa lição aos filhos de Israel. Apesar de sua crença monoteísta, o seu contato prolongado com a religião egípcia levou-os a uma espécie de henoteísmo. E, agora, apesar de ainda crerem no Deus de Abraão, não deixavam de crer nos deuses de Faraó. Não foi sem razão que caíram em diversas apostasias durante a caminhada à Terra Prometida. É claro que, entre os hebreus saídos do Egito, havia um núcleo fiel, que jamais se deixou embair pela mitologia egípcia. A maior parte, todavia, acabou por cair no deserto.

Na verdade, não foi difícil tirar Israel do Egito. Difícil mesmo foi arrancar o Egito de Israel. O que esperar de um povo que estava disposto a trocar a sua liberdade por melões e pepinos? Essa mesma gente acabaria por barganhar o seu Deus por um mísero bezerro de ouro; reminiscência da idolatria egípcia.

O Egito, como as demais nações, não pertencia ao Faraó nem ao seu querido primogênito; o mundo todo pertence a Deus. Logo, nenhuma terra em particular pode ser idolatrada.

Se do Senhor é a Terra, como devemos proceder?

Hoje os pecados ligados à Terra são estranhos e muitos. Vão desde a posse criminosa de vastas e preciosas glebas, que poderiam nutrir milhões de famílias, até à ecolatria. Que o planeta deve ser preservado, ninguém discorda. Mas daí a adorar a criação em lugar do Criador é um absurdo. Nos dias de hoje, a Terra é adorada como a deusa Gaia. Ontem, uma divindade masculina; hoje, feminina. Até o planeta foi submetido ao processo pós-moderno de afeminação. Para evitar tais arroubos, o livro de Levítico mostra o nosso planeta, em seus sacrifícios e oferendas, como obra de Deus. Todo israelita é exortado a adorar somente ao Senhor.

2. Deus é o libertador de Israel. O livro de Levítico patenteia aos filhos de

Israel que Deus é o seu único libertador. Por esse motivo, nenhum israelita poderia comparecer diante do Senhor de mãos vazias (Êx 23.15).

A teologia de Levítico tinha uma lógica simples e perfeitamente compreensível: se toda a Terra é do Senhor, logo todos os seus moradores devem adorá-lo com os produtos de suas rendas. Nesse sentido, a religião do Antigo Testamento ia além da mera liturgia. Toda vez que um israelita oferecia um sacrifício a Jeová, quer pacífico, quer por sua iniquidade, ele confessava dramaticamente reconhecer o senhorio divino sobre tudo que existe.

O adorador agradecia também ao Senhor pelo Êxodo. Por esse motivo, a teologia de Levítico era essencialmente memorialista; o Libertador de Israel jamais poderá ser esquecido. Ele será lembrado em cada sacrifício, oferta e apresentação.

Por que não agimos assim também? Deveríamos apresentar nossos dízimos e ofertas ao Senhor de forma litúrgica e memorial. Em oração e profundas ações de graças, levemos as primícias de nosso labor à sala do tesouro, conforme recomenda-nos o Senhor, por intermédio de seu profeta (Ml 3.10). Os princípios do terceiro livro do Pentateuco não foram sepultados no Antigo Testamento, mas revivem no espírito da Nova Aliança. Não quero dizer, com isso, que devamos judaizar-nos; isso seria apostatar da verdadeira fé. Mas que temos de reconhecer os benefícios recebidos do Senhor, não há dúvida.

Jesus Cristo, por intermédio de seu sangue, libertou-nos do pecado, do mundo e do próprio Diabo. Por que não honrá-lo com as primícias de nossas primícias?

3. Israel é o templo de Deus. A teologia de Levítico tinha por objetivo, ainda, conscientizar Israel de sua vocação divina (Lv 20.26). Logo, toda a nação israelita era um templo de adoração ao Senhor. (Lv 10.3). O povo hebreu não era uma mera teocracia; era a congregação de Jeová. (Lv 9.23).

Tenho para mim que a maior teocracia atual é a Coreia do Norte. Suplanta

até mesmo o país dos aiatolás. Pelo menos foi a impressão que tive ao assistir a um documento sobre esse hermético país do Extremo Oriente. Apesar de seu ateísmo militante, a religião, ali, é praticada radical e ostensivamente. Altares e nichos são encontrados em todos os lugares. Se formos a Pyongyang, teremos a impressão de que a cidade toda é um grande e suntuoso templo. Mas não pense você que, neste altar, há um santo católico, e, naquele, um budista, e, naquele outro, um hindu. O único deus encontrado naquele perímetro silente e ameaçador é o grande líder e seus “onipresentes” antepassados. A mesma impressão teremos se visitarmos alguns países da América Latina. Haja vista o ocorrido na Venezuela. O falecido presidente Hugo Chaves foi de tal forma idolatrado, que chegaram inclusive a adaptar-lhe uma oração do “pai nosso”. Até o nosso país já correu semelhante risco. Se é para adorar a Deus, estamos aqui. Mas, se é para adorar o homem ou o demônio, que o Senhor nos guarde.

Se nos fosse possível voltar à cidade egípcia de Tebas, veríamos que, ali, nos dias de Moisés, era mais fácil topar com um deus do que com um homem. Aqui, estava Rá-Atum. Lá, Osíris. E, mais adiante, a deslavada Hathor. A capital do Egito mais parecia um santuário a céu aberto do que um centro urbano. Se estendêssemos a excursão até Heliópolis, seríamos tomados pela revolta que levou Paulo a enojar-se de Atenas. Mas, entre tantos deuses e deusinhos, não encontraríamos um único altar consagrado ao Deus Desconhecido.

Ora, se o Egito era um templo dedicado a deuses que, rigorosamente, nem deuses eram, por que a herança de Jacó, em Canaã, não poderia ser também um santuário consagrado ao Deus de Abraão e de Isaque? Essa era a proposta da teologia levítica. Mas, para que isso se fizesse realidade, alguns estágios eram imprescindíveis. Antes de tudo, o povo hebreu teria de assumir sua identidade como congregação de Jeová. Isso significa que os israelitas precisavam superar, com urgência, as diferenças tribais, as arestas culturais e dialetais e, principalmente, as barreiras políticas que, a essa altura, já eram

bem visíveis. Sem comunhão, não pode haver povo de Deus.

A congregação de Jeová teria de ser tão unida que, aos olhos dos gentios, deveria parecer um único povo. Dessa forma, ao adentrarem a Terra Prometida, os israelitas não enfrentariam maiores dificuldades em transformá-la num templo a céu aberto.

Nalguns momentos de sua história, os israelitas estiveram perto de alcançar tal meta. Reis como Davi, Salomão (na primeira etapa de seu reinado), Josafá, Ezequias e Josias muito lutaram por esse ideal. Pelo que lemos no profeta Ezequiel, a comunhão plena e messiânica entre os hebreus somente virá a ocorrer com o estabelecimento do Reino Milenial, após a Grande Tribulação.

Numa leitura mais atenta de Levítico, aprendemos que a intenção do autor sagrado era conduzir didática e profeticamente Israel a ser a congregação e a Casa do Senhor. Alcançado esse ideal, por que precisariam eles de uma edificação tão suntuosa como a de Salomão? Como os israelitas eram tardos em assimilar as lições divinas, acabariam por idolatrar até mesmo o primeiro Templo (Jr 7.4).

III. OS ANIMAIS E OS VEGETAIS SÃO DO SENHOR

A teologia do Levítico mostra a criação como serva do Criador. Por esse motivo, os animais e os vegetais, em Israel, não eram adorados, mas serviam para glorificar a Deus.

1. No Egito, os animais eram deuses. Os egípcios não faziam distinção entre o Criador e a criação, nem estavam preocupados em distinguir os animais limpos dos impuros. Por isso, adoravam o boi, o crocodilo, o falcão e até o gato (Rm 1.25). Eis porque Deus, ao punir o Egito com as dez pragas, mostrou quão inúteis eram os deuses egípcios.

O panteão egípcio, diferentemente do grego, parecia mais um zoológico do que um depósito de deuses. Examinemos o caso de Thot. Patrono dos estudos, da escrita e dos cálculos, era representado por um homem com uma

imensa cabeça de macaco. No Levítico, o babuíno nem mencionado é. Mas os egípcios veneravam-no como divindade.

2. Os animais e a adoração a Deus. Ao contrário dos egípcios, os israelitas não se davam ao culto dos animais. Mas os apresentavam em sacrifício ao Senhor (Lv 1.2). Além disso, faziam distinção entre os animais limpos e impuros (Lv 11). O povo de Israel sabia que os animais não são deuses, e, sim, criaturas do Deus que as sustenta (Sl 104.14).

Quanto aos egípcios, tinham eles como deus o boi que, em sua mitologia, representava dois deuses: Osíris e Ptá. A primeira divindade era, às vezes, descrita como um morto-vivo; um amedrontador zumbi. Em Israel, de acordo com as recomendações levíticas, o gado vacum tinha apenas três finalidades: trabalho, alimentação e adoração ao Senhor.

Lembremo-nos do carneiro. Na mitologia faraônica, era o deus Knum, cuja função era moldar, qual oleiro, a aparência de deuses e dos homens. No sistema levítico, iria logo para o altar, quer para representar um sacrifício pacífico, quer para officiar uma oferenda pelo pecado.

3. Os vegetais e a adoração a Deus. O mesmo Deus que preconiza a preservação da natureza condena a sua idolatria; prática corriqueira entre os antigos cananeus (1 Rs 14.23). Já em Israel, os frutos da terra serviam para duas coisas: nutrir o povo e adorar a Deus; gratidão àquEle que “[faz] a terra dar a sua messe e, a árvore do campo, o seu fruto” (Lv 23.10; 26.4,5, ARA).

Que Deus nos guarde da idolatria. Às vezes, sem o percebermos, tornamo-nos tão idólatras quanto os egípcios do Faraó. Se retivermos o fruto da terra, e deixarmos o faminto perecer de fome, o que é isso senão avareza; abjeta idolatria (Cl 3.5)? A Terra é do Senhor. Logo, todas as suas novidades e produtos lhe pertencem. Então, que tudo seja-lhe apresentado em ações de graça.

IV. O SER É DO SENHOR

A teologia levítica realça a sacralidade da vida humana como imagem e semelhança de Deus. Em Israel, ao contrário das culturas cananeias, estava proibido o sacrifício humano, pois o verdadeiro sacrifício a Deus é um coração humilde e contrito (Is 57.15).

1. O ser humano é a imagem de Deus. O livro de Levítico corrobora a teologia do Gênesis ao mostrar que o ser humano foi criado por Deus (Gn 1.26). Em suas páginas, há vários dispositivos, visando promovê-lo como a obra-prima das mãos divinas. Por essa razão, o crente israelita era exortado a zelar do corpo e da alma (Lv 14.8a; 15.13; 20.7). Só agradaremos a Deus se vivermos com a excelência que Ele requer de cada um de nós.

No Egito, a única vida sagrada era a do Faraó. Segundo alguns mitólogos, descendia ele de Osíris; de acordo com outros, do prepotente Rá-Atum. Por essa razão, como já dito, toda a medicina egípcia era voltada a cuidar tanto da vida quanto da morte desse soberano. Na verdade, a primeira ocupação dos médicos da corte egípcia era preparar o rei, a fim de que, na outra vida, pudesse ele reinar com igual ventura e felicidade. Haja vista o cuidado dispensado ao embalsamamento de um Faraó.

2. A vida humana é sagrada. O crente israelita era exortado a ver a vida de todos os homens como sagrada. Por isso, não poderia, sob hipótese alguma, consagrar sua descendência aos ídolos (Lv 18.21). Todos os filhos de Israel tinham de ser consagrados ao Senhor; propriedade peculiar do Senhor. No início de sua história, os egípcios de fato davam-se à prática de sacrifícios humanos. Mas, com o tempo, foram abandonando tal hábito. Quando os filhos de Israel lá chegaram, por volta de 1900 a.C., já não se tinham notícias de semelhantes oferendas. Isso não significa, porém, que os reis egípcios fossem clementes ou benévolos com seus adversários. Se lhes fosse conveniente, até recém-nascidos lançavam ao Nilo.

3. O ser humano é servo e adorador de Deus. Se os israelitas observassem a Lei de Moisés, não teriam dificuldades em viver a essência de sua teologia. No livro de Levítico, seriam conduzidos a uma vida de santidade, pureza e serviço ao Senhor. Mas, em consequência de suas muitas apostasias, não puderam alcançar o cerne teológico das celebrações e sacrifícios prescritos.

No tempo de Isaías, a situação espiritual da nação estava de tal forma degenerada, que Deus censurou-a energicamente:

Visto que este povo se aproxima de mim e com a sua boca e com os seus lábios me honra, mas o seu coração está longe de mim, e o seu temor para comigo consiste só em mandamentos de homens, que maquinalmente aprendeu continuarei a fazer obra maravilhosa no meio deste povo; sim, obra maravilhosa e um portento; de maneira que a sabedoria dos seus sábios perecerá, e a prudência dos seus prudentes se esconderá. (Is 29.13, ARA).

Como os israelitas foram incapazes de viver a essência teológica da Lei de Moisés, o Senhor anunciou-lhes as consequências de sua rebelião e apostasia.

V. A ESCATOLOGIA LEVÍTICA

No capítulo 26 do livro de Levítico, estampa-se o futuro de Israel. A escatologia dessa passagem, apesar de seus rigores e disciplinas, é amorosa e redentora; não deixa os judeus sem esperança.

1. Um chamado à obediência. Já de início, o Senhor exorta Israel a evitar dois graves pecados: a idolatria e a profanação do sábado. A primeira transgressão sempre acabava por levar à segunda. Ouçamos a advertência divina:

Não fareis para vós outros ídolos, nem vos levantareis imagem de

escultura nem coluna, nem poreis pedra com figuras na vossa terra, para vos inclinardes a ela; porque eu sou o SENHOR, vosso Deus. Guardareis os meus sábados e reverenciareis o meu santuário. Eu sou o SENHOR. (Lv 26.1, ARA)

2. A promessa da obediência. Se os israelitas se ativessem à Lei de Moisés seriam abençoados em todas as coisas, conforme lhes promete o Senhor:

Se andardes nos meus estatutos, guardardes os meus mandamentos e os cumprirdes, então, eu vos darei as vossas chuvas a seu tempo; e a terra dará a sua messe, e a árvore do campo, o seu fruto. A debulha se estenderá até à vindima, e a vindima, até à sementeira; comereis o vosso pão a fartar e habitareis seguros na vossa terra. Estabelecerei paz na terra; deitar-vos-eis, e não haverá quem vos espante; farei cessar os animais nocivos da terra, e pela vossa terra não passará espada. Perseguireis os vossos inimigos, e cairão à espada diante de vós. Cinco de vós perseguirão a cem, e cem dentre vós perseguirão a dez mil; e os vossos inimigos cairão à espada diante de vós. Para vós outros olharei, e vos farei fecundos, e vos multiplicarei, e confirmarei a minha aliança convosco. Comereis o velho da colheita anterior e, para dar lugar ao novo, tirareis fora o velho. Porei o meu tabernáculo no meio de vós, e a minha alma não vos aborrecerá. Andarei entre vós e serei o vosso Deus, e vós sereis o meu povo. Eu sou o SENHOR, vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, para que não fôsseis seus escravos; quebrei os timões do vosso jugo e vos fiz andar eretos” (Lv 26.3-13, ARA).

3. O castigo pela desobediência. Mas se Israel ignorasse os mandamentos divinos, seria castigo dentro e fora de seus termos.

Tornar-se-ia motivo de zombaria e escárnio perante os gentios:

Mas, se me não ouvirdes e não cumprirdes todos estes mandamentos; se rejeitardes os meus estatutos, e a vossa alma se aborrecer dos meus juízos, a ponto de não cumprir todos os meus mandamentos, e violardes a minha aliança, então, eu vos farei isto: porei sobre vós terror, a tísica e a febre ardente, que fazem desaparecer o lustre dos olhos e definhar a vida; e semeareis debalde a vossa semente, porque os vossos inimigos a comerão. Voltar-me-ei contra vós outros, e sereis feridos diante de vossos inimigos; os que vos aborrecerem assenhorear-se-ão de vós e fugireis, sem ninguém vos perseguir. Se ainda assim com isto não me ouvirdes, tornarei a castigar-vos sete vezes mais por causa dos vossos pecados. Quebrantarei a soberba da vossa força e vos farei que os céus sejam como ferro e a vossa terra, como bronze. Debalde se gastará a vossa força; a vossa terra não dará a sua messe, e as árvores da terra não darão o seu fruto. E, se andardes contrariamente para comigo e não me quiserdes ouvir, trarei sobre vós pragas sete vezes mais, segundo os vossos pecados. Porque enviarei para o meio de vós as feras do campo, as quais vos desfilharão, e acabarão com o vosso gado, e vos reduzirão a poucos; e os vossos caminhos se tornarão desertos. (Lv 26.14-22, ARA).

4. A escatologia da esperança. No arrependimento nacional, o Deus de Abraão manifestar-se-á novamente aos filhos de Israel:

Mas, se confessarem a sua iniquidade e a iniquidade de seus pais, na infidelidade que cometeram contra mim, como também confessarem que andaram contrariamente para comigo, pelo que também fui contrário a eles e os fiz entrar na terra dos seus inimigos; se o seu coração incircunciso se humilhar, e tomarem eles por bem o castigo da sua iniquidade, então, me lembrarei da minha aliança com Jacó, e também da minha aliança com Isaque, e também da minha aliança

com Abraão, e da terra me lembrarei. Mas a terra na sua assolação, deixada por eles, folgará nos seus sábados; e tomarão eles por bem o castigo da sua iniquidade, visto que rejeitaram os meus juízos e a sua alma se aborreceu dos meus estatutos. Mesmo assim, estando eles na terra dos seus inimigos, não os rejeitarei, nem me aborrecerei deles, para consumi-los e invalidar a minha aliança com eles, porque eu sou o SENHOR, seu Deus. Antes, por amor deles, me lembrarei da aliança com os seus antepassados, que tirei da terra do Egito à vista das nações, para lhes ser por Deus. Eu sou o SENHOR. (Lv 26.40-45, ARA).

CONCLUSÃO

A teologia de Levítico pode ser resumida numa única expressão: obediência e fé. Se o nosso culto não for acompanhado de fé e obediência, Deus jamais se agradará de nós. De nada adianta uma liturgia bonita e imponente; liturgia sem piedade é coisa inútil. Se o nosso culto, porém, vier acompanhado pelo amor, haverá, então, resgate de preciosas almas e promoção do Reino dos Céus na Terra. Que o Senhor nos ajude em nossa peregrinação. Aqui, quantas lutas e tribulações. Ali, junto a Deus, desancaremos de todos os nossos pesares.

7 FOGO ESTRANHO DIANTE DE DEUS

INTRODUÇÃO

Seremos advertidos, agora, a ser mais reverentes com as coisas de Deus. Na tragédia de Nadabe e Abiú, talvez estejamos a ver o destino que nos aguarda, caso não nos arrependamos de nossos pecados, insolências e descasos quanto ao ministério que o Senhor Jesus nos confiou.

Embora Nadabe e Abiú fossem candidatos naturais ao sumo sacerdócio de Israel, corrompendo-se em seus privilégios, relaxaram em relação às suas responsabilidades perante Deus e diante do povo de Israel. A pergunta não deve ser evitada: Será que não estamos a agir de igual maneira? Ter privilégios não constitui pecado algum. Mas fazer deles o fim de nosso ministério pode levar-nos à perdição eterna. Zelemos, pois, pelo ofício com que Jesus, por intermédio do Espírito Santo, agraciou-nos.

Não há dúvida de que a desgraça de Nadabe e Abiú poderia ser evitada. A desventura que nos espreita também pode ser evitada; arrependamo-nos. É chegado o momento de os obreiros de Deus julgarmos a nós mesmos para não sermos condenados com o mundo.

Acompanhemos a biografia tristemente interrompida de Nadabe e Abiú.

I. NADABE E ABIÚ, OS FILHOS DO SACERDÓCIO

Na sociedade israelita, a nobreza era constituída não apenas pelos descendentes reais, ministros de Estado e chefes militares, mas igualmente pela classe sacerdotal. Aliás, os ministros do altar eram considerados, em

virtude de seu ofício, mais nobres do que os próprios nobres. Nesse contexto, Nadabe e Abiú, por serem filhos do sumo sacerdote Arão, encontravam-se na cimeira social de Israel.

1. Um nascimento nobre. Nadabe e Abiú pertenciam à tribo de Levi, distinguida com o sacerdócio divino (Nm 3.12). Os homens desse clã eram contados entre as primícias do Senhor, conforme o próprio Deus havia declarado: “Os levitas serão meus” (Nm 3.1-12). Pode haver maior nobreza do que essa?

Os levitas eram benquistos em todo Israel. Nem mesmo a tribo de Judá, designada a reinar sobre a herança divina, desfrutava de semelhante deferência. Os seus privilégios não se limitavam à esfera social; economicamente, também, achavam-se bem-apanhados.

2. Ascendência araônica. Além de pertencerem à tribo de Levi, Nadabe e Abiú provinham da família de Arão, escolhida por Deus para exercer o sumo sacerdócio (Êx 6.23; 28.1). Era o ofício mais honroso de todo o Israel. Nem mesmo os reis podiam exercê-lo (2 Cr 26.18). De acordo com a genealogia de Arão, eram Nadabe e Abiú os seus sucessores naturais e imediatos nesse glorioso ministério.

Naquele período, por não haver ainda rei em Israel, os sacerdotes eram vistos como a única classe nobre dos hebreus. No caso de Nadabe e Abiú tal honra era centuplicada. Afinal, eram filhos de Arão; os próximos sumos sacerdotes. Às vezes, pergunto-me se tantos privilégios não poderão arruinar-nos eventualmente.

Que honrarias e privilégios são uma bênção, ninguém o nega. Mas, como administrar elogios, louvores, comendas, mimos e presentes? Se nos virmos afogados em tais “bênçãos”, fuja delas enquanto estamos inteiros. Doutra forma, pereceremos. Certa feita, declarou Agostinho: “Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me elogiam, pois sempre acabam por

me corromper”.

Não sabemos se Nadabe e Abiú foram instruídos por Arão a resistir às glórias profanas que, sem o percebermos, vão nos cercando o ofício divino. Portanto, se o nosso filho tiver um chamado ministerial, preparemo-lo não apenas acadêmica, mas principalmente quanto à espiritualidade, boa conduta e ética. Caso contrário, ele virá a perecer como desgraçadamente pereceram os filhos de Arão.

Não faz muito tempo, o atual presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus, pastor José Wellington da Costa Júnior, realizou um encontro para filhos de pastores, em São Paulo. As palestras ficaram a cargo de três jovens obreiros: José Wellington Costa Neto, filho de nosso presidente; Ailton José Alves Júnior, filho do pastor da Assembleia de Deus, no Recife; e Gunar Berg Doreto de Andrade, responsável pelo núcleo de educação superior da FAETAD, em Campinas. Emocionei-me ao ver o meu filho num grupo tão seleta. Mas, ao mesmo tempo, senti um peso muito grande: “Tenho eu, realmente, preparado meu filho ao santo ministério?”. Sempre que posso, aconselho-o a portar-se como autêntico homem de Deus. Todavia, sei que eu mesmo tenho de comportar-me como seu maior referencial.

Espero que outras reuniões semelhantes a essa sejam realizadas noutras convenções e ministérios. Saibamos como preparar a próxima geração de obreiros da Obra Pentecostal.

3. A subsistência do altar. Tendo vista sua ascendência levítica e sacerdotal, Nadabe e Abiú não tinham por que se preocupar com a própria subsistência. Por serem filhos de Arão, sua manutenção era tida como sagrada em Israel: “Isto será a obrigação perpétua dos filhos de Israel, devida a Arão e seus filhos, por ser a porção do sacerdote, oferecida, da parte dos filhos de Israel, dos sacrifícios pacíficos; é a sua oferta ao SENHOR” (Êx 29.28, ARA).

Noutras palavras, Nadabe e Abiú já haviam nascido aposentados. Quer

viesses a assumir quer não o sumo sacerdócio, não precisariam se preocupar com o pão cotidiano. Nem todos, porém, estão aptos a receber semelhante privilégio. Alguns lançar-se-ão no ócio; logo perecerão. Outros, entretanto, negando o ócio, buscarão aprimorar seus talentos e dons para melhor servir ao Senhor.

Ainda que tenhamos recursos para sustentar nossos filhos, preparemo-los sabiamente para que garantam o próprio sustento. E mesmo que estejamos convictos de que este ou aquele filho suceder-nos-á à frente do rebanho, não deixemos de formá-los profissionalmente. Já imaginou um pastor que não saiba fazer tendas? O que fará num tempo de crise?

Quanto a mim, comecei a trabalhar aos doze anos. Ali, naquele depósito de madeiras recicladas, na cidade paulista de São Bernardo do Campo, empenhava-me a bater a quota diária. Depois, fui trabalhar como gráfico na Imprensa Metodista. Dois anos depois, fui admitido no Banco Sul Brasileiro. Seguindo minha vocação inicial, passei nove anos na Rádio Diário do Grande ABC. E, ao deixá-la, fui chamado a trabalhar, em 1984, na Casa Publicadora das Assembleias de Deus, onde, pela graça divina, encontro-me até hoje.

Minha experiência profissional enriqueceu-me ministerialmente. Hoje, agradeço aos meus pais por me ensinarem a ganhar o pão cotidiano. O mesmo fiz em relação aos meus filhos, e quero que eles ajam de igual maneira em relação aos seus filhos.

II. NADABE E ABIÚ, TEÓLOGOS SOBERBOS

Nadabe e Abiú não eram desinformados nem ignorantes com respeito às coisas de Deus. Àquela altura, já podiam ser considerados teólogos maduros e experimentados. Infelizmente, tamanha instrução não foi suficiente para livrá-los do inferno.

1. Nadabe e Abiú eram letrados. A alfabetização, naquele tempo, ainda não era universal nem mesmo em Israel, que já era louvado como o povo do

Livro. Todavia, a classe sacerdotal, pelo que inferimos do texto sagrado, era letrada, culta e capaz de fazer exegeses de excelência na Lei de Moisés até então lavrada.

Se os sacerdotes tinham a obrigação de saber ler e escrever, o que não esperar do sumo sacerdote e de seus filhos? Levemos em conta a cultura da família de Anrão e Joquebede; dela saíram três grandes sábios: Miriã, Arão e Moisés.

Quando lemos o cântico de Miriã, deparamo-nos com uma estrofe muito bem redigida: “Cantai ao SENHOR, porque gloriosamente triunfou e precipitou no mar o cavalo e o seu cavaleiro” (Êx 15.21, ARA). O que evidenciam tais palavras? A expressão de alguém finamente culto. Hoje, ela é louvada como profetisa e poetisa.

À semelhança da irmã, Moisés e Arão possuíam admirável cultura. O primeiro fora instruído em toda a ciência do Egito (At 7.22). Quanto ao segundo, já era uma lenda como orador; expressava-se fluentemente (Êx 4.14).

Depreende-se, pois, que Nadabe e Abiú eram também letrados e instruídos. Nos dias de hoje, estariam metidos nalguma academia. Todavia, a ilustração meramente terrena é insuficiente para levar-nos ao Deus Único e Verdadeiro: fonte de saber.

Como temos lidado com a nossa erudição? Antes de tudo, compreendamos que erudição não é sinônimo de sabedoria. Há muitos eruditos incapazes de diferenciar a destra da sinistra. Já me defrontei com acadêmicos que, conquanto cultíssimos, não possuíam a sabedoria mínima para administrar o seu dia a dia. Por isso, ao orar pelos meus descendentes, rogo ao Senhor que, antes da erudição, lhes dê a verdadeira sabedoria. Se nos for possível reunir tanto esta quanto aquela, muito poderemos fazer pela Obra de Deus. O apóstolo Paulo é um perfeito exemplo de sabedoria e erudição. Ele reunia as condições necessárias para transitar desenvoltamente em três culturas distintas: a hebreia, a helena e a latina.

Que Deus auxilie nossos acadêmicos a não se perderem nos labirintos e escaninhos da cultura pós-moderna.

2. Nadabe e Abiú eram teólogos. Na religião do Antigo Testamento, os três ministros divinos, encarregados pela condução da comunidade de Israel, eram, via de regra, bons teólogos: o profeta, o sacerdote e o rei. Porque lidavam, diariamente, com as coisas de Deus. Até mesmo reis perversos, como Jeroboão e Manassés, não ignoravam a intervenção de Jeová no cotidiano hebreu. Sendo assim, vejamos Nadabe e Abiú, candidatos ao sumo sacerdócio, como excelentes teólogos. E de fato o eram.

Quando o Senhor outorgou a Lei a Israel, no Sinai, por intermédio de Moisés, ali estavam eles juntamente com os mais destacados anciãos de Israel (Êx 24.1). E, lá, no monte sagrado, presenciaram a manifestação da glória divina (Êx 24.9,10). Ocularmente, testemunharam a aliança que o Senhor firmara com os filhos de Israel (Êx 24.8). Apesar de sua juventude, Nadabe e Abiú tiveram o privilégio de ver o estabelecimento do pacto entre Deus e o seu povo.

Tais experiências são suficientes para fazer do obreiro um teólogo de verdade. Erradamente, consideramos a academia superior ao nosso quarto de oração. Se ali desperdiçamos preciosas semanas, meses e anos em discussões muitas vezes fúteis e tolas, aqui não queremos dedicar uma hora sequer a falar com o Senhor.

A verdadeira teologia só é possível a partir de encontros pessoais e experimentais com Deus. A academia ajuda, sim, mas se estiver submissa à Bíblia Sagrada. Caso contrário, será uma tragédia para o Reino de Deus.

3. Nadabe e Abiú conheciam experimentalmente a Deus. Em termos experimentais, Nadabe e Abiú encontravam-se num patamar superior ao de Jó, antes de o paciente homem de Uz ter sido esmagado por todas aquelas provações. O patriarca mesmo confessa sua inexperiência: “Eu te conhecia só

de ouvir, mas agora os meus olhos te veem” (Jó 42.5, ARA). Todavia, o que podemos dizer de Nadabe e Abiú? Estiveram pessoalmente no monte sagrado, viram o resplendor da glória divina e não ignoraram a presença do Senhor. Então, como explicar a sua apostasia? Talvez essa pergunta deva ser endereçada ao querubim ungido que, apesar de toda a sua teologia e experiência junto à presença divina, rebelou-se contra o Todo-Poderoso.

Sejamos cuidadosos. Nossa salvação não se encontra numa teologia bem estruturada, num ministério sólido e elogiável ou em profundas experiências com o Senhor. Se não lhe formos obedientes, corremos o risco de perder a alma. A situação de Nadabe, Abiú e de muitos crentes rebeldes e apóstatas é descrita com fortes e decisivas cores pelo autor da Epístola aos Hebreus:

Porque, se vivermos deliberadamente em pecado, depois de termos recebido o pleno conhecimento da verdade, já não resta sacrifício pelos pecados; pelo contrário, certa expectativa horrível de juízo e fogo vingador prestes a consumir os adversários. Sem misericórdia morre pelo depoimento de duas ou três testemunhas quem tiver rejeitado a lei de Moisés. De quanto mais severo castigo julgais vós será considerado digno aquele que calçou aos pés o Filho de Deus, e profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado, e ultrajou o Espírito da graça? Ora, nós conhecemos aquele que disse: A mim pertence a vingança; eu retribuirei. E outra vez: O Senhor julgará o seu povo. Horrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo. (Hb 10.26-31, ARA)

Quem assim peca, não peca somente contra o Pai nem apenas contra o Filho, mas contra o Espírito Santa peca. Nessas condições, que esperança haverá para o pecador? Queridos obreiros, teólogo também vai para o inferno. Jesus, tem misericórdia de nossas almas.

III. A INSOLÊNCIA DE NADABE E ABIÚ

Três atitudes marcaram o ato leviano e inconsequente de Nadabe e Abiú: ignoraram a Deus, impacientaram-se e, sem qualquer temor, apresentaram fogo estranho no altar sagrado.

1. Ignoraram a Deus. Ao adentrarem o lugar santo, Nadabe e Abiú ignoraram a presença de Deus, pois o Senhor encontrava-se não somente no Tabernáculo como em todo o arraial de Israel (Êx 25.8; Nm 14.14). O Deus onipresente não se limita ao Santo dos santos, mas se deleita na companhia de seus queridos e amados santos.

Na atitude inconsequência de Nadabe e Abiú, vejo a profissionalização do ministério sagrado. No trato com as coisas santas, enfadamo-nos. Consideramo-las profanas e comuns. E, assim, já não vemos a primeira ordenança como o símbolo da morte e da ressurreição do Senhor, mas como um trabalho enfadonho a ser feito. Quanto à segunda ordenança, o que fazer? Se tiver de ser realizada, que o seja. Nesse descaso, já não distinguimos nem o corpo, nem o sangue de Jesus.

Não agiam assim os sacerdotes no tempo de Malaquias? Na liturgia diária, aborreciam-se. Eis como eles tratavam as coisas de Deus: “Que cansa! E me desprezais, diz o SENHOR dos Exércitos; vós ofereceis o dilacerado, e o coxo, e o enfermo; assim fazeis a oferta. Aceitaria eu isso da vossa mão? — diz o SENHOR” (Ml 1.13, ARA).

Aos olhos de Nadabe e Abiú, o Tabernáculo nada era. Então, que seja tido como um afazer qualquer; uma rotina profissional. Já não sentiam comoção alguma entre aquelas colunas, estacas, cortinados e móveis. Lidar com a Casa de Deus ocasionava-lhes enfado, estresse, cansa. Não serviam ao Senhor com alegria.

2. Impaciência profana. De acordo com as instruções que o Senhor transmitira aos filhos de Israel, somente o sumo sacerdote estava autorizado a

oferecer o incenso no altar de ouro (Êx 30.7-9). Todavia, observa-se que ambos, desafiando o Senhor, entraram no lugar sagrado como se este não passasse de um mero feudo doméstico. As coisas de Deus não podem ser tratadas como propriedade particular.

Nadabe e Abiú, além de impacientes, revelaram-se profanos e blasfemos. Precipitaram-se na condenação do Diabo; não souberam esperar a sua hora (1 Tm 3.6).

Que eles se achavam geneticamente predestinados a assumir o sumo sacerdócio, todos o sabiam. Na falta de Arão, ascenderia Nadabe. E se este viesse a falecer precocemente, Abiú seria requisitado. Ambos, porém, devido ao seu descaso com a obra de Deus, não se achavam dispostos a aguardar pela morte do pai? Então, por que não variar as lides sacerdotais?

Eles estavam cientes de que apenas o velho Arão estava autorizado a oferecer o incenso no altar de ouro, mas ignoraram a regra sacerdotal. Julgavam-se acima das ordenanças e estatutos do Senhor.

O pecado de ambos não pode ser visto como algo accidental. Não foi um incidente isolado. Nesse gesto, temos a súplica de pequenas e grandes transgressões. Todas estas, já bem racionalizadas, redundaram em sua punição no limiar do lugar santíssimo. Façamos, pois, uma pausa, e indaguemos de nós mesmos: “Como temos nos portado no ministério sagrado?”. Enquanto respondemos a essa pergunta, lembremo-nos de que o Deus que puniu Nadabe e Abiú não mudou; sua justiça continua inalterável.

3. Apresentaram fogo estranho ao Senhor. Não bastava ter o incenso prescrito pelo Senhor; era imperioso ter igualmente a brasa certa, para que Deus fosse dignamente honrado (Êx 30.9; Lv 16.12). Se o incenso era exclusivo, a brasa também o era (Êx 30.37). Mas, pelo contexto da narrativa sagrada, Nadabe e Abiú não estavam preocupados nem com o incenso, nem com o fogo. Por isso, o Senhor fulminou-os diante do altar. Sim, eles foram mortos devido à sua insolência, blasfêmia e sacrilégio.

Qualquer sacerdote iniciante sabia que o fogo do altar do incenso só poderia ser atizado com as brasas do altar de bronze. A simbologia era claríssima: antes da adoração, que a expiação fosse observada. Não temos, aqui, nenhum enigma teológico. Um leitor da Bíblia, razoavelmente atento, há de atinar com esse princípio soteriológico. Então, por que ambos os filhos de Arão vieram a desprezar uma recomendação tão comezinha? Não tinham eles teologia suficientes? Talvez nós também estejamos afrontando algum princípio básico do ministério cristão; examinemos o nosso coração. Senhor, ajuda-nos.

Que o incenso e o fogo de nossa adoração sejam os prescritos pelos santos profetas e apóstolos do Senhor.

O que vemos, hoje, nas redes sociais é um festival pirotécnico; fogo estranho aqui, e, ali, fogo estrangeiro. Não me lembro de a Obra Pentecostal ter enfrentado tantas bizarrices como hoje. O espetáculo é deprimente. Nessa postagem, imita-se o batismo com o Espírito Santo. Naquela, arremedam-se os dons espirituais. Nesse frenesi, não aparece um homem de Deus sequer para colocar ordem no arraial dos santos.

Como sobreviver nesse mundo estranho? É chegada a hora de resgatar a Obra Pentecostal conforme no-la transmitiram os pais-fundadores das Assembleias de Deus. Chega de fogo estranho no altar sagrado. Busquemos o cristianismo bíblico, apostólico e autenticamente avivado pelo Espírito Santo.

IV. O LUTO PROIBIDO

A morte de Nadabe e Abiú abalou profundamente a casa de Arão. Apesar de haver perdido, num único dia, dois de seus filhos, ele é proibido, pelo Senhor, de observar qualquer luto; nem tristeza podia demonstrar. Se, por um lado, não havia motivo para alegrias e folguedos; por outro, não havia espaço para lágrimas e desesperações.

1. A morte de Nadabe e Abiú. Ao se apresentarem com fogo estranho

diante do Senhor, os filhos de Arão, que também eram ministros do altar, foram imediatamente fulminados no lugar sagrado (Lv 10.2). Pelo que observamos do texto sagrado, Deus os matou, porque eles não consideraram as demandas da santidade divina (Lv 10.3). A obrigação de Nadabe e Abiú era glorificar o nome do Senhor, mas preferiram buscar a própria glória. Diante do fato, o sumo sacerdote de Israel calou-se. Não poderia haver momento mais trágico para a sua família.

No ministério sagrado, trabalhamos entre a glória divina e a glória humana. Se não formos vigilantes, esquecer-nos-emos de nossas obrigações como servo, e arvorar-nos-emos como senhores. A partir daí, ignoraremos os princípios mais elementares do serviço cristão; agiremos como se tudo fosse permitido. Nessa trilha de iniquidade, porfiaremos até que o Senhor nos fulmine no lugar sagrado.

2. A remoção dos cadáveres. Moisés, então, ordena a dois primos de Arão, Misael e Elzafã, a removerem os cadáveres da casa de Deus (Lv 10.4). Como precisamos de pessoas santas e corajosas que nos removam os cadáveres que jazem entre os santos. No episódio de Ananias e Safira, os corpos de ambos foram levados para fora por alguns jovens da igreja recém-inaugurada pelo Espírito Santo (At 5.1-11).

Em algumas igrejas, temos a impressão de estar em Sardes. A essa congregação, que se batia entre a vida e a morte, o Senhor enviou esta seriíssima advertência: “Estas cousas diz aquele que tem os sete espíritos de Deus e as sete estrelas: Conheço as tuas obras, que tens nome de que vives e estás morto” (Ap 3.1, ARA). Por intermédio dessa pequenina epístola, é possível ver, naquele redil, os cadáveres se acumularem; defuntos aqui; ali, moribundos. Alguns poderiam ser salvos; outros já estavam em óbito. Por isso, o Senhor Jesus recomenda àquele pastor, ele mesmo um morto-vivo, a socorrer os que já exalavam o último suspiro:

Sê vigilante e consolida o resto que estava para morrer, porque não tenho achado íntegras as tuas obras na presença do meu Deus. Lembra-te, pois, do que tens recebido e ouvido, guarda-o e arrepende-te. Porquanto, se não vigiares, virei como ladrão, e não conhecerás de modo algum em que hora virei contra ti. (Ap 3.2,3, ARA)

O que fazer, porém, quando os cadáveres acumulam-se no ministério sagrado? Senhor, socorre os teus obreiros. Precisamos de ti. Não nos deixes morrer. Aviva-nos.

3. O luto é proibido. Apesar da tragédia que se abateu sobre a sua família, Arão deveria suportar com discrição aquela hora tão difícil (Lv 10.6,7). Afinal, era seu dever zelar pela santidade e pela glória do nome do Senhor dos Exércitos. Ele estava ciente de que a alma que pecar essa morrerá (Ez 18.4,20).

Certos tipos de luto servem apenas para enfraquecer o povo de Deus e levá-lo à dispersão (2 Sm 19.1-7). Às vezes, temos de suportar o insuportável, a fim de preservar a Igreja de Cristo. Ela está acima de nossa dor.

Não é fácil deparar-se com uma experiência terminal. Se acompanhar o cortejo de um estranho leva-nos, ocasionalmente, a uma lágrima furtiva, o que não ocorre quando nos deparamos com o desaparecimento, precoce e repentino, de um ente querido? Em ocasiões normais, é-nos permitido chorar e até gritar. Ao sumo sacerdote Arão, todavia, foi vedado tanto o choro quanto o grito. Que o luto havia se instalado em sua casa, ninguém o podia negar; estampava-se em toda a família. Mas, por ser ele o intercessor-mor de Israel, teria de arcar, silenciosamente, com todo aquele peso.

Às vezes, temos de suportar o insuportável, a fim de preservar a Igreja de Cristo. Ela está acima de nossa dor.

CONCLUSÃO

Até quando apresentaremos fogo estranho ao Senhor? Chega de liturgias bizarras, cultos mundanos, teologias permissivas e costumes que ferem a Palavra de Deus. Se não atentarmos à santidade e à glória divina, não subsistiremos. Deus, embora seja conhecido pelo amor, é também um fogo devorador (Is 30.27). Portanto, sejamos puros e santos em toda a nossa maneira de ser: o Senhor não se deixa escarnecer.

Ao invés de fogo estranho, busquemos o verdadeiro avivamento espiritual. E, dessa forma, ousemos proclamar com toda a ousadia: “Jesus Cristo salva, batiza com o Espírito Santo, cura as enfermidades, opera sinais e maravilhas e, em breve, haverá de arrebatá-nos às regiões celestiais.

Misericórdia, Jesus. Amém.

8 A SOBRIEDADE NA OBRA DE DEUS

INTRODUÇÃO

Antes de escrever este capítulo, assisti a uma reportagem sobre a droga do momento nos Estados Unidos. Segundo a matéria, o adderall, que a princípio era prescrito aos pacientes com déficit de atenção, começou a ser usado sem qualquer critério pelos que, coagidos profissionalmente, não se conformam com os próprios limites. Esse psicoestimulante, que tem em sua fórmula diversos sais de anfetamina, é venerado como a pedra mágica do sucesso.

Pelo que pude inferir da reportagem, essa droga, tão deletéria como a cocaína e o LSD, não deveria sequer ter sido fabricada. Então, como recomendá-la a uma criança que sofre daquilo que, modernamente, é chamado de déficit de atenção? Será que não há alternativas espirituais e afetivas para um tratamento, que ainda não alcançou os resultados expectados por seus pais e mestres?

Lamentavelmente, muitos obreiros do Senhor, constrangidos por convenções e ministérios, que exigem de seus afiliados metas cada vez mais ousadas e empresariais, viciam-se nesses “santos” remédios. Hoje, tomam o adderall. Amanhã, ingerem a anfetamina. E, depois, sem o perceberem, deixarão aprisionar-se pelo álcool, pela maconha e até pela cocaína. O que escrevo pode soar estranho aos ouvidos dos santos; infelizmente, essa é a realidade. Haja vista os casos de suicídio entre pastores.

O que parecia inadmissível no arraial dos santos já se faz banal e corriqueiro.

Ao fazer tais considerações, lembrei-me de Nadabe e Abiú, que, como vimos no capítulo anterior, foram mortos pelo Senhor no limiar do lugar santíssimo do Tabernáculo. Se atentarmos ao contexto do Levítico, seremos levados a acreditar que ambos, ao adentrarem a Casa de Deus, achavam-se embriagados.

I. A FEITIÇARIA NO MINISTÉRIO SAGRADO

Sempre vi os obreiros de Cristo como autênticos homens de Deus. Hoje, porém, alguns se acham a praticar a feitiçaria; outros já são velhos e experimentados feiticeiros. Infelizmente, essa é a realidade; não podemos minimizá-la. Corrigi-la, sim; ignorá-la, jamais. Nas linhas a seguir, identificaremos em que sentido a feitiçaria adentrou o santo ministério.

1. A feitiçaria como obra da carne. Ao enumerar as obras da carne, Paulo inclui a feitiçaria:

Ora, as obras da carne são conhecidas e são: prostituição, impureza, lascívia, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, ciúmes, iras, discórdias, dissensões, facções, invejas, bebedices, gluttonarias e coisas semelhantes a estas, a respeito das quais eu vos declaro, como já, outrora, vos preveni, que não herdarão o reino de Deus os que tais coisas praticam. (Gl 5.19-21, ARA)

Qualquer um desses pecados é suficiente para lançar-nos no lago de fogo. Contudo, para mantermos as aparências e a reputação ministerial, evitamos a prostituição formal, a idolatria explícita (mas as implícitas, não), as discórdias em determinados momentos e as divisões em algumas instâncias. Todavia, damo-nos às bebedices (sempre às escondidas), às gluttonarias e às santas porfias. E, sem o sabermos, pomos-nos também a praticar a feitiçaria.

Este último pecado nem é conhecido entre nós; julgamo-lo próprio dos

bruxos e daquelas senhoras feias e velhas que, à beira de seus caldeirões, deleitam-se a fazer poções e a inventar novos elixires. Se nos concentrarmos, porém, na palavra do apóstolo, talvez descubramos que não estamos muito longe de um bruxo bretão ou de uma feiticeira druída.

De acordo com Paulo, a feitiçaria é uma das obras da carne. Se formos ao original grego, veremos que a palavra “feitiçaria” provém do vocábulo grego *pharmakeia*, que significa não apenas bruxaria e artes mágicas, mas igualmente drogas, tóxicos, venenos e peçonhas. Caso avancemos na exegese desse termo, constataremos que ele se acha intimamente relacionado à idolatria. Haja vista o que ocorria nos templos dos deuses egípcios, cananeus, babilônios, gregos, romanos e nórdicos.

Não precisamos viajar no tempo, a fim de assistir a uma celebração idolátrica regada a drogas e a peçonhas. Em certas regiões do Brasil, substâncias alucinógenas, como o santo-daime, são administradas livremente aos seus adeptos. A partir daí, o ser humano, já sem autodomínio, dar-se-á a todos excessos e desregramentos.

Conclui-se, pois, que toda composição química criada para alterar a personalidade humana é, na verdade, o resultado de uma das mais nocivas obras da carne: a feitiçaria. Entre esses produtos, podemos alistar o adderall, a anfetamina, o LSD, a cocaína, a heroína, a maconha e alguns medicamentos vendidos livremente nas farmácias. À luz das Sagradas Escrituras, todo isso não passa de obra das trevas.

No período do Anticristo, haverá um consumo global de psicotrópicos (Ap 9.21). Por que o homem do pecado investirá tanto nessa área? A resposta está nesta passagem do livro da Revelação, na qual o autor sagrado descreve a queda da capital do reino de Satanás: “Também jamais em ti brilhará luz de candeia; nem voz de noivo ou de noiva jamais em ti se ouvirá, pois os teus mercadores foram os grandes da terra, porque todas as nações foram seduzidas pela tua feitiçaria” (Ap 18.23, ARA). Sim, o Anticristo usará massivamente as drogas, objetivando seduzir os moradores da terra. E, assim,

ser-lhe-á mais fácil induzi-los às suas mentiras e falsos milagres.

Já imaginou drogar o mundo todo? Hoje, as ideias de ditadores e tiranos, como Stalin e Hitler, ainda logram escravizar seus povos por meio de um marketing imoral, sórdido, caluniador, mentiroso e desumano. No entanto, pelo que sabemos, nenhum deles conseguiu viciar toda uma população. O mais perto que se chegou disso foi na Alemanha Nazista.

Na ânsia pelo soldado perfeito, os generais de Adolf Hitler obrigavam seus exércitos a ingerirem metanfetaminas. E, dessa forma drogados, os combatentes eram capazes de caminhar por três dias seguidos sem necessidade alguma de comida, água ou sono. Ao mesmo tempo, era-lhes tirada toda a empatia que um guerreiro deve ter em relação ao adversário no campo de batalha.

Voltando ao texto do Apocalipse, observamos que, em ambas as passagens acima citadas (9.21 e 18.23), o autor sagrado usou sabiamente o vocábulo *pharmakeia*.

Portanto, sempre que fazemos uso de uma substância que nos altere a personalidade, incitando-nos a ultrapassar os limites que Deus nos estabeleceu, compactuamos com as obras infrutuosas das trevas. Eis porque muitos obreiros, entregando-se à feitiçaria moderna, tornaram-se eles mesmos bruxos. Palavra forte? Infelizmente, retrata a realidade de alguns segmentos do mundo evangélico atual; estamos no final dos tempos; dias mais difíceis e mais trabalhosos estão por vir.

2. Obreiros bruxos. Em Apocalipse 21.8 (ARA), somos advertidos seriamente: “Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte”.

Na leitura desse versículo, temos um fato bastante revelador. Nas passagens anteriores (Ap 9.21 e 18.23), observamos que, no período do Anticristo, a

feitiçaria será largamente difundida, gerando uma população global de viciados e dependentes químicos. E, agora, no final desse mesmo período, grande parte dos viciados torna-se não apenas dependentes, mas adoradores dos alucinógenos; químicolátricos.

De que forma alguém passa de vítima dessa feitiçaria escatológica a feiticeiro? Para se alcançar tal *status*, na hierarquia do pecado e da iniquidade, não é necessário percorrer um longo caminho. Basta alguém ingerir um comprimido de adderall para encontrar um atalho aqui, um trilho ali e, mais além, uma pinguela. Nessa obra da carne, desvios e transvios não faltam; são perigosamente abundantes.

Sob o efeito de um desses psicoestimulantes, o obreiro constatará que, de fato, poderá cumprir seus afazeres convencionais e ministeriais com mais desenvoltura e ousadia. Se antes, tinha ele receio ou temor de ferir este ou de machucar aquele, agora, ignora barreiras morais e éticas; despreza até a mesma Escritura.

No dia seguinte, nem fará o seu devocional. Orar e ler a Bíblia, para quê? Santo adderall resolverá tudo. E se aparecer algum imprevisto, é só invocar a santa anfetamina. A essa altura, o ministério ser-lhe-á uma corporação como outra qualquer, onde todos, competindo até as raias do inferno, tudo farão para bater suas metas e alcançar suas cotas. Com tanta feitiçaria, por que buscar a virtude do Espírito Santo?

Já temos, aí, um autêntico feiticeiro. Esse pobre ministro não apenas tornou-se toxicodependente, mas ardoroso defensor dessas malditas químicas; idolatra-as; não pode viver sem elas. Sempre que possível, preceitua-as a algum colega menos avisado.

Se você, querido irmão, encontra-se enredado nessa obra infrutuosa das trevas, reconsidere suas atitudes; arrependa-se e volte ao primeiro amor.

O que nos sustenta é a fé em Jesus Cristo. NEle, tudo podemos. E, de acordo com a sua vontade, operamos o impossível. Se lermos o capítulo 11 da Epístola aos Hebreus, constataremos que nenhum daqueles heróis fez uso de

qualquer substância ilícita para comprimir o seu ministério. Mas, cheios do Espírito Santo “subjugaram reinos, praticaram a justiça, obtiveram promessas, fecharam a boca de leões, extinguiram a violência do fogo, escaparam ao fio da espada, da fraqueza tiraram força, fizeram-se poderosos em guerra, puseram em fuga exércitos de estrangeiros” (Hb 11.33,34, ARA).

Dissemos que o uso de psicoestimulantes induz-nos à feitiçaria. Daí à condição de feiticeiro basta um passo. Mas como descrever o feiticeiro no contexto do Novo Testamento? Voltemos a Apocalipse 21.8. Aqui, o substantivo “feiticeiro” é representado pelo vocábulo grego *pharmakeus*, que contempla esta descrição: aquele que prepara e usa remédios tidos como mágicos. Não se trata, pois, de um prestidigitador que, nos picadeiros, engambelam os expectadores com a habilidade das mãos e com a esperteza dos dedos. Trata-se de alguém que se entregou de corpo e alma às drogas.

O feiticeiro é o que prepara e consome drogas. Um obreiro nessas condições é, de fato, um feiticeiro; fez-se pior do que Elimas, o mágico.

Agora, precisamos voltar ao caso específico de Nadabe e Abiú. Já que falamos nas drogas químicas e ardilosamente sintetizadas, como tratar o vinho?

II. O VINHO NA HISTÓRIA SAGRADA

Nas Sagradas Escrituras, o vinho, juntamente com o pão e o azeite, é visto como bênção de Deus (Os 2.22). Aliás, o vinho era usado até mesmo como remédio (Lc 10.34). No entanto, o seu mau uso levou homens santos a cometerem escândalos, torpezas e até crimes. Haja vista os casos de Noé, Ló e Davi.

1. A embriaguez de Noé. Após o Dilúvio, Noé voltou-se ao ofício de lavrador, e pôs-se a plantar uma vinha (Gn 9.20). E, após ter preparado o seu vinho, bebeu-o até embriagar-se. Já fora de si, desnudou-se, expondo-se vergonhosamente em sua tenda (Gn 9.20-29). A intemperança do patriarca

trouxe-lhe sérios problemas familiares.

O álcool foi capaz de transtornar até mesmo um dos três homens mais piedosos da História Sagrada (Ez 14,14). É por isso que devemos precaver-nos quanto aos seus efeitos (Pv 20.1; 23.31).

Num devocional já antigo, li acerca de um pastor que, após embebedar-se numa reunião social, acordou num quarto que não era seu, numa cama que não lhe pertencia e ao lado de uma mulher longe de ser a sua querida esposa. Bastou-lhe alguns minutos de intemperanças e desregramentos, para que perdesse tudo o que amealhara ao longo de abençoadas décadas de ministério.

Declara o salmista que bem-aventurado é o homem que não se assenta na roda dos escarnecedores. Aqui, entre cervejas, licores e cachaças, nada é proibido. Já nos primeiros goles caem as barreiras da moral e da ética. Nos segundos, olvidar-se até mesmo a santíssima fé. Depois, enfileiram-se as concupiscências, discórdias, valentias e sujidades. O que antes era um obreiro venerável não passa, agora, de um vil contador de piadas. Com olhares lúbricos, cobiça essa mulher, almeja aquela moça e, mais adianta, corteja aquela outra donzela. Que atitude indigna de um homem, que, no domingo anterior, pregara sobre a “santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor”.

Em algumas culturas evangélicas, o vinho é usado livremente. Alguns o tomam com moderação. Outros, entretanto, descontrolam-se; embriagam-se; esborracham-se como os filhos das trevas. Não bastassem os males espirituais, morais e éticos, há também os problemas físicos. Quando a mim, prefiro a cautela dos recabitas à ousadia de certos obreiros que, fundados numa certa liberdade cristã, acham que todas as coisas lhe são lícitas. Esquecem-se eles de que nem todas nos convêm.

2. A devassidão das filhas de Ló. Dizendo-se preocupadas com a descendência do pai, as filhas de Ló embebedaram-no em duas ocasiões (Gn 19.31,32). Em seguida, tiveram relações com o próprio pai, gerando dois povos iníquos (Gn 19.33-38). Quem se entrega ao vinho está sujeito às

dissoluções (Ef 5.18). Já imaginou um obreiro de Cristo em semelhante situação?

Muito se fala, no Brasil, sobre violência doméstica e abuso infantil. O que muita gente não sabe é que tais coisas também são ocasionadas pelo álcool. O que esperar de um pai bêbado? Ou de uma mãe embriagada? Depois que o álcool chega ao cérebro, abre-se as portas à violência, à permissividade e a todo tipo de atos impensáveis.

Eu não gostaria de ver um obreiro do Senhor numa situação igual ou semelhante à de Ló. O homem que se resguardara dos vícios de Sodoma e de Gomorra, não soube como resguardar-se diante do vinho. Para se evitar tais males e desgraças, só existe um caminho: a abstinência.

3. O vinho como instrumento de corrupção. Para encobrir o seu adultério com Bate-Seba, o rei Davi convocou Urias, que estava na frente de batalha, embriagou-o, e induziu-o a deitar-se com a esposa adúltera e já grávida (2 Sm 11.13). Se o seu plano houvesse dado certo, aquela criança ficaria na conta de Urias, o heteu.

A que ponto chega um homem fora da orientação do Espírito Santo. O rei e pastor de Israel usou o vinho para corromper um de seus heróis mais celebrado. Uma reunião de obreiros não pode ser regada a vinho; tem de ser dirigida pelo Espírito Santo.

Que os encontros de pastores, evangelistas, presbíteros e diáconos sejam marcados pela comunhão, fraternidade e profunda concórdia. E que, no final dos trabalhos, possamos declarar como os santos apóstolos: “Pareceu bem a nós e ao Espírito Santo”. Mas isso só acontecerá se, abstendo-nos do vinho, enchermo-nos do Divino Consolador.

Se o vinho é tão nocivo e deletério, por que foi usado pelos levitas, no Antigo Testamento, e pelos santos apóstolos, no Testamento Novo? Antes de adentrarmos o próximo tópico, consideremos esta proposição: tudo o que existe pertence ao Senhor; logo, deve Ele ser glorificado por todas as coisas.

Aos olhos de Deus, tudo é precioso, inclusive o vinho. Vejamos o que Ele ordenará no período da Grande Tribulação: “E ouvi uma como que voz no meio dos quatro seres viventes dizendo: Uma medida de trigo por um denário; três medidas de cevada por um denário; e não danifiques o azeite e o vinho” (Ap 6.6, ARA).

III. O VINHO NO OFÍCIO DIVINO

O vinho, por simbolizar as bênçãos de Deus, foi usado no Antigo Testamento como oferta ao Senhor e, no Novo Testamento, serviu para simbolizar o sangue de Cristo. Todavia, a Palavra de Deus faz sérias advertências quanto ao seu uso.

1. No Antigo Testamento. Em sua oferta de manjares ao Senhor, os israelitas faziam-lhe também a libação de um quarto de him de vinho (Lv 13.13). Nessa oferta, o adorador reconhecia que tudo quanto existe pertence ao Senhor. Em razão disso, deveria usar de forma santa e responsável tudo que Ele nos deixou (Pv 20.1).

Quanto aos ministros do altar, eram severamente advertidos sobre o uso do vinho. Leia com atenção Levítico 10.8-11. Essa passagem deve ser aplicada também a nós. Tanto ontem quanto hoje, o álcool pode levar-nos à ruína.

É bem provável que Nadabe e Abiú, julgando-se acima de recomendações e preceitos, vinham abusando do álcool. E, assim, de abuso em abuso, e já desconsiderando a santidade de Jeová, adentraram-lhe a Casa sem o fogo apropriado à queimação do incenso. Se isso realmente aconteceu, que deprimente espetáculo não representaram eles. Já imaginou dois obreiros embriagados, trôpegos e resmungando com voz pastosa as fórmulas e credos sagrados? Imagine ambos, agora, cambaleando entre o candelabro e a mesa dos pães da apresentação. Se tropeçassem diante do altar do incenso, cairiam no Santo dos Santos.

Retornemos à nossa realidade. Evoquemos a imagem de um pastor

embriagado a batizar ou a ministrar a Santa Ceia. O que o rebanho, sempre atento e observador, dir-nos-á em semelhantes situações? Que o Senhor Jesus nos guarde das intemperanças e desregramentos. Jesus, tem misericórdia de nós. Santifica-nos. Queremos chegar à Jerusalém Celeste.

2. No Novo Testamento. O primeiro milagre de Jesus foi transformar água em vinho (Jo 2.1-11). E, ao instituir a Santa Ceia, Ele fez uso desse mesmo produto, a fim de simbolizar o seu sangue redentor (Mt 26.26-30). Desde então, a Igreja de Cristo vem utilizando o fruto da vide para officiar a sua maior celebração: a Ceia do Senhor (1 Co 11.23-32).

O que dizer do primeiro milagre do Senhor? O vinho que Jesus fez surgir da água era vinho ou um mero suco de uva? A Escritura não comporta dúvidas; era vinho de excelente qualidade. Mas da narrativa sagrada, inferimos que, naquelas bodas, ninguém se embriagou; os que presenciaram o milagre vieram a crer que Jesus era, de fato, o Salvador do mundo e Messias de Israel.

3. Advertência quanto ao uso do vinho. Se, por um lado, o vinho é utilizado para adorar a Deus, por outro, ele pode ser usado igualmente para trazer escândalos e levar-nos a desvios espirituais, morais e éticos. Eis porque devemos considerar as recomendações que nos fazem as Escrituras (Pv 21.17; 23,20; Tt 2,3).

Diante das recomendações da Palavra de Deus, como proceder? Sejam moderados e sóbrios. À semelhança dos recabitas, abstenhamo-nos do álcool. Leia com atenção o capítulo 35 de Jeremias. Que o exemplo daqueles homens cale-se profundamente em nossa alma.

IV. MINISTROS CHEIOS DO ESPÍRITO SANTO

Tendo em vista os exemplos lamentáveis e vergonhosos da História Sagrada, o Novo Testamento faz-nos severas advertências quanto ao uso do vinho.

1. Recomendações aos ministros. O candidato ao Santo Ministério, na Igreja Primitiva, não podia ser um homem escravizado pelo vinho (1 Tm 3.3,8; Tt 1;7). Como confiar o rebanho de Jesus Cristo a um alcoólatra? O que governa tem de abster-se das bebidas alcoólicas (Pv 31.4).

Se você, querido obreiro, tem algum problema com o alcoolismo, procure ajuda. Há sempre um bom homem de Deus disposto a ouvir-nos e a auxiliar-nos. Não leve tal fardo à sepultura. Por mais difícil e vexatória que seja a sua situação, não se conforme. O Senhor Jesus está ao nosso lado. Ele o resgatará do alcoolismo, guindando-o novamente às regiões celestiais.

2. Recomendações à Igreja. A recomendação quanto aos prejuízos decorrentes do vinho não se limita aos ministros do Evangelho. Ela diz respeito, também, a toda a Igreja. Que o verdadeiro cristão, afastando-se do vinho, busque a plenitude do Espírito Santo (Ef 5.18). A embriaguez não é um mero adorno cultural; é algo sério que tem ocasionado sérios transtornos à Igreja de Cristo.

Voltemos ao cenáculo. Busquemos novamente a plenitude do Consolador. Que as nossas reuniões sejam marcadas por conversões, batismos com o Espírito Santo, curas divinas, sinais e maravilhas. E que jamais nos esqueçamos de que o Senhor Jesus, em breve, virá buscar a sua Igreja. Aleluia!

3. Ministros usados pelo Espírito Santo. No dia de Pentecostes, o Espírito Santo foi copiosamente derramado sobre os discípulos (At 2.1-4). De início, eles foram tidos como bêbados (At 2.13). Mas, após o sermão de Pedro, todos vieram a conscientizar-se de que eles falavam e operavam no poder de Deus (At 2.40,41).

Na sequência de Atos, deparamo-nos com os apóstolos e discípulos proclamando o Evangelho sempre na virtude do Espírito Santo (At 4.8, 31; 7.55; 13.9).

V. COMO AGIR DIANTE DE TANTOS PERIGOS

Entre o final de 2017 e o início de 2018, chegaram-me alguns relatos de pastores, alguns ainda jovens, que vieram a suicidar-se. Confesso que tais relatos deixaram-me bastante preocupado. O que levaria um homem de Deus a cometer semelhante desatino? Por isso, gostaria de deixar, aqui, alguns conselhos para nos prevenirmos quanto a tais desfechos.

1. Aprenda a confiar em Deus. Entre a Obra de Deus e o Deus da Obra, não tenha dúvidas. Que o Senhor tenha completa prioridade em sua vida. Quando nos damos por completo ao Deus da Obra, a Obra de Deus sempre prospera em nossas mãos. Por essa razão, trabalhe com ousadia e amor, mas não perca a paz se a sua igreja não prospera como esta ou não cresce como aquela. Quem dá o crescimento é Deus. Não perca o sono. Enquanto você dorme, Ele cuida de sua Seara.

2. Não se consuma pela ansiedade. Não leve para o Santo Ministério as disputas e vícios do mundo corporativo. No âmbito do Reino de Deus, nem sempre o mais veloz chega primeiro. E, se logra algum êxito, envergonha-se como Aimaás; não tem mensagem alguma. Então, peregrine com o Evangelho.

Quando a depressão bater-lhe à porta, siga o conselho do apóstolo: “Não andeis ansiosos de coisa alguma; em tudo, porém, sejam conhecidas, diante de Deus, as vossas petições, pela oração e pela súplica, com ações de graças” (Fp 4.6, ARA).

Cuidado com as metas que contemplam apenas as finanças. Mire-se na humildade e na pobreza do Nazareno; resgate-lhe as almas preciosas que, todos os dias, vemos nas ruas, praças e logradouros. O dinheiro sempre vai. Quanto às almas, que cada uma delas chegue aos pés do Salvador.

3. Não se dê às drogas. Previna-se quanto aos que, sutil e perversamente,

preceituam-nos pílulas e comprimidos mágicos. Na Vinha do Senhor, não se requer nenhum psicoestimulante. A assistência do Espírito Santo nos basta.

Não se vicie. Você não precisa de tais artifícios. O mesmo Deus que fortaleceu a Sansão e animou a Davi está ao seu lado. Coragem e ânimo. A feitiçaria destes últimos dias está levando muita gente para o inferno.

4. Cuidado com o álcool. Fuja dos colegas de ministério que, por serem já alcoólatras, querem induzi-lo a esse vício maldito e perverso. Mantenha-se continuamente sóbrio. A caminhada ainda é longa. Nessa peregrinação, não podemos andar tropegamente. Sejam firmes em cada passo.

5. Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. A recomendação do apóstolo nunca foi tão atual e urgente: “Tem cuidado de ti mesmo e da doutrina. Continua nestes deveres; porque, fazendo assim, salvarás tanto a ti mesmo como aos teus ouvintes” (1 Tm 4.16, ARA).

CONCLUSÃO

Certa vez um jovem obreiro perguntou-me se algum padre chegará ao céu. Vendo-lhe a ânsia de espírito, fiz-lhe outra pergunta: “Algum pastor corre o risco de ir para o inferno?”.

Diante das agruras que nos espreitam aqui e ali, todos corremos sérios riscos. Não podemos vacilar. Se não nos dermos à leitura da Palavra, à oração e ao jejum, não subsistiremos. O fato de sermos obreiros não nos torna invulneráveis quanto às tentações, às angústias e às arremetidas de Satanás.

Cuidemos de nós mesmos. Zelemos pela doutrina que nos confiou o Senhor. Ele é poderoso para guardar-nos até o dia de sua vinda. E que jamais venhamos a ter o mesmo destino de Nadabe e Abiú.

Amém. Cuida de nós Jesus.

9 JESUS, O HOLOCAUSTO PERFEITO

INTRODUÇÃO

Só viremos a entender plenamente a obra da salvação, em Jesus Cristo, se nos voltarmos com devoção e temor à teologia do holocausto, o principal sacrifício levítico. Quando o ofertante apresentava essa oferta ao Senhor, encenava ele, de maneira vívida e dramática, a História Sagrada. Uma interface perfeita com João 3.16; sublime teologia. Quem melhor compreendeu a sua doutrina foi o autor da Epístola aos Hebreus. Inspirado pelo Espírito Santo, ele divisou, nos animais oferecidos periodicamente a Jeová, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.

Estudaremos, neste capítulo, a instituição do holocausto: história, teologia, referência simbólica e cumprimento em Jesus. Sem o sacrifício dos sacrifícios, não podemos entender o plano da nossa salvação. O presente estudo, por conseguinte, além de formalmente tipológico, é essencialmente soteriológico; requer uma exegese correta que harmonize profetas e apóstolos, pois estes jamais estiveram em desarmonia.

Que Deus nos permita a perceber a maravilhosa doutrina da salvação e a desenvolvê-la em nossa jornada terrena.

I. HOLOCAUSTO, O SACRIFÍCIO POR EXCELÊNCIA

Como já vimos, a religião noética gerou grandes santos e teólogos como Jó, Melquisedeque e Abraão. E, pelo que nos é permitido inferir do texto sagrado, cada um deles, em seu próprio turno, serviu a Deus com sacrifícios cruentos.

Nesse sentido, o rei de Salém, por ter uma teologia bem mais messiânica e soteriológica, foi além das oferendas animais. Ao receber o pai dos hebreus, em seu domicílio, Melquisedeque apresentou-lhe uma oferta que, em virtude de sua essência, unia o Antigo ao Novo Testamento. Neste tópico, mostraremos por que o holocausto é o ofertório por excelência.

1. Definição de holocausto. O termo holocausto provém do vocábulo hebraico *`olah*, que significa ascender ou ir para cima. É uma referência tanto à fumaça da oferta queimada, em si, como à devoção e a entrega amorosa dessa mesma oferta ao subir à presença de Deus (Lv 1.9). Sacrifício dos sacrifícios. Foi por essa razão, que Paulo considerou o desprendimento dos irmãos filipenses, em favor da obra missionária, como um holocausto de cheiro suave ao Senhor (Fp 4.18).

O holocausto era o mais importante sacrifício do culto hebreu (Lv 1.1-3). Consistindo no oferecimento de aves e animais limpos, requeria a queima total da vítima; era pleno e incondicional (Lv 1.9). Tendo em vista a sua relevância, inaugurava todas as solenidades diárias, sabáticas, mensais e anuais do calendário litúrgico do Antigo Testamento.

O holocausto era conhecido também como oferta queimada.

Ao oferecê-lo ao Senhor, o crente hebreu fazia-lhe uma oração que, apesar da ausência de palavras, era eloquente e persuasiva; implicava em sua total submissão ao querer divino. Assim como a vítima do sacrifício dera-se ao altar sem resistência, assim também o fazia o adorador naquela instância; entregava-se resignadamente a Deus. Tal atitude remetia-o ao Calvário.

Jesus Cristo é o holocausto perfeito.

Quando nos conformamos plenamente à vontade do Filho, oferecemos ao Pai o mais sublime dos holocaustos; mostramos-lhe que, pela ação intercessora do Espírito Santo, já estamos crucificados com Cristo. A partir de agora, não sou eu quem vive, mas Jesus Cristo vive em mim.

2. A antiguidade do holocausto. O holocausto é também o mais antigo sacrifício da História Sagrada. Introduzido mui provavelmente por Abel, foi observado durante todo o período do Antigo Testamento. É o cerimonial que mais caracteriza o culto levítico; descreve, gestualmente, a peregrinação da alma penitente da Queda, no jardim do Éden, à Redenção, no monte Calvário.

Pelo que depreendemos da narrativa sagrada, após a morte de Jó, o holocausto, como o praticara os primeiros descendentes de Noé, não demoraria a desaparecer. Manter-se-ia, porém, no clã de Abraão, o ramo mais nobre de Sem; messiânico e soteriológico.

Em Canaã, se o holocausto noético foi alguma vez oferecido, não tardou a dar espaço a celebrações sórdidas, lascivas e criminosas. Naqueles templos e lugares altos, dominados por régulos tiranos e sanguinários, prostituição e homicídio litúrgico eram livremente praticados. Já no Egito, sacrifícios como o holocausto eram algo impensável. Se bovinos e ovinos eram deuses, por que lhes tirar a vida?

Nas escavações arqueológicas realizadas nos entornos das pirâmides, animais mumificados são descobertos em nichos e santuários. Aqui, um macaco; ali, um falcão. E quanto ao boi? Era intocável; personificava a Terra. Imolá-lo? Sacrilégio dos sacrilégios aos olhos egípcios.

No Cairo, capital do Egito, existe um museu em que é possível constatar que os ídolos, nos quais Faraó depositava toda a sua confiança, eram absurdamente esdrúxulos. Cada um deles, embora tivesse corpo de homem, carregava uma cabeça de animal. Até deus com cara de cachorro pode ser visto ali entre múmias de reis e carcaças de nobres.

Já que a religião egípcia tinha o holocausto como algo abominável, como descrever-lhe a soteriologia? Para mim, semelhante religião nem soteriologia possui. O mais acertado seria qualificá-la de tanatologia: doutrina ou estudo da morte. Isso porque, no Egito, empregavam-se todos os recursos para dar a Faraó, após o seu falecimento, confortos, regalias e honras. O reino do Nilo

mais parecia uma imensa casa funerária.

A bem da verdade, os egípcios não acreditavam na vida eterna, mas numa morte sem fim. No mundo além, dependiam do mundo aquém. Nem mesmo Aqueenáton que, reinando no século XIV antes de Cristo, buscou estabelecer um culto monoteístico em ambos os Egitos (alto e baixo), logrou uma doutrina da salvação que tivesse a Deus como redentor. Adorando o Sol, ignorou o Criador dos Céus e da Terra.

Retornemos, agora, aos descendentes de Noé que perseveraram em seguir-lhe as pisadas.

3. O holocausto no período patriarcal. Se considerarmos o sacrifício que Abel ofereceu ao Senhor uma espécie de holocausto, então essa oferenda foi, de fato, a mais antiga da História Sagrada (Gn 4.4). O costume seria preservados pelos filhos de Abraão em Isaque e Jacó (Gn 8.20; 22.13).

A religião divina, como Adão e Noé a transmitiram a seus descendentes, foi preservada nos holocaustos que, sem interrupção, foram oferecidos ao Senhor desde Abel até a destruição do Templo de Esdras, no ano 70 de nossa era. Cada vez que um desses crentes imolava um animal, profetizava ele, tipologicamente, a morte de Cristo no Calvário. Em cada oferenda, sustentada pela fé, havia uma súpula da soteriologia que hoje professamos.

4. O holocausto no período mosaico. Após a saída dos filhos de Israel do Egito, o Senhor instruiu Moisés a sistematizar o culto divino, para evitar impurezas pagãs. Quanto ao holocausto, por exemplo, apesar de já ser uma tradição na comunidade de Israel, teria de observar preceitos e normas. A partir daquele momento, haveria um altar específico para as ofertas queimadas (Êx 31.9). Tudo deveria ser executado de acordo com as normas estabelecidas por Deus (Lv. 1—6).

Em sua peregrinação, os israelitas retornam livremente ao holocausto. Se, no Egito, era abominação imolar um animal a Jeová, agora, naquele deserto

inóspito, o sacrifício de animais veio a constituir-se na parte mais bela e nobre da religião hebreia. Os sacerdotes, agora, ofereciam rediis inteiros ao Senhor.

Como puderam eles criar tantos animais, não apenas consumo próprio, como também para oferecê-los a Deus? Se em prados verdejantes e junto a águas tranquilas já é difícil tanger bois e carneiros, o que fazer em regiões ermas e abrasadoras? Quando nos pomos a servir a Deus, tudo Ele dispõe a nosso favor. À noite, orvalhava o maná para o sustento do povo. Durante o dia, providenciava o pasto àqueles rebanhos que se esparramavam pelo Sinai.

A instituição e a continuidade do culto levítico, no deserto, constitui, em si, um grande milagre. Uma religião como a hebreia que, litúrgica e teologicamente, requer animais, perfumes, incensos e pães, não pode sobreviver sem uma logística perfeita. Num grande centro urbano, não haveria problemas; fornecedores de matérias-primas não faltam. Mas, no Sinai, já distante do Egito e ainda longe de Canaã, adorar ao Senhor, com os rigores e demandas do culto levítico, era um desafio cotidiano. Sem mencionar a construção do Tabernáculo em si.

5. O holocausto na Terra de Israel. Após a conquista de Canaã, os holocaustos continuaram a ser oferecidos livremente ao Deus de Abraão. Josué celebrou uma importante vitória sobre os cananeus com holocaustos e ofertas pacíficas (Js 8.31). Gideão, ao ser comissionado pelo Senhor para libertar Israel, ofertou-lhe um holocausto (Jz 6.26). Quanto a Samuel, ofereceu o mesmo sacrifício ao Poderoso de Jacó, antecipando uma grande vitória sobre os filisteus (1 Sm 13.9,10). A reforma de Ezequias foi marcada por generosos holocaustos (2 Cr 29.7-35). Após o retorno do exílio, os judeus, agradecidos a Deus pela restauração de seu culto, também ofereceram-lhe holocaustos que iam além de suas posses (Ed 8.35).

A essa altura, o que era tradição adâmica e noética torna-se instituição religiosa em Israel. Agora, o holocausto é visto como a principal liturgia do culto israelita. Se fizermos uma pesquisa no âmbito da história, da cultura e

da antropologia, concluiremos que apenas a linhagem de Sem observou a prática de ofertas queimadas ao Senhor. Quanto aos camitas, que povoaram a África e partes do Oriente Médio, e aos jafetitas, que colonizaram a imensa região da Eurásia, temos evidências de que não deram continuidade a oferenda com que Noé inaugurara a segunda civilização humana.

As etnias acima citadas praticavam sacrifícios cruentos; nenhum desses, porém, assemelhava-se ao holocausto semítico. Entre os povos tidos como bárbaros, houve (e ainda há) abate ritual de animais e de seres humanos. Mas holocausto, semelhante ao hebreu e com a sua essência teológica, não; é algo exclusivo de Israel, a linhagem mais nobre e representativa de Sem. E, por se falar em sacrifícios humanos, veremos, daqui a pouco, por que esse tipo de oferenda jamais seria aceito por Deus.

II. A IMPLICAÇÃO TEOLÓGICA DO HOLOCAUSTO

Em todo sacrifício levítico, subjaz uma teologia que tem, em sua natureza, uma soteriologia que nos remete, de imediato, à morte vicária de Jesus Cristo. Sendo assim, precisamos descobrir aquilo que não seria incorreto chamar de a mecânica teológica do holocausto.

1. A consciência do pecado humano. Quando um crente hebreu propunha-se a oferecer um holocausto ao Senhor, a primeira coisa que lhe vinha ao coração era a sua própria culpabilidade (Sl 51.5). Ele sabia que, em Adão, todos haviam pecado; ninguém seria tido por inocente diante de Deus. Até mesmo o recém-nascido, apesar de ainda não ter a experiência do pecado, já carregava, em si, a essência da ofensa adâmica (Rm 3.23; 5.12).

Se a situação do peregrino é tão desfavorável, o que fazer?

Ele não poderia apresentar a si próprio a Deus, pois não ignorava a pecaminosidade que lhe ia na alma. Por isso, buscava num animal tenro, bom e geneticamente perfeito (símbolo de um intermediário eficaz); uma ponte que o conduzisse a Deus. Sem o saber, o penitente evocava perspectivamente,

pela fé, ali, junto àquele altar, o sacrifício do Senhor Jesus Cristo no Calvário. O Filho de Deus haveria de morrer, de fato, em favor de todos os filhos de Adão: pelos contemporâneos da cruz, pelos que viriam a nascer e pelos que já haviam morrido.

2. A consciência da justiça divina. Já diante do altar, esse mesmo crente sabia que, confrontado pela justiça de Deus, merecia apenas uma coisa: a morte; o salário mais adequado ao pecado adâmico. Nesse impasse, a pergunta vinha-lhe à mente: “Como aplacar um Deus irado?”. Se, por um lado, ele sabia que Deus é justo, por outro, não ignorava que a justiça divina jamais deixava de vir acompanhada por um amor que, incompreensivelmente, se dá. Por essa razão, apresentava ao Senhor a vítima do holocausto, como a rogar-lhe: “Nele, perdoa-me”. E, pela fé, era não apenas perdoado, mas justificado imediatamente.

A justificação não é uma doutrina exclusivamente apostólica; no âmbito profético, era já conhecida e praticada junto ao trono divino. O salmista, ao discorrer sobre a ousada ação de Fineias no episódio de Baal-Pedor, reconhece: “Isso lhe foi imputado por justiça, de geração em geração, para sempre” (Sl 106.31, ARA).

No episódio narrado pelo autor sagrado, observa-se que Fineias assim agiu porque fora movido por uma fé incomum na santidade divina. E, por essa mesma fé, foi justificado. O mesmo acontecia àquele que, crendo na justiça divina, apresentava-lhe um holocausto. No ato da matança e da queima do animal, mostrava ele a Deus a sua confiança num sacrifício vicário que alcançaria o mundo todo.

No ato do holocausto, desfilava diante de Deus toda a soteriologia do Novo Testamento.

3. A consciência da propiciação diante de Deus. O que o crente hebreu mais ansiava era tornar-se propício a Deus. Todavia, ninguém poderia fazê-lo

por si só, a não ser por meio de um intermediário, que fosse visto pelo justíssimo Deus como alguém igualmente justo, santo, inocente e eficaz como salvador; o próprio Filho de Deus.

Nos tempos dos patriarcas, ainda não se tinha um retrato do Messias como hoje encontramos nos Salmos e nos Profetas. Davi, em vários de seus cânticos, descreveu a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo. Já Isaías, no capítulo 53 de seu livro, pinta o Servo de Jeová em tons fortes e inapagáveis.

Ambos os autores sagrados já não precisavam do holocausto para saber que o Filho de Deus, ao vir a este mundo como homem, teria o mesmo destino do animal oferecido a Deus numa oferta queimada. Eis porque o rei de Israel, numa evocação messiânica, lembra a transitoriedade do holocausto na soteriologia messiânica: “Sacrifícios e ofertas não quiseste; abriste os meus ouvidos; holocaustos e ofertas pelo pecado não requeres” (Sl 40.6, ARA).

Davi, como bom teólogo, sabia que o homem, para tornar-se propício diante de Deus, carece não propriamente de um animal perfeito, mas de um perfeitíssimo medianeiro. Já antevendo não apenas o Messias, mas também o Consolador, roga ele a Jeová, depois de haver quebrantado duplamente a lei divina:

Esconde o rosto dos meus pecados e apaga todas as minhas iniquidades. Cria em mim, ó Deus, um coração puro e renova dentro de mim um espírito inabalável. Não me repulses da tua presença, nem me retires o teu Santo Espírito. Restitui-me a alegria da tua salvação e sustenta-me com um espírito voluntário. (Sl 51.9-12, ARA)

Observemos que Davi, embora almejasse a aceitação de Deus, não lhe ofereceu um único holocausto. Sua compreensão das coisas divinas ia além da pedagogia das oferendas e dos sacrifícios. Naquele momento, ofertório algum, ainda que duplamente cruento, ser-lhe-ia útil. Por essa razão, evocando

implicitamente a intermediação de Jesus Cristo, o Holocausto dos holocaustos, confessa sua confiança no verdadeiro Mediador entre Deus e os homens: “Pois não te comprazes em sacrifícios; do contrário, eu tos daria; e não te agradas de holocaustos. Sacrifícios agradáveis a Deus são o espírito quebrantado; coração compungido e contrito, não o desprezarás, ó Deus” (Sl 51.16,17, ARA).

Não procuramos, aqui, ao evocar Davi e Isaías, invalidar o holocausto na compreensão da soteriologia bíblica. Sem esse sacrifício, o profeta e o rei jamais viriam a entender adequadamente a mecânica da redenção que Deus, em Jesus Cristo, nos providenciara antes mesmo da fundação do mundo.

4. A consciência de um sacrifício perfeito diante de Deus. Assombrado pela justiça divina, indaga o profeta:

Com que me apresentarei ao SENHOR e me inclinarei ante o Deus excelso? Virei perante ele com holocaustos, com bezerros de um ano? Agradar-se-á o SENHOR de milhares de carneiros, de dez mil ribeiros de azeite? Darei o meu primogênito pela minha transgressão, o fruto do meu corpo, pelo pecado da minha alma? Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o SENHOR pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus. (Mq 6.6-8 ARA)

Sim, indaga Miqueias: “Com que me apresentarei ao SENHOR?”. Buscando a propiciação divina, o crente hebreu poderia oferecer diversas coisas a Deus: bezerros, carneiros e azeite. Numa instância já desesperada, não hesitaria em dar-lhe o próprio filho; o primogênito da alma. Vejamos a inadequabilidade desses ofertórios. Iniciemos por examinar a oferta que mais dor custaria a um pai.

Antes de tudo, deixemos bastante claro, que Deus jamais exigiu sacrifícios

humanos. A razão é bastante simples. Não obstante o custo espiritual, moral e espiritual que tal demanda acarretaria ao adorador, o seu efeito redentor e soteriológico seria inútil perante a justiça divina. Se todos pecaram e carecem da glória de Deus, quem estaria apto a morrer vicariamente por alguém? Um recém-nascido?

Embora ainda inocente, já traz em si a semente do transgressão adâmica. Até mesmo os três homens mais justos da História Sagrada não seriam capazes de se darem vicária e salvificamente em favor dos transgressores, como o próprio Deus o demonstra através do profeta Ezequiel:

Filho do homem, quando uma terra pecar contra mim, cometendo graves transgressões, estenderei a mão contra ela, e tornarei instável o sustento do pão, e enviarei contra ela fome, e eliminarei dela homens e animais; ainda que estivessem no meio dela estes três homens, Noé, Daniel e Jó, eles, pela sua justiça, salvariam apenas a sua própria vida, diz o SENHOR Deus. (Ez 14.13,14, ARA).

No entanto, se o Senhor Jesus Cristo estivesse nessa mesma cidade, Ele, em virtude de sua justiça vicária, certamente morreria; ela, porém, seria poupada. Foi o que disse mui sabiamente o sumo sacerdote Caifás: “Vós nada sabeis, nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo e que não venha a perecer toda a nação” (Jo 11.49,50, ARA). Ao registrar o fato, o apóstolo João, com a sua elevadíssima acuidade teológica, assim interpretou a alocução de Caifás:

Ora, ele não disse isto de si mesmo; mas, sendo sumo sacerdote naquele ano, profetizou que Jesus estava para morrer pela nação e não somente pela nação, mas também para reunir em um só corpo os filhos de Deus, que andam dispersos. (Jo 11.51,52, ARA).

Inspirados por esse modelo teológico, como explicaremos a experiência de Abraão ao ser instado pelo Senhor a oferecer-lhe Isaque? O patriarca, como o melhor teólogo da época, depois de Melquisedeque, sabia que, seja desta seja daquela forma, haveria de recobrar o filho, pois tinha irrestrita fé na promessa divina. Mas, ainda que viesse a imolar o seu querido unigênito, a morte deste poderia ser doxológica, mas jamais soteriológica e redentora, porque Abraão já havia sido justificado ao crer em Deus (Gn 15.6). No instante extremo da provação, o Senhor interveio, não permitindo que o hebreu lhe imolasse o filho da promessa (Gn 22.11-13). Vicariamente, o ser humano é ineficaz até para si mesmo. Se a nossa morte fosse suficiente para salvar-nos, bastaríamos optar pelo suicídio, e a nossa situação, diante de Deus, estaria resolvida de vez. O suicídio, todavia, não tem qualquer eficácia remidora. Se assim fosse, Judas Iscariotes estaria hoje no Paraíso junto ao Senhor Jesus. Mas sabemos que, perdendo-se ele, foi para o seu próprio lugar.

Se a morte do meu primogênito é ineficaz para tornar-me aceitável diante do Senhor, o que lhe entregarei? Rios de azeite? O fruto da oliveira pode (e deve) ser apresentado ao Senhor como dízimo e ação de graças, mas, soteriologicamente, que eficácia tem? Afinal, não somos salvos pelas obras, mas pela fé em Jesus Cristo. Logo, tais ofertas servem apenas evidenciar-nos a salvação; somos salvos não pelas boas obras, mas à prática de obras boas, meritórias e que mostrem, por intermédio delas, o nosso compromisso com o Pai Celeste.

Restam-nos, agora, os bezerros de um ano e os carneiros tenros e bons. Tornar-nos-ão propícios a Deus? Como símbolos e tipos são eficazes. Mas, vicariamente, não. Se a simbologia e tipologia desses animais fossem recebidas pela fé, o adorador não deixaria de ver, em cada um deles, o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Caso contrário, a morte desses bichos não passaria de um desperdício litúrgico, um pesado encargo ao crente, um enfado ao sacerdote e um enojamento ao Senhor.

O adorador que, pela fé, oferecia um holocausto ao Senhor, demonstrava a

eficácia desse sacrifício, em sua vida, na prática da justiça, no exercício da misericórdia e na vivência do amor divino em seu cotidiano. E, no final de tudo, veria naquele bezerro ou naquele carneirinho, o Cordeiro de Deus.

III. JESUS CRISTO, O HOLOCAUSTO PERFEITO

Para que o Filho de Deus se tornasse o holocausto perfeito, a fim de redimir a humanidade, três coisas foram-lhe necessárias: a encarnação, o sofrimento e, finalmente, a morte e a ressurreição.

1. A encarnação de Cristo. A encarnação de Cristo foi o cumprimento cabal e perfeito da profecia de Davi: “Sacrifício e oferta não quiseste; os meus ouvidos abriste; holocausto e expiação pelo pecado não reclamaste” (Sl 40.6).

O que o Messias, por meio do salmista, diz é que, sendo os holocaustos transitórios, restava-lhe apresentar-se voluntária e eternamente, perante o Pai, para ser a oferta e o ofertante, a fim de redimir a humanidade (Hb 10.1-10). Foi na condição de Homem Verdadeiro que o Senhor Jesus foi provado em todas as coisas, exceto no pecado, para mostrar a eficácia de seu maravilhoso e definitivo sacrifício.

2. O sofrimento de Cristo. Assim como a vítima do holocausto era, antes de ser queimada, repartida em pedaços, foi o Senhor Jesus submetido a todos os sofrimentos, angústias e dores (Is 53). Ele sabia o que era padecer.

O autor da Epístola aos Hebreus garante que o Filho de Deus, durante o seu ministério terreno, apresentou ao Pai constantes rogos, clamores e lágrimas (Hb 5.7).

Da encarnação à morte, Ele foi implacavelmente provado em todas as coisas. Mas, nem por isso, deixou de apresentar um fiel testemunho como o Cordeiro de Deus (Jo 1.29).

3. A morte e a ressurreição de Cristo. O auge do sofrimento do Filho de

Deus, como nosso perfeito holocausto, foi a sua morte no Calvário. Antecedendo o seu sacrifício, rogou ao Pai que lhe afastasse aquele cálice (Mc 14.36). No entanto, Ele sabia que a morte na cruz era a sua missão, o ápice de seu ministério. Em sua morte, a nossa vida.

Na verdade, foi morto e sepultado (Mt 27.59-66). No terceiro dia, entretanto, eis que ressurge dos mortos como Rei dos reis e Senhor dos senhores (Mt 28.1-10). Com a sua ressurreição, Jesus Cristo plenifica o sacrifício perfeito, como ofertante e oferta.

CONCLUSÃO

Neste capítulo, refletimos sobre o sacrifício perfeito de Jesus Cristo. Ele é o Holocausto dos holocaustos. Ele morreu eficazmente por mim e por você. Por essa razão, mantenhamos uma vida de santidade e pureza, a fim de sermos fiéis testemunhas do Evangelho. Não ignoremos o sacrifício de Cristo. Se o fizermos, sobre nós recairá o justo juízo de Deus (Hb 10.26,27).

10 OFERTAS PACÍFICAS PARA UM DEUS DE PAZ

INTRODUÇÃO

Veremos, neste capítulo, por que a graça e a paz, tidas como virtudes teológicas, são imprescindíveis à vida cristã. Nas epístolas paulinas, vêm mencionadas conjuntamente: são irmãs gêmeas, inseparáveis. Se nos voltarmos às ofertas pacíficas do livro de Levítico, constataremos que elas constituíam o cerne da alma do ofertante. Por essa razão, os princípios coínológicos, ou seja, de comunhão, que acompanhavam tais sacrifícios, têm de ser aplicados com urgência escatológica ao mundo evangélico atual.

Embalada por tralhas, refugos e modismos, como a teologia da prosperidade e a confissão positiva, boa parte dos crentes, hoje, é mais doutrinada a pedir do que a agradecer.

Em suas orações, quer públicas, quer privadas, os tais crentes não demonstram a mínima referência a Deus. Tratam-no como se Ele não passasse de um laçao ou de um mero garoto de recados. Já não veem Deus como Deus. Enxergam-no como o mordomo que, nas mansões e palacetes, inibe-se à espera do próximo capricho de um crente mundano e compromissado com as obras infrutuosas das trevas.

Nesse mundo estranho e bizarro, desprezam-se as ofertas de paz e os sacrifícios de louvor. Tais formas de adoração, tão comuns à Igreja Primitiva, rareiam-se hoje. Aliás, por que agradecer se é mais lucrativo exigir e determinar? Mas a Palavra de Deus exorta-nos à gratidão e ao reconhecimento. Ao bom e santo Senhor, deveríamos agradecer até mesmo pelas lutas e vicissitudes; sem estas, jamais teríamos qualquer experiência

pessoal com Jesus Cristo.

A fim de compreendermos as ofertas de paz prescritas no Levítico, determos-nos, inicialmente, em duas ciências teológicas que nem sempre são lembradas: a irenologia e a carislogia. Nesta era, de completa inversão de valores, até mesmo na Igreja de Cristo, é urgente um retorno à paz e à graça do Senhor Jesus.

I. IRENOLOGIA, UM ESTUDO URGENTE

Quando ainda jovem, li um livro, escrito por um general francês, acerca da ciência da guerra. Já nas páginas iniciais, descobri que o estudo das artes bélicas recebe um nome quase eufônico: polemologia. Acredito que tal nomenclatura aplica-se também aos confrontos ideológicos e doutrinários. Mas, ao por-me a escrever o presente capítulo, veio-me à mente uma pergunta: “Existe alguma ciência dedicada à pesquisa científica da paz?”. Pesquisei. E vim a descobrir duas páginas que tratam do assunto, uma em latim e outra em espanhol. A esse saber, um tanto peregrino, dá-se o nome de irenologia.

1. Irenologia, a definição de uma ciência ainda desconhecida. A palavra irenologia é composta por dois vocábulos gregos: *eirene*, paz, e *logos*, estudo. Portanto, a irenologia é o estudo sistemático da paz conforme a concebem as diversas culturas, sociedades, religiões e saberes. Trata-se de uma disciplina acadêmica, que tem por objetivo investigar as condições, o ambiente e os envolvidos no esforço comum para se estabelecer, manter e promover a paz quer entre nações, quer entre grupos sociais ou mesmo entre indivíduos.

Os estudos irenológicos andam, paradoxalmente, de mãos dadas com os polemológicos. No estouro de um conflito, armado ou não, a primeira coisa a ser buscada é a paz. Nesse esforço, até mesmo um armistício é motivo de festejos e comemorações. Etimologicamente, o termo “armistício”, oriundo do latim *armistitium*, significa “cessação das armas”. Nessas ocasiões, como

resultado dos movimentos diplomáticos, os lados envolvidos sentam-se a negociar uma paz definitiva; às vezes, nem provisoriamente se logra obtê-la. Naquele momento, os adversários igualam-se à mesa de negociações; todos querem acabar com o conflito; pelo menos é o que se espera.

Todavia, nem sempre a ausência de um conflito armado pode ser qualificada como paz. Há de fato ausência de guerra, mas não há presença de paz efetiva. Foi o que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. A União Soviética e os Estados Unidos, polarizando o mundo, viveram uma guerra fria de quatro décadas. Se nos voltarmos à Bíblia, porém, descobriremos que a paz é possível até mesmo em meio aos embates mais violentos.

2. Paz, uma definição sempre possível e esperada. Tenho para mim que a paz é caracterizada por uma serenidade íntima inexplicável. Foi o que Paulo escreveu aos irmãos de Filipos sempre às voltas com os inimigos da cruz: “E a paz de Deus, que excede todo o entendimento, guardará o vosso coração e a vossa mente em Cristo Jesus” (Fp 4.7, ARA). Como explicar semelhante paz que amaina até o sol mais abrasador ou a tempestade mais bravia.

Em hebraico, a palavra paz vai além de um mero enfoque filosófico. O termo *shalom*, além de paz, evoca augúrios de saúde, prosperidade e autocontrole. Quando um judeu pergunta ao seu companheiro: “Como vai você?”. Em hebraico: *Ma shalomhâ?* Na verdade, indaga-lhe, antes de tudo: “Como vai a sua paz?”. Hoje, infelizmente, o poético e doce vocábulo foi reduzido a um trivial “oi” ou a um mero “olá”. É o que se observa no cotidiano israelense.

No grego, a palavra *eirene*, traduzida adequadamente para a língua portuguesa como paz, tem uma origem interessante, apesar da mitologia que a cerca. Irene era filha de Zeus e de Têmis. Juntamente com suas irmãs Eunomia e Dice, achava-se responsável pelo bom andamento das coisas. Enfim, a boa e solícita Irene tinha por tarefa zelar pelas afeições cósmicas. Se ela viesse a falhar, Céus e Terra perderiam toda a harmonia, melodia e ritmo;

a música universal seria impossível.

Quando nos voltamos à Bíblia Sagrada, constatamos que a verdadeira paz vai além dos mitos e transcende as academias mais lógicas. Em Isaías, descobrimos que a paz tem como príncipe o Filho de Deus. O profeta, ao alinhar os principais títulos de Jesus Cristo, poeticamente anuncia: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz” (Is 9.6, ARA).

Se a paz tem como príncipe o Senhor Jesus, como podemos defini-la? Antes de tudo, ela não é uma simples e expectada ausência de conflitos; ela é possível até mesmo em meio aos entreveros mais indescritíveis. Alguém, certa vez, pintou-a como um pássaro a cantar em plena tempestade. Enquanto tudo ruía à sua volta, a avezinha teimosamente canora trinava uma bela melodia ao Criador. Se na paz, não temos paz, como nos comportaremos num conflito? Foi o que o Senhor indagou ao seu profeta: “Se te fatigas correndo com homens que vão a pé, como poderás competir com os que vão a cavalo? Se em terra de paz não te sentes seguro, que farás na floresta do Jordão?” (Jr 12.5, ARA).

Às vezes, surpreendo-me na mesma condição de Jeremias. Embora tudo à minha volta rescenda à paz, acho-me em guerra comigo mesmo. Mas, como superar os conflitos que nos assolam a interioridade? A resposta é simples e teologicamente comezinha: encher-se do Espírito Santo, o promotor da paz por excelência.

3. Jesus é o Príncipe da Paz. Sim, o Senhor Jesus é o Príncipe da Paz. Que nobiliarquia pode ostentar semelhante título? Nenhum monarca terreno, ainda que traga a alcunha de pacífico, reúne as condições necessárias para efetivar a paz no coração humano. Uma paz, aliás, que só foi possível no Calvário, conforme escreve Paulo: “Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo; por intermédio de

quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes; e gloriamo-nos na esperança da glória de Deus” (Rm 5.1,2, ARA).

Nessa passagem, observamos que a verdadeira paz é o resultado de um processo redentor que, tendo início antes da fundação do mundo, culminou na morte, ressurreição e glorificação de Jesus Cristo. Por intermédio de seu sacrifício vicário, Ele reconciliou-nos com Deus, tornando-nos propícios à sua justiça. No exato instante em que o aceitamos como Salvador e Senhor, justificou-nos Ele perante o Justíssimo Deus. E, desde então, passamos a ser vistos, pelo Juiz de toda a Terra, como se jamais tivéssemos cometido qualquer delito, transgressão ou pecado. O encerramento desse processo judicial, junto à corte celeste, trouxe-nos uma paz que o mundo não pode conhecer.

É por essa razão, primordial e essencialmente soteriológica, que o Senhor Jesus foi honrado com a elevada nobiliarquia de Príncipe da Paz. Não podemos atribuir-lhe semelhante título apenas em virtude das profecias que o mostram a pacificar as nações no Milênio. Ele é assim chamado, porquanto infunde, nos corações mais tormentosos e revoltos, a paz que excede todo o entendimento.

No ato de nossa conversão, recebemos a paz como resultado do processo de justificação perante o trono de Deus. Todavia, para mantermos a qualidade e a excelência dessa mesma paz, é imperativo cultivá-la, não como um mero adorno processual, mas como fruto do Espírito Santo (Gl 5.22). Se o fizermos, não teremos dificuldade alguma em oferecer a Deus o que o autor sagrado chama de sacrifícios de louvor. Era assim que o adorador do Antigo Testamento apresentava-se ante Jeová para apresentar-lhe ofertas e dons pacíficos. Nesse ato litúrgico, ele sabia que estava sendo contemplado pela graça divina que, tanto naquele tempo quanto agora, deve acompanhar todas as nossas devoções.

II. CARISLOGIA, UM ESTUDO GRACIOSO

Nos meus primeiros estudos teológicos, deliciei-me ao descobrir que a definição de graça era favor imerecido. A partir daquele dia, sempre que me era facultada a oportunidade de pregar, gostava de evocar aquela lição que, conquanto simples, é tão elevada e eficaz. Decorridas quatro décadas, ainda me delicio com o estudo da graça de Deus. Hoje, porém, constato que as implicações teológicas dessa virtude teologal são mais profundas do que eu supunha naquela época já distante e bela.

1. A graça não é uma deusa; é um dom de Deus. Não sei por que Homero e Hesíodo apraziam-se em ornar a árvore genealógica do imoral Zeus com as mais elevadas virtudes morais. A graça, por exemplo, era tida em tão alta conta que, no Olimpo, aparecia como trigêmea. Sempre juntas, as três irmãs, talvez as filhas mais queridas de Zeus, eram as divindades responsáveis pelos banquetes, encontros, concórdias e riquezas.

Vistas assim, as Graças do Olimpo em nada diferiam das *socialites* que estrelam nas revistas, jornais e televisões. Sua reputação, segundo Homero, era nada recomendável; faziam parte da comitiva de Afrodite, a deusa da libido, cuja alcovitice era bem conhecida nas paragens olímpicas e nos recônditos gregos.

Nas Sagradas Escrituras, a graça jamais foi uma deusa. Quer no Antigo, quer em o Novo Testamento, ela aparece aqui, entre os apóstolos; ali, junto aos profetas e justos. E, mais além, ressurgue com os peregrinos que subiam a adorar em Jerusalém. A graça é mais do que um atributo divino. Entre as perfeições, bondades e grandezas do Senhor, evidencia-se como a qualidade que lhe expressa o amor, até mesmo nos momentos de castigo, disciplina e provação. A graça não é uma deusa; é a mais sublime expressão do Deus amoroso e bom.

2. Graça, a virtude teológica por excelência. Na língua hebraica, há uma palavra usada para sublimar a graça divina: *chesed*. Seus significados

emprestariam beleza ao cântico mais simples e à poesia mais singela: bondade, favor, amorosa benignidade. À semelhança de sua congênere grega, pode ser resumida numa única expressão: obséquio imerecido. Trata-se de algo que recebemos sem o merecermos.

Em grego, a palavra “graça” provém do vocábulo *kharis*; sua etimologia lembra alegria e contentamento. O seu real significado, porém, vai além da semiologia clássica. Nessa lexicografia, ajuntemos estes piedosos sinônimos: bondade, amor incondicional, dom gratuito, generosidade e, também, favor inesperado.

O substantivo “carislogia” é formado por dois vocábulos gregos: *kharis*: graça; e *logia*, estudo. Esse termo, que não é um simples neologismo, significa etimologicamente “estudo da graça”. Por ser a maior expressão do amor de Deus, a graça merece um estudo mais atento e próprio.

De meus estudos bíblicos, sou levado a inferir que a graça é a síntese das três virtudes cardeais que recebemos no ato da conversão: fé, amor e esperança. Aliás, a graça salvadora nos é manifestada antes mesmo de conhecermos a Jesus. Mas é somente por meio da fé salvadora que começamos a experimentá-la interiormente. Quanto mais amamos a Deus e ao próximo, mais a graça, agora multiforme em seus feitos redentores, faz-se presente em nossa vida. Nessa militância por Jesus Cristo, ela é a esperança do arrebatamento; constrange-nos a ir além de nossos próprios limites.

Se, por acaso, vermo-nos cansados e já por esmorecer, ouviremos do Senhor aquele lenitivo que levou Paulo ao Terceiro Céu: “A minha graça te basta” (2 Co 12.9). Nessa declaração de Cristo, todas as nossas carências e necessidades, quer espirituais, quer emocionais, ou até mesmo físicas, são plenamente supridas; em glória são supridas (Fp 4.19). No enunciado ao apóstolo dos gentios, Jesus deixava-lhe bem claro que, em sua graça, temos as virtudes e provisões de que precisamos para alcançar a Jerusalém Celeste.

Quando o crente hebreu, por conseguinte, apresentava ao Senhor um sacrifício pacífico manifestava ali, diante do altar, por intermédio de gestos e

ações dramáticas, a graça que lhe ia na alma. O ofertório era apenas a exteriorização daquilo que lhe inundava o coração: os favores imerecidos de Deus. E, se tantos favores recebia, por que não agradar a Deus com uma oferta de paz? Tal princípio não deve perder-se nas páginas do Levítico; tem de ser posto em prática em nosso atribulado dia a dia.

3. Graça e paz, a comunidade dos sacrifícios de louvores. Em suas epístolas, Paulo saudava as igrejas com uma fórmula que, embora provinda do grego e do hebraico, expressava a plenitude do Evangelho: graça e paz (Rm 1.7; 1 Co 1.3; Ef. 1.2). Ao dirigir-se aos santos com uma expressão tão profunda e significativa, o apóstolo conscientizava-os de que eles se constituíam na comunidade de sacrifícios de louvores e paz por excelência: obra da graça. Mesmo sem a beleza da liturgia e do cerimonialismo levíticos, não deixavam eles de expressar toda a formosura da vida cristã.

O que é um sacrifício de louvor? Atentemos às palavras do autor da Epístola aos Hebreus: “Por meio de Jesus, pois, ofereçamos a Deus, sempre, sacrifício de louvor, que é o fruto de lábios que confessam o seu nome” (Hb 13.15, ARA). Nessa exortação, distinguimos a diferença entre o sacrifício de louvor do Antigo e o do Novo Testamento. O primeiro era gestual e dramático; o segundo é oral e marcado por amorosas proposições. Aquele dependia de um altar; este tem como altar o próprio adorador que, soteriologicamente, é o templo do Espírito Santo. Na Antiga Aliança, o crente dependia de um lugar específico para oferecer a sua oferenda ao Senhor. Já em a Nova Aliança, o discípulo de Jesus é instado a demonstrar o seu culto racional em todos os tempos e lugares; ele é o altar e o santuário.

O sacrifício de louvor manifesta-se por meio do fruto dos lábios. Louvando a Deus em todo o tempo, não nos desboquemos em murmurações, impropérios e palavras de calão. Em todo o tempo, demonstremos nossa gratidão ao Senhor. Até mesmo nas instâncias mais insuportáveis, curvemo-nos, qual Jó resignado, a adorar a Ele que faz com que todas as coisas

concorram para o bem dos que o amam.

Mais adiante, voltaremos a falar da Igreja de Cristo como a sociedade de sacrifício de louvores. Agora, faremos uma pausa para ver como os hebreus apresentavam suas oferendas pacíficas a Jeová.

III. A EXCELÊNCIA DA OFERTA PACÍFICA

Os dois sacrifícios mais antigos da História Sagrada são o holocausto e a oferta pacífica. Ambas as oferendas eram tidas, às vezes, como um único sacrifício.

1. Oferta pacífica. A voluntariedade da oferta pacífica fica bem evidente no livro de Levítico (Lv 7.12). A oferenda, para ser caracterizada como tal, deveria ser acompanhada de ações de graças; nenhuma petição era admitida. Naquele momento, o crente hebreu tinha como único desejo adorar e agradecer ao Senhor por todas as bênçãos, galardões e livramentos. Nos Salmos, as ofertas pacíficas manifestam-se em louvores ao Senhor por todas as suas benignidades (Sl 106,1). Leia atentamente os Salmos 118 e 136.

Nas Escrituras do Novo Testamento, somos instados a oferecer a Deus contínuas ações de graças (1 Ts 5.18). Dessa forma, jamais perderemos a comunhão quer com Deus, quer com a Igreja de Cristo (Cl 3.15).

2. Tipos de ofertas pacíficas. As ofertas pacíficas compreendiam três modalidades ou fases: ações de graças, voto e oferenda movida diante do altar.

a) Ações de graças. A fim de agradecer ao Senhor por um favor recebido, o crente hebreu oferecia-lhe bolos e coscorões ázimos amassados com azeite. Os bolos, feitos da flor de farinha, tinham de ser fritos (Lv 7.12-15). A carne, que acompanhava o sacrifício pacífico, devia ser consumida no mesmo dia (Lv 7.15).

Os produtos trazidos a Deus eram acompanhados de louvores (Hb 13.15). Tanto ontem quanto hoje, somos instados a louvar e a enaltecer

continuamente o Senhor.

b) Voto. Nos momentos de angústia, os filhos de Israel faziam votos ao Senhor, prometendo-lhe ofertas pacíficas (Gn 28.20; 1 Sm 1.11). Nesse caso específico, o sacrifício poderia ser comido tanto no mesmo dia quanto no dia seguinte (Lv 7.15,16). No terceiro dia, nada dele podia ser ingerido. O voto, por ser uma ação voluntária, requeria igualmente uma atitude voluntária. Que o ofertante participasse das ofertas com alegria e regozijo.

c) Oferta movida. Na última etapa, o adorador entregava a oferta pacífica ao sacerdote que, seguindo o manual levítico, aspergia o sangue do sacrifício sobre o altar. Em seguida, queimava a gordura do animal (Lv 7.30). O peito era entregue a Arão e a seus filhos. Num último ato, o sacerdote movia a parte mais excelente da oferenda perante o altar: o peito e a coxa (Lv 7.31-35).

Objetivos das ofertas pacíficas. Como já dissemos, eram dois os objetivos da oferta pacífica: aprofundar a comunhão entre Deus e o crente, e levar o ofertante a reconhecer que tudo quanto temos vem do Senhor, porque dEle é a terra e a sua plenitude (Sl 24.1).

IV. A OFERTA PACÍFICA NA HISTÓRIA SAGRADA

Neste tópico, veremos três exemplos de pessoas que fizeram voto ao Senhor, e foram plenamente atendidas: Jacó, Ana e Davi.

1. Jacó, filho de Isaque. Quando fugia de Esaú, seu irmão, Jacó fez um comovente voto ao Senhor. Depois de ter visto o céu aberto e os santos anjos subirem e descerem sobre uma escada que ligava a Terra ao Céu, prometeu ao Deus de seus pais: “Se Deus for comigo, e me guardar nesta viagem que faço, e me der pão para comer e vestes para vestir, e eu em paz tornar à casa de meu pai, o SENHOR será o meu Deus” (Gn 28.20,21). A partir daí, o patriarca tornou-se um fiel e zeloso adorador (Gn 35.1-3).

Fazer votos ao Senhor não constitui pecado algum. Lembro-me de que, certa vez, minha mãe fez um voto a Deus em favor de meu irmãozinho, que se achava gravemente enfermo. Segundo os médicos, a broncopneumonia

acabaria por matar o Eliseu; um bebê frágil, já moribundo. Mas, para a nossa surpresa, Jesus interveio eficazmente, trazendo-o de volta à casa.

Não podemos fazer do voto, porém, um aríete contra a vontade divina. Quer Deus nos atenda, quer não, Deus continua a ser Deus. Além disso, o voto não pode contemplar o costumeiro e o ordinário de nossas obrigações junto ao Reino de Deus; antes, deve compreender o incomum e o extraordinário. Num voto, não há por que incluir o dízimo, por que este já é uma parte obrigatória da mordomia cristã. Prometamos-lhe, então, uma generosa oferta missionária.

2. Ana, mãe de Samuel. Afligida por sua rival, por não dar filhos a Elcana, seu marido, a desolada Ana fez este voto ao Senhor: “Senhor dos Exércitos! Se benignamente atentares para a aflição da tua serva, e de mim te lembrares, e da tua serva te não esqueceres, mas à tua serva deres um filho varão, ao SENHOR o darei por todos os dias da sua vida, e sobre a sua cabeça não passará navalha” (1 Sm 1.11, ARA). Após haver desmamado a Samuel, entregou-o ao Senhor, cumprindo a ordenança quanto ao sacrifício pacífico (1 Sm 1.24-28).

O altruísmo de Ana caracteriza admiravelmente o sacrifício pacífico. Ela, que ainda não tinha filhos, rogava um ao Senhor, para, em seguida, santificá-lo ao serviço divino. Pode haver maior sacrifício que este? Em sua atitude, observamos uma forte convicção messiânico-soteriológica. Sem o saber, consagrava o seu primogênito à redenção de Israel. E, de acordo com a História Sagrada, o profeta Samuel impulsionou a libertação dos israelitas; julgou-os e ungiu-lhes os dois primeiros monarcas.

3. Davi, rei de Israel. Pelo que observamos nos Salmos, Davi foi o homem que, em todo o Israel, mais sacrifícios pacíficos apresentou ao Senhor (Sl 22.25; 56.12; 61.5,8). Aliás, os seus cânticos já são, em si mesmos, um sacrifício de louvor e paz ao Deus de Abraão.

Na biografia de Davi, encontramos não um rei, em primeiro plano, mas um homem apaixonado pelo Senhor. Tem-se a impressão de que ele andava de sacrifício em sacrifício e de voto em voto. Eis porque, ao pecar duplamente contra Deus, centuplicadamente viu-se no pó e na cinza. Para o homem segundo o coração de Jeová, mais valia um sacrifício de louvor do que mil pelo pecado.

V. A OFERTA PACÍFICA NA VIDA DIÁRIA

De que modo apresentaremos, hoje, nossos sacrifícios pacíficos ao Senhor? Há três maneiras: consagrando-nos; perseverando nos sacrifícios de louvores e adorando a Deus em todo o tempo.

1. Consagração incondicional. O melhor sacrifício que um crente pode oferecer ao Senhor é apresentar a si mesmo a Deus (Rm 12.1). Neste momento, nossa oferenda é, além de pacífica, amorosa e plena de serviços. A partir daí, começamos a experimentar as excelências da vontade divina. Paulo considerava-se uma libação ao Senhor Jesus (2 Tm 4.6).

Num momento tão difícil e escatológico quanto este, entreguemo-nos sem reservas a Cristo. Que homens e mulheres, moços e moças e meninos e meninas, desprezando os encantos do presente século, deleitem-se em servi-lo. Já é momento de nos depositarmos no altar divino; sacrifício pacífico.

2. Sacrifícios de louvores. Oferecemos um sacrifício de louvor a Deus, quando lhe cumprimos plenamente a vontade (Hb 13.15). Mas, para que a plenifiquemos em nosso dia a dia, é imprescindível apresentarmo-nos diante dEle com um espírito humilde e quebrantado (Sl 51.17). Ao nos conformarmos à sua vontade, entregamos-lhe a mais excelente das oferendas: nosso amor incondicional e provado.

Veja o Senhor Jesus. Até mesmo às vésperas de sua paixão louvou ao Pai; cantou um hino. Conquanto não lhe saibamos a letra, a melodia está em

nossa alma. Isso é sacrifício de louvor; adorar a Deus ante o algoz.

3. Adoração contínua. Paulo e Silas, quando presos, cantavam e adoravam a Deus, ofertando-lhe um sacrifício que, além de pacífico, era profundamente redentor (At 16.25-31). Por isso, o apóstolo recomenda-nos a louvar continuamente a Deus (Ef 5.19; Cl 2.16).

Nesse momento, vejo-me a constrangido a perguntar-me: “Como está o meu louvor?”. Canto na bonança ou na tempestade também canto? Ajuda-me Senhor.

CONCLUSÃO

Adoramos a Deus com ofertas pacíficas, quando nos apresentamos diante dEle com o propósito de render-lhe graças por todas as bênçãos recebidas. Com tal atitude, honramos ao Senhor com um culto racional, agradável e vivo.

Neste capítulo, vimos que, das cinco ofertas prescritas no livro de Levítico, a mais excelente em voluntariedade era a pacífica, pois tinha como objetivo aprofundar a comunhão de Israel com o seu Deus. Ao aproximar-se de Jeová, com tal oferta, o crente do Antigo Testamento manifestava-lhe, em palavras e gestos, que o seu único almejo era agradecê-lo por todos os benefícios recebidos (Sl 103.1,2).

Que preciosa lição para os dias de hoje. Como agradecer ao Senhor Jesus Cristo por todos os benefícios que, diariamente, dEle recebemos?

11 A LÂMPADA ARDERÁ CONTINUAMENTE

INTRODUÇÃO

A teologia que subjaz tipologicamente, no candelabro de ouro do Tabernáculo Santo, tem por objetivo realçar o Senhor Jesus como a única luz deste mundo. Fora de Cristo, só há trevas; densas e pesadas trevas. Por isso, numa de suas declarações essenciais, afirmou o Filho de Deus: “Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará nas trevas; pelo contrário, terá a luz da vida” (Jo 8.12). Semelhante luz só pode ser encontrada nas Escrituras Sagradas. Da luz do primeiro dia, no Gênesis, à luz da Jerusalém Celeste, no Apocalipse, não há luz como a luz que desce do Pai das luzes (Gn 1.3; Ap 22.5; Tg 1.17).

Toda essa pleníssima luz é representada, no Tabernáculo, pelo candelabro de ouro que ficava à esquerda de quem entrava no lugar santo. Ali, em frente à mesa dos pães da apresentação, e olhando para o altar de incenso, logo à frente, o candeeiro, incandescendo o azeite batido, iluminava a Casa de Deus naquelas vigílias escuras e silentes do Sinai.

Que figura perfeita de Cristo. Quando de sua apresentação a Israel, foi Ele de imediato reconhecido, por João, o Teólogo, como a luz verdadeira (Jo 1.9). Uma luz tão intensa que veio a cegar os judeus daquela época formalmente religiosa, mas essencialmente vazia; teologia cega. Mas, para alguns pescadores rudes, de alma ainda sensível, a luz evangélica não foi inútil. Espargindo-se pelos termos de Zebulom e pelas regiões de Naftali, a luz da casa de Davi iluminou a Pedro, brilhou sobre André e, gentilmente, aclarou a trilha dos filhos de Zebedeu, João e Tiago.

Antes de nos determos no fabrico do candelabro e na tipologia que ele guarda, maravilhemo-nos com a luz divina.

I. A LUZ DIVINA, ÚNICA E IMPRESCINDÍVEL

Antes de conceituarmos a luz divina, buscaremos definir a luz em si mesma. Não será uma tarefa fácil. Apesar de a vermos do primeiro ao último arrebol, ainda não sabemos como defini-la adequadamente. Se o conceito é difícil, como será possível a descrição? Os físicos mais abalizados veem-se ainda perplexos ante as maravilhas de um fenómeno que, embora comum, ainda se revela incomum nos tratados e compêndios.

1. A definição da luz. Se formos a um dicionário da língua portuguesa, leremos uma definição que não irá além destas palavras: iluminação que, tendo como fonte o Sol, ilumina a Terra e os demais corpos da Galáxia. Mais adiante, nesse mesmo léxico, deparar-nos-emos com este complemento conceitual: claridade que parte de alguma fonte luminosa, e ilumina áreas escuras.

As fontes de luz variam em tamanho, potência e cor. Vai do Sol, poetizado como o astro-rei, à lamparina que brilha fracamente na casa do humilde campônio. Mas, quer o primeiro, quer a segunda, ambos simbolizam o Evangelho de Cristo. Nalgumas ocasiões, a mensagem da cruz resplende como no dia de Pentecostes, em Jerusalém. Noutras, tremeluz num folhetozinho já sujo e de letras escondidas; lamparina quase apagada. Seja como for, a Palavra de Deus jamais deixa de refulgir nas trevas. Quanto à cor, apesar das lentes e vidros que se antepõem às suas fontes, a luz será sempre clara e bela.

Vejamos, agora, como a física vê a luz. Aos olhos dessa ciência, a luz não passa de uma onda eletromagnética; sua extensão compreende ondas que, em intervalos regulares, possibilitam a sua visibilidade. Ela pode ser descrita também como a radiação eletromagnética, que se situa entre as radiações

infravermelha e ultravioleta. Eis aqui as três grandezas básicas da luz: intensidade, frequência e polaridade.

Já que definimos razoavelmente a luz, de acordo com a nomenclatura da física, olhemo-la, doravante, a partir do prisma profético e apostólico. Nesse sentido, a luz vai sempre além da luz.

2. A luz no Antigo Testamento. Nos prolegômenos teológicos, aprendi que a Bíblia, conquanto não seja um livro científico, não contradiz a verdadeira ciência. Até hoje não descobri a mínima contradição entre a Palavra de Deus e os fatos comprovadamente científicos. Quanto à teoria da evolução, levemos em conta que este palavrório todo jamais saiu do campo das hipóteses desprezíveis.

Sem mais tardança, entremos a examinar a visão hebraica da luz. No terceiro versículo de Gênesis, lemos: “Disse Deus: Haja luz; e houve luz” (Gn 1.3). Logo após o aparecimento da luz, a que convencionamos chamar de cósmica, manifesta-se o Criador acerca de sua obra: “E viu Deus que a luz era boa; e fez separação entre a luz e as trevas.” (Gn 1.4).

A luz já existia, mas ainda não tinha nome. Como alcunhá-la no início da criação? Mas Deus, que jamais teve dificuldades para encontrar palavras, vocábulos e termos, apresentou uma nomenclatura que, embora diversa nas línguas humanas, jamais deixou de ser eufônica e poética em todos os idiomas. Narra o autor sagrado o ornato da linguística divina: “Chamou Deus à luz Dia e às trevas, Noite. Houve tarde e manhã, o primeiro dia” (Gn 1.5).

Recorramos ao léxico hebraico, para uma definição mais precisa do vocábulo “luz” no idioma do Antigo Testamento. A palavra *’owr*, na língua hebraica, traduzida em nossas bíblias como luz, traz uma gama considerável de significados: luz do dia, luz sideral, aurora, brilho, resplendor. A luz era empregada também como sinônimo de instrução, de prosperidade e da própria verdade. Por essa razão, Jeová era visto, pelos santos profetas, como a Luz de Israel.

Na devoção dos salmos, o rosto de Jeová é descrito como a luz imprescindível; sem ela, a vida é impossível. Num momento de perplexidade, roga Davi ao Senhor: “Há muitos que dizem: Quem nos dará a conhecer o bem? SENHOR, levanta sobre nós a luz do teu rosto” (Sl 4.6, ARA). Por isso, o sumo sacerdote despedia a congregação de Israel com uma bênção que, entre as menções às bondades divinas, havia uma referência à *luz do rosto de Jeová*: “O SENHOR te abençoe e te guarde; o SENHOR faça resplandecer o rosto sobre ti e tenha misericórdia de ti; o SENHOR sobre ti levante o rosto e te dê a paz” (Nm 6.24-26, ARA).

Nas palavras dessa belíssima liturgia, o rosto de Jeová é descrito como o Sol em sua máxima resplandecência; uma luz além da luz. E, rebrilhando dessa forma sobre o peregrino, reunia esta força e graça para superar o insuperável. Sem o rosto divino a resplender em nossa alma, jazemos em trevas. Mas, raiando em nosso coração, as mesmas trevas fazem-se luz.

A luz de Jeová é necessária ao indivíduo; às nações, insubstituível. Por esse motivo, o salmista, considerando a experiência de Israel, louva ao Senhor: “Bem-aventurado o povo que conhece os vivos de júbilo, que anda, ó SENHOR, na luz da tua presença” (Sl 89.15, ARA).

Se os israelitas tinham como luz a Jeová, não deveriam retê-la; era a sua obrigação profética e sacerdotal apregoar a Palavra de Deus a todos os gentios; missão primordial. No espírito desse reclamo, Isaías exorta, falando pelo Senhor, o remanescente fiel: “Eu, o SENHOR, te chamei em justiça, tomar-te-ei pela mão, e te guardarei, e te farei mediador da aliança com o povo e luz para os gentios” (Is 42.6, ARA).

Nessa profecia, há uma dupla referência. No plano inicial, a palavra é dirigida a Israel. Já no seguinte, a profecia refere-se ao messiado de Jesus Cristo, que haveria de nascer 700 anos depois. Luz por luz, o Filho de Deus levantar-se-ia para iluminar os filhos de Abraão e os descendentes de Noé, que se haviam espalhados a partir da torre de Babel. O Evangelho de Cristo, qual benfazejo sol, espargiria sua luz, indistintamente, sobre as famílias

semitas, jafetitas e camitas.

3. A luz em o Novo Testamento. No primeiro capítulo do Evangelho de João, somos agraciados com um gênesis admiravelmente interpretado à luz de Jesus Cristo. Já em suas palavras iniciais, *é-nos facultado ver, ali, em plena criação e junto ao Criador, o Verbo a criar os Céus, a Terra, o reino vegetal, o império animal e, primordialmente, o ser humano. Sem o Filho, nada do que existe, existiria. Ele é ação executiva do Pai.*

No gênesis joanino, encontramos a luz já no quarto versículo: “A vida estava nele e a vida era a luz dos homens” (Jo 1.4, ARA). Na frase seguinte, o Evangelista descreve o ministério da luz: “A luz resplandece nas trevas, e as trevas não prevaleceram contra ela” (Jo 1.5, ARA). Nesse princípio, a luz não precisa de ajuda para separar-se das trevas. Vencendo penumbras e escuridões, ela resplandece em trevas espirituais, morais, emocionais e éticas. Até mesmo nas trevas teológicas, resplandece ela; nada a pode conter; irresistível.

Agora, numa pausa linguística, examinemos a palavra “luz”, de acordo com o idioma que serviu de plataforma ao Novo Testamento.

Segundo a mitologia grega, a luz origina-se de *Phosphorus*, uma divindade menor responsável pela claridade do Cosmos. Filho de Eos, a deusa da aurora, o *Phosphorus* era reverenciado como a Estrela da Alva. Desse substantivo, originou-se o vocábulo *phos*, traduzido em português como “luz”.

Despido já das roupagens mitológicas, o termo *phos* seria largamente usado pelos autores do Novo Testamento. Encontramo-lo nos evangelhos, nas epístolas e na revelação final. Examinemos, com mais atenção, essa palavra tão significativa e *tão bela*. Além de sua primitiva significação, ela é usada para representar a claridade de um candeeiro, o clarão de uma tocha, o brilho de uma estrela e o resplendor do Sol.

Metaforicamente, representa Deus, a verdade, o conhecimento, a pureza e a razão. Todavia, a maior imagem que a luz pode evocar é a do Filho de Deus

que, na rude cruz, deu-se em resgate por nossas almas. Ele é a luz profetizada por Isaías, que começaria a alumiar o mundo a partir da Galileia dos gentios:

Mas para a terra que estava aflita não continuará a obscuridade. Deus, nos primeiros tempos, tornou desprezível a terra de Zebulom e a terra de Naftali; mas, nos últimos, tornará glorioso o caminho do mar, além do Jordão, Galileia dos gentios. O povo que andava em trevas viu grande luz, e aos que viviam na região da sombra da morte, resplandeceu-lhes a luz. (Is 9.1,2, ARA)

Com base nessa passagem, já nos é possível definir uma teologia da luz. Em seguida, estudaremos as implicações do candelabro do Tabernáculo Santo na soteriologia do Testamento Novo.

4. A teologia da luz. A teologia da luz nada mais é do que a doutrina que ensina ser Deus o pai das luzes; alumiar é a sua função. Ele não se limita a espargir luz sobre as trevas espirituais; deleita-se também em esclarecer as simples e elementares dúvidas intelectuais. Se estamos emocionalmente obscurecidos, aclara-nos Ele os sentimentos; ilumina-nos os recônditos do coração e faz-nos a alma brilhar. Para simbolizar a luz por excelência — Jesus em Deus —, ordenou Moisés o fabrico da mais bela mobília do Tabernáculo, que, hoje, serve de símbolo ao Estado de Israel.

II. O CANDELABRO DE OURO

Didaticamente, o Senhor ordenou o fabrico do candelabro, a fim de conscientizar os filhos de Israel de sua missão profética, sacerdotal e real no mundo. Era plano de Deus que, por intermédio dos israelitas, todos os povos viessem a ser abençoados com a luz do Messias.

1. O fabrico do candelabro. Segundo a determinação divina, os artífices

fizeram um candelabro de ouro puro e batido (Êx 25.31). A mobília foi de tal forma trabalhada, que formava uma só peça com o seu pedestal, hastes, cálices, maçanetas e flores. Em seu feitio Bezaleel e Aoliabe precisaram de um talento de ouro; de 35 a 40 quilos (Êx 25.39).

Toda a peça era rigorosamente simétrica e harmônica (Êx 25.31-36). Doutra forma, a sua luz jamais viria a brilhar com a intensidade e a perfeição que Deus requer de cada um de seus filhos (Mt 5.16).

2. A luz do candelabro. O azeite para as lâmpadas foi trazido voluntária e generosamente pela congregação de Israel (Êx 25.6). Tendo em vista o significado do candelabro para o culto sagrado, o azeite teria de ser puro e batido; o moído era de qualidade inferior. Sem essas qualidades, o Tabernáculo do Senhor ficaria na penumbra ou até mesmo em trevas. Que simbologia extraímos daqui? Jesus demanda de cada um de nós uma luz de comprovada excelência (Mt 6.23). Nós somos a luz do mundo.

3. O seu lugar no tabernáculo. Para quem entrava no lugar santo, o candelabro de ouro encontrava-se no lado esquerdo ou na parte sul do Tabernáculo (Êx 26.35). Nessa posição, o candelabro, plenamente aceso, proporcionava uma visão única e emblemática da glória de Deus. Se por um lado, lembrava o próprio Cristo, por outro, fazia uma clara referência à Jerusalém Celeste (Ap 1.12,13; 21.18,21).

Mas para que esse brilho perdurasse, era imperioso que Arão e seus filhos cuidassem diariamente do candelabro (Êx 30.7,8). À luz do dia, limpavam-no, provendo-o de azeite. E, quando a noite chegava, ele já estava pronto a reluzir novamente. Assim devemos nós agir em relação ao mundo. Só viremos a reluzir se nos dermos à leitura da Bíblia Sagrada, à oração, ao jejum, à comunhão dos santos e ao serviço cristão.

Ora, se o candelabro já era uma perfeição em si, o que dizer do Senhor Jesus Cristo? Logicamente, a luz do antítipo era infinitamente mais intensa do

que a do tipo; proposição básica.

III. JESUS, A LUZ PERFEITA

O candelabro simbolizava Jesus, a sua Igreja e cada um de nós. Nesse móvel, há uma teologia, cuja profundidade não pode ser mensurada; é cristológica, eclesiológica e antropologicamente sublime. Ela mostra que, assim como Cristo é a luz do mundo, assim também deve a Igreja, coletivamente, e o homem de Deus, individualmente, resplandecer como astros num século tenebroso e caótico.

1. Jesus a luz do mundo. No Apocalipse, o Senhor Jesus anda livremente entre os candelabros (Ap 1.12,13). Na descrição do Evangelista, somente a luz do Cordeiro é capaz de levar os castiçais a refulgir. Ele é a luz do mundo por excelência (Jo 8.12). Portanto, só podemos brilhar se estivermos em perfeita comunhão com o Filho de Deus.

Como está o nosso testemunho cristão? Quando eu trabalhava na Imprensa Metodista, na cidade paulista de São Bernardo do Campo, todas as sextas-feiras nos reuníamos para cultuar o Senhor. Ali, naquela humilde capela, tínhamos oportunidade de aprender belíssimos hinos. Num destes cânticos, composto mui provavelmente no século XVIII, havia uma indagação que mexia profundamente comigo. No estribilho, indagava o poeta: “Pode o mundo ver Cristo em ti?”.

Que Jesus é a luz do mundo, todos os crentes o sabem. No entanto, o mundo só poderá vê-la se ela for refletida plenamente em nós. Que não falte o brilho celeste no meu pensar, agir e reagir. Resplandecendo-a em seu cotidiano, os antigos alcançaram bom testemunho.

2. A Igreja é a luz do mundo. Aos seus discípulos, o Senhor Jesus foi claro e decisivo: “Vós sois a luz do mundo” (Mt 5.14). Enquanto estava no mundo, Ele era de fato a luz do mundo (Jo 9.5). Mas após a sua ascensão ao Céu, a

missão de alumiar este século passou a ser nossa. E, agora, somos exortados a reluzir não somente como um candelabro, mas como verdadeiros astros (Fp 2.15). Quanto mais anunciarmos o Evangelho e ensinarmos a justiça divina, mais glorificaremos a Deus com a luz de nossa confissão e de nosso bom testemunho (Dn 12.3).

Se a Igreja já não brilha, o que fazer? É hora de emprestarmos as palavras de Habacuque, e humildemente rogar ao Pai; “Aviva, Senhor, a tua obra”. Se brilharmos apenas por nossas riquezas, seremos os mais pobres e miseráveis dos homens. Se reluzirmos somente em virtude de nossa ascensão social, jamais seremos conhecidos diante de Deus. E se viermos a resplandecer tão somente por causa de nossa força política, jamais subsistiremos neste século mau e maligno; quão fracos seremos. Voltemos a brilhar como fiéis testemunhas de Jesus Cristo.

3. O crente como luz do mundo. Individualmente, o Senhor Jesus exorta a cada crente a agir como luz do mundo (Lc 11.35). A luz da confissão de Estêvão brilhou de tal forma, que os seus algozes viram o seu rosto como se fosse a feição de um anjo (At 6.15). Apesar de apedrejado, o seu testemunho ainda hoje reluz, legando-nos um exemplo de pureza, fé e coragem. Ele foi um reluzente candelabro nas trevas espirituais daqueles dias.

A essa altura, a pergunta é inevitável, como manter o fulgor e o brilho de nossa luz? No tópico, a seguir, apresentaremos uma receita simples e bastanteomezinha; entretanto, infalível. Seguindo-a fielmente, jamais nos faltará azeite nas lamparinas.

IV. MANTENDO A LUZ BRILHANDO CONTINUAMENTE

Para que a nossa luz continue a brilhar, três coisas são imprescindíveis: a união com Cristo, a comunhão fraternal e o testemunho diário.

1. A união com Cristo. Para reluzirmos como luz do mundo, nossa união

com Cristo é imprescindível. O candelabro visto por Zacarias ardia de forma ininterrupta, pois estava ligado a um vaso de azeite, e este, por sua vez, achava-se conectado a duas oliveiras (Zc 4.1-3). Dessa forma, havia um fluxo contínuo de azeite àquele candelabro que, naquela hora tão difícil para o povo de Deus, brilhava continuamente.

Jesus é a oliveira, na qual fomos enxertados (Rm 11.17-24). Unidos a Ele, jamais nos faltará o precioso azeite, para vivermos uma vida plena e vitoriosa (1 Jo 2.20).

2. Nossa comunhão fraternal. O candelabro, embora se destacasse por seus ricos e variados detalhes, formava uma única peça (Êx 25.31). O mesmo podemos dizer da Igreja de Cristo. Embora formada por membros de várias procedências e origens, constitui um único corpo (1 Co 12.13). Agora, todos somos um em Cristo (Rm 12.5). E, por esse motivo, temos de preservar o vínculo do amor fraternal (Ef 4.3; Cl 3.14). Se nos amarmos como Cristo nos recomenda, seremos conhecidos como seus discípulos (Jo 13.34).

A Igreja, como o candelabro de Cristo, deve ser reconhecida por sua unidade, por seu amor e por sua comunhão no Espírito Santo (2 Co 13.13). Não há luz tão intensa como a unidade e a cooperação cristã.

3. Nosso testemunho diário. Nosso testemunho cotidiano não deixa de ser uma expressão profética; protesta contra o pecado. Lembremo-nos de que o candelabro era adornado por figuras de amendoeiras, nas quais brotava a luz gloriosa (Êx 25.33). Esta foi a árvore que marcou o chamamento do profeta Jeremias (Jr 1.11,12). Na tipologia profética, ela é a árvore despertador, por ser a primeira a florescer na primavera.

Quando o mundo vê o bom testemunho de um cristão, o nome do Pai Celeste é glorificado (Mt 5.16). Nosso testemunho diário está intimamente relacionado à luz. Se for realmente bom, nosso candelabro cumpre fielmente a sua missão. Eis por que devemos ser um padrão de boas obras (Tt 2.7).

CONCLUSÃO

Na visão inicial de Patmos, o Senhor Jesus é visto como a andar entre os sete castiçais de ouro; a sùmula da Igreja. Não nos é dado saber qual deles mais resplandecia ou qual dentre eles apagava-se. De qualquer forma, ali estava o Filho de Deus a conferir a luz deste, o brilho daquele e, mais adiante, o fulgor daquele outro. Se no quarto faltasse alguma resplandecência, Ele o saberia. Caso, no quinto, a chama estivesse a oscilar, assopraria Ele o seu Espírito Santo. Se, no sexto candelabro, já faltava o precioso azeite, o Cordeiro tudo supriria. Quanto ao sétimo, que continuasse a reluzir como o Crucificado luzira na hora extrema do Calvário.

Que o Senhor Jesus jamais se ausente de nossa vida. Sua luz, em cada um de nós, é um farol neste mundo tenebroso. Amém! Maranata. Ora vem, Senhor Jesus.

12 OS PÃES DA PROPOSIÇÃO

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar este capítulo, fui à internet para ver alguns quadros que tivessem como motivo o pão, o alimento por excelência. E, ali, entre gravuras de todos os tempos e lugares, reparei que o pão combina com todas as mesas e harmoniza-se com todas as iguarias. Quer numa cozinha ocidental, quer numa oriental, faz-se ele presente. Aqui, tem um formato cilíndrico; ali, uma forma cúbica; mais além, uma silhueta abaulada como os gostosos pães italianos.

Nas Sagradas Escrituras, o pão é apresentado não apenas como alimento, mas também como liturgia e comunhão. No Tabernáculo Santo, servia para honrar e enaltecer o Senhor. Já na Igreja Cristã, é utilizado como símbolo do corpo do Filho de Deus, que, no Calvário, deixou-se partir vicariamente por mim e por você, querido leitor.

Estudaremos, neste capítulo, os pães da proposição. Conhecidos ainda como os pães da apresentação, encerram eles, quando dispostos no Lugar Sagrado, uma teologia lindamente remidora; soteriologia eterna. Depois, veremos a sua tipologia em relação a Jesus Cristo, que, num pronunciamento carregado de significados redentores, declarou-se como o Pão que desceu do Céu.

I. UMA BREVE HISTÓRIA DO PÃO

Nas linhas a seguir, esboçaremos rapidamente a história do pão que,

conforme já dissemos, é o mais universal dos alimentos. Nos mais diversos formatos e nos mais variados sabores, é encontrado em todas as sociedades. Feito de trigo, de cevada ou de milho, o pão orna a mesa do rico e não deixa de embelezar a mesa do pobre. Começemos por estudar essa palavra tão abençoada.

1. A origem da palavra “pão”. A palavra “pão”, em português, origina-se do substantivo latino *panis* que, por seu turno, provém de um termo antiquíssimo: *pa*, que significa nutrição. Para os romanos, acostumados ao amanho do trigo, o pão é aquilo que nutre o homem. Acredito que, desse conceito, ninguém discorda. Hoje mesmo, antes de assentar-me a escrever, precisei alimentar-me com uma gostosa fatia de pão integral. A partir daí, ganhei forças e disposição para dar sequência a este trabalho. Senhor, ajude-me.

2. A origem do pão. A história tem o Egito como a primeira padaria do mundo. Ali, às margens do Nilo, onde a fertilidade já era proverbial há cinco mil anos, os trigais espalhavam-se do Alto ao Baixo Egito. E, muito cedo, o egípcio veio a descobrir que o grão do trigo, se esfarinhado, levedado e levado ao forno, transforma-se num alimento nutritivo e delicioso.

No Egito, havia mais de trinta variedades de pães. Ovais, cônicos ou triangulares, eram tidos como a iguaria predileta dos deuses. Conta-se que o Faraó Ramsés III (1194 – 1163 a.C.) teria ofertado aos ídolos mais de duzentos mil pães.

Os padeiros tornaram-se tão requisitados no Egito, que não demoraram a organizar suas guildas e aquilo que, modernamente, chamamos de sindicato. Eram orgulhos de seu ofício; exigentes ao extremo. Às vezes, insuportáveis. Não foi sem motivo que o Faraó, nos dias de José, filho de Jacó, mandou executar o seu padeiro-mor.

Antes de avançarmos, neste tópico, ressaltamos que há uma leve

controvérsia quanto à origem do pão. Para alguns historiadores, este alimento teria surgido não no vale do Nilo, mas no vale entre os rios Tigre e Eufrates. Mas, se perguntarmos a um chinês acerca da proveniência do pão, é bem provável que ele nos responda que este não proveio nem do Egito, nem da Mesopotâmia, mas apareceu no vale do rio Huang He. Não obstante as controvérsias acadêmicas, o certo é que o pão aí está, em nossas mesas, todos os dias. Obrigado, Senhor.

3. O pão em Israel. Antes mesmo de os israelitas descerem ao Egito, precedidos por José e liderados por Jacó, o pão já fazia parte da dieta hebreia. A primeira referência que aparece, na Bíblia, acerca do pão é feita pelo próprio Deus ao disciplinar Adão: “No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela foste formado; porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3.19, ARA). Até aquele momento, o homem não havia precisado amansar a terra para arrancar dela o seu sustento; vivia da coleta exuberante do Éden. No entanto, a partir do juízo divino, teria ele de trabalhar arduamente, a fim de prover o seu pão diário.

Teria Deus se referido indiretamente ao trigo ao mencionar o pão? Vejamos o significado dessa palavra no idioma original do Antigo Testamento. A palavra hebraica *lechem* significa, além de pão, alimento, refeição, comida, mantimento e, também, pão sagrado ou da proposição.

Quer direta, quer indiretamente, o Senhor alertava Adão de que, a partir de agora, teria ele de processar arduamente o seu sustento diário. E, nessa proposição, temos bem presente a palavra de Paulo aos irmãos de Tessalônica. Aos desocupados daquela congregação, afirmou energicamente o apóstolo: “Porque, quando ainda convosco, vos ordenamos isto: se alguém não quer trabalhar, também não coma” (2 Ts 3.10, ARA).

Sem trabalho não há pão; a agricultura é a base da riqueza das nações.

Acostumados a uma dieta rica e variada, os hebreus, já no final de sua estadia no Egito (cativeiro escancarado), tiveram de adaptar-se a um cardápio

pobre e ralo; subsistência amarga. Nas panelas que lhes dava Faraó, havia carne e peixe; pão não havia. É o que inferimos deste lamento proferido numa das apostasias de Israel no Sinai: “Lembramo-nos dos peixes que, no Egito, comíamos de graça; dos pepinos, dos melões, dos alhos silvestres, das cebolas e dos alhos” (Nm 11.5).

Por que o rei do Egito não lhes dava pão? Alimento destinado à comunhão social egípcia e à liturgia dos templos faraônicos, o pão jamais poderia, no imaginário egípcio, ser destinado a uma sociedade abominável e servil como a hebreia. Então, que o trigo do Nilo fosse trazido a Rá-Atum, a Hathor e a Osíris. Quanto aos filhos de Israel, que se contentassem com o refugio da mesa de seus amos.

De acordo com nossos padrões nutricionais, a dieta descrita no murmúrio hebreu parece rica. Mas, se numa mesa israelita faltasse o pão, nenhuma refeição estaria completa.

Libertos do cativeiro, os israelitas puderam retornar à sua dieta. Como não havia trigo para alimentar toda a multidão que atravessara o mar Vermelho, os levitas houveram por bem reservar o trigo, que ainda tinham e que de alguma maneira produziam, ao uso litúrgico. Para que o povo não viesse a desnutrir-se, proveu-lhes o Senhor o maná; pão dos anjos comungado aos homens.

4. O pão na Grécia. O trigo começou a ser processado como pão, na Grécia, quando as várias famílias helenas, chegadas do Leste, por volta do século XII a.C, instalaram-se naquelas paragens, que, ainda hoje, são acariciadas pelos ventos elísios. Para aquela gente de terra pobre e mente rica, os cereais eram considerados um dom dos deuses. Ou, mais propriamente, de uma deusa que, embora gentil e prestativa, era malcomportada e vingativa. Filha de Cronos e de Reia, Deméter saiu pelo mundo, na companhia de Dionísio, a ensinar os homens a plantar e a colher. Por isso, reverenciavam-na como a divindade responsável pela agricultura. Em Roma, ela receberia

outro nome: Ceres; daí a palavra cereal. Por que os egípcios, gregos e romanos atribuíam o seu sustento a deuses nulos e inúteis, e não ao Todo-Poderoso? Que eles não ignoravam a existência de Deus, todos o sabemos. Pelo menos os gregos, conforme a narrativa lucana, haviam consagrado um altar ao Deus Desconhecido. Mas, tendo eles os moradores de Heliópolis (morada dos deuses egípcios) e do monte Olimpo (albergue das divindades gregas) como mais acessíveis, pois eram estes tão dissolutos e imorais quanto aqueles, ignoravam os benefícios que, diariamente, recebiam do Senhor.

Em seu discurso em Listra, o apóstolo Paulo, depois de ser confundido com o deus Mercúrio, deixou bem patente aos moradores daquela antiga cidade da Licaônia, que a subsistência de todos os seres humanos depende unicamente do Deus Único e Verdadeiro, e não dos ídolos que, a bem da verdade, não passam de coisas bizarras e grotescas:

Senhores, por que fazeis isto? Nós também somos homens como vós, sujeitos aos mesmos sentimentos, e vos anunciamos o evangelho para que destas coisas vãs vos convertais ao Deus vivo, que fez o céu, a terra, o mar e tudo o que há neles; o qual, nas gerações passadas, permitiu que todos os povos andassem nos seus próprios caminhos; contudo, não se deixou ficar sem testemunho de si mesmo, fazendo o bem, dando-vos do céu chuvas e estações frutíferas, enchendo o vosso coração de fartura e de alegria. (At 14.15,16, ARA)

Dizendo isto, relata ainda Lucas, “foi ainda com dificuldade que impediram as multidões de lhes oferecerem sacrifícios”. Que provação para Barnabé e Paulo. Como tinham suficiente maturidade, não se deixaram enredar pelo marketing do Diabo. Em seu discurso, o apóstolo elaborou, rápida e profundamente, o que podemos chamar de teologia do pão.

II. A TEOLOGIA DO PÃO: A DOUTRINA QUE NUTRE

Talvez, você, querido leitor, esteja dizendo que o autor destas linhas vê teologia em todas as coisas. Você não está errado. Na verdade, vejo não apenas teologia em tudo, mas em tudo vejo o próprio Deus. Por esse motivo, teologizo sempre. Nesse verbo intransitivo e, às vezes, tão mal conjugado, diviso a solução para todos os problemas humanos. Não agiam assim os profetas e apóstolos? Então, que reflitamos sobre a teologia do pão.

1. Terceiro dia; a semente do pão. No livro de Gênesis, observo que o reino vegetal teve início no terceiro dia da criação. Narra o autor sagrado:

Disse também Deus: Ajuntem-se as águas debaixo dos céus num só lugar, e apareça a porção seca. E assim se fez. À porção seca chamou Deus Terra e ao ajuntamento das águas, Mares. E viu Deus que isso era bom. E disse: Produza a terra relva, ervas que dêem semente e árvores frutíferas que dêem fruto segundo a sua espécie, cuja semente esteja nele, sobre a terra. E assim se fez. A terra, pois, produziu relva, ervas que davam semente segundo a sua espécie e árvores que davam fruto, cuja semente estava nele, conforme a sua espécie. E viu Deus que isso era bom. Houve tarde e manhã, o terceiro dia. (Gn 1.9-13, ARA)

Lavrador de excelência, o Senhor da vinha preparou o terreno, amanhou a terra e, só então, lançou a sementeira, abundante e pródiga, sobre a terra. Entre as plantas que não demorariam a brotar, estava o trigo. Daquela sementinha, agora inumada, brotaria uma planta que os homens cientificamente alcunharam, alguns milênios depois, de *Triticum Aestivum*.

Acredito que, dentre todos os cereais, o trigo é o mais belo de todos. Como descrever seu caule ereto, suas folhas planas, suas espigas densas e suas cariopses intumescidas e gentilmente tenras? Ante um trigal, tem-se a impressão de estar à beira de um campo polvilhado de ouro.

Dessa beleza toda, porém, sai o grão que, triturado e moído, alimentará milhões de pessoas todos os dias. Se Deus fez o trigo, como não o agradecer pela subsistência?

2. Ações de graças pelo pão. Na Oração Dominical, o Senhor Jesus colocou uma petição nos lábios de seus discípulos, que jamais deveria abandonar-nos a boca. Em menos de dez palavras, aprendemos a garantir a nossa subsistência até que, da terra dos viventes, sejamos tirados: “O pão nosso de cada dia dá-nos hoje” (Mt 6.11). Aqui, nessa oração tão singela e despretensiosa, despojada de ativismos sociais e reivindicações políticas, acha-se o equilíbrio e o segredo à paz mundial.

Se os governantes todos, ao invés de terçarem armas, dirigissem clamores e rogos a Deus, implorando-lhe pelo sustento de seus povos, não haveria necessidade de conflitos ou guerras. Todos os confrontos haveriam de ser substituídos por orações, preces e lágrimas. Quanto aos apetrechos bélicos, seriam transformados em implementos agrícolas, conforme profetiza Isaías ao antever o reinado de Jesus Cristo, no Milênio: “Ele julgará entre os povos e corrigirá muitas nações; estas converterão as suas espadas em relhas de arados e suas lanças, em podadeiras; uma nação não levantará a espada contra outra nação, nem aprenderão mais a guerra” (Is 2.4, ARA).

Mas, para que isso ocorra, é urgente que todos nos voltemos aos exemplos de petição e gratidão deixados pelo Filho de Deus, durante a sua missão na Terra de Israel. Se no início de seu ministério, Ele ensinou os discípulos a implorar ao Pai pela manutenção diária, no encerramento de seu ofício terreno, levou-os a aprender a beleza do agradecimento.

Na celebração da última Páscoa, e já na comemoração da primeira Santa Ceia, deixou-nos o maior exemplo de gratidão, conforme registra Paulo. Embora não haja presenciado a instituição da segunda ordenança, o apóstolo considerou as palavras do Filho de Deus mais do que um sacramento; era uma rememoração profética, cujo cumprimento ansiosamente aguardamos:

“Porque eu recebi do Senhor o que também vos entreguei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim” (1 Co 11.23,24, ARA).

Do que já estudamos, concluímos: na teologia do pão, há três grandes proposições: petição, ações de graças e liturgia. Quem diariamente nos sustenta é Deus; a Ele, nossas petições. Se Ele é o nosso sustento, apresentemos-lhe, em cada cotidiano, reconhecimentos e gratidões. Então, o que já vislumbramos? Uma liturgia em torno do pão nosso de cada dia.

3. A liturgia do pão. A primeira ação litúrgica envolvendo o pão deu-se no encontro de Abraão com Melquisedeque. Em Salém, como já vimos, o rei da então Cidade Santa trouxe ao patriarca hebreu pão e vinho. E, ali, num momento em que convergiam o Antigo e o Novo Testamento, ambos celebraram, perspectivamente, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo (Gn 14.18-20).

Abraão participaria ainda de outra refeição profética e memorial. Agora, com o próprio Deus. Ao ver o Senhor, teofanicamente manifestado, o patriarca dispôs-se de imediato a preparar-lhe uma refeição que, generosa e farta, aprofundaria a comunhão entre ambos. Disse-lhe Abraão, agradecendo-o já por todas as promissões: “Senhor meu, se acho mercê em tua presença, rogo-te que não passes do teu servo; traga-se um pouco de água, lavai os pés e repousai debaixo desta árvore; trarei um bocado de pão; refazei as vossas forças, visto que chegastes até vosso servo; depois, seguireis avante” (Gn 18.3-5, ARA).

Dessa forma, o patriarca consagrou ao Senhor, naquele dia já tão memorável, e sob os carvalhais de Manre, o primeiro pão da apresentação. As árvores, servindo-lhe de Tabernáculo, e a terra na qual pisava, erigindo-se-lhe como mesa, tinha Abraão um santuário perfeito para adorar a Deus. Aquele pão, assado ao borralho, fez-se presença e santa proposição naquele instante;

prelúdio da adoração levítica.

III. OS PÃES DA APRESENTAÇÃO

Para que os pães da proposição fossem introduzidos no Tabernáculo, Deus ordenou o fabrico de uma mesa especial. Quanto aos pães, deveriam estes ser preparados de acordo com uma receita bastante específica.

1. A mesa dos pães. A mesa que receberia os pães da proposição, feita de madeira de acácia, tinha essas medidas: dois côvados de comprimento (90 centímetros), um côvado de largura (45 centímetros) e sua altura, um côvado e meio (70 centímetros) (Êx 25.23-30). A mesa, toda revestida de ouro fino, recebeu adornos da altura de quatro dedos, mui apropriados para conter os pães sagrados. Suas argolas serviam para transportá-la. A madeira de acácia, por ser medicinal, evitava fungos e parasitas que poderiam contaminar os pães sagrados.

2. Os pães da proposição. Os pães da proposição eram preparados todos os sábados pelos coadjuvantes (1 Cr 9:32). Em sua composição, usava-se a flor da farinha de trigo (Lv 24.5). Ou seja, a parte mais fina e nobre desse produto. Depois de cozido, eram postos em duas fileiras sobre a mesa, sendo entremeados por incenso (Lv 24.6,7). Doze pães, um para cada tribo de Israel.

Eis como os pães eram dispostos. O culto divino, embora repulse o formalismo, não dispensa a ordem nem a decência. Todas as coisas, tanto ontem quanto hoje, devem ser feitas para glorificar o nome de Deus. Às vezes, na tentativa de fugir ao cerimonialismo, caímos numa informalidade bizarra e afrontosa que, a seu próprio modo, não deixa de ser um cerimonialismo.

Aprendamos com os levitas como proceder no culto divino. Fugindo aos extremos, adoremos a Deus em espírito e em verdade. Até na mesa dos pães sagrados, observa-se a reverência devida ao Pai Celeste.

3. A simbologia dos pães. Os pães da proposição simbolizavam a presença sempre providencial de Deus no meio de seu povo (Jr 32.38). Desta forma, os israelitas deveriam saber que o homem não vive só de pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus (Mt 4.4). Quanto ao pão estar acompanhado de incenso, significa isso que a presença do Senhor sempre vem acompanhada pelas orações dos santos (Ap 5.8; 8.3,4).

Os pães da proposição ou da presença, representam ainda a Palavra de Deus, que, por intermédio do Evangelho, alimenta o mundo faminto (Jo 1.1).

IV. A PALAVRA DE DEUS É O PÃO DA VIDA

Para o povo de Israel, o pão é mais do que um alimento; é uma experiência cerimonial e tipológica (Gn 14. 18-20). Quer no Tabernáculo quer fora do Tabernáculo, o pão sempre simbolizou a presença de Deus entre o seu povo.

1. A Palavra de Deus é vida. Durante a peregrinação de Israel no Sinai, os israelitas conscientizaram-se de que nem só de pão vive o homem, mas da Palavra de Deus (Dt 8.3). Durante 40 anos, Deus os sustentou com o maná, o pão que descia dos céus a cada manhã (Êx 16.31-35). A presença divina era perceptível tanto no Tabernáculo quanto no arraial. Todos sabiam que, apesar das asperezas do deserto, o Senhor jamais os abandonaria naquela árdua caminhada.

Sem a intervenção divina no cotidiano hebreu, eles jamais teriam sobrevivido às inclemências do Sinai. Os oásis, quando encontrados, não eram suficientes para saciar a sede de uma população ambulante de aproximadamente dois milhões de pessoas. Ali, longe do Egito e ainda distante de Canaã tinham de confiar, exclusivamente, na providência divina. Relata-nos a Bíblia que, apesar de uma jornada de 40 anos, foram sobrenaturalmente preservados. Os óbitos deixamo-los por conta das apostasias e desvios de uma geração que, apesar de arrancada do Egito, com mão poderosa, não pôde ou não quis, arrancar o Egito de seu coração.

2. A Palavra de Deus é o nosso sustento diário. Além do pão, Deus proporcionava cotidianamente ao seu povo água, direção, proteção e iluminação (Êx 13,21; 15.22-27, 17.1-16). Diariamente, os israelitas eram sustentados, orientados e protegidos pelo Senhor. À semelhança de Davi, eles podiam declarar que o Senhor era o seu pastor; nada lhes faltava (Sl 23.1).

Já antes mesmo de haver completado 60 anos, deixava-me tomar por uma preocupação: “Como será o meu futuro?”. Nessas horas, porém, lembrava-me da confiança do salmista nos cuidados do Senhor. Já tomado pelas cãs, confessou que, apesar de velho, jamais viu um justo a passar necessidade, nem a sua descendência a mendigar o pão. Nessa confiança, descanso, hoje, como se tudo já estivesse resolvido; de fato, já o está. Glória a Deus.

3. A Palavra de Deus é o nosso sustento específico. Na mesa do Tabernáculo, havia, como já vimos, doze pães distribuídos em duas fileiras, sendo um pão para tribo de Israel (Lv 24.5). Entre as fileiras de pães, o incenso (Lv 24.7). O que isso significa? Antes de tudo, que Deus alimenta o seu povo tanto coletiva, quanto individualmente. Ele conhece perfeitamente nossas necessidades (Sl 103.14; Mt 6.8). O que podemos inferir dessa lição? Deus tem uma comida personalizada para mim, para você e para cada santo em particular.

O Pai Celeste é mais do que um chefe de cozinha; é um nutricionista zeloso e consciente de nossas carências, necessidades e precisões. Por isso, administra-nos o alimento certo na hora certa. Se estamos fracos, eis-nos uma comida leve. Mas, se já fortalecidos, serve-nos uma refeição sólida como o pão que o anjo dispôs a Elias. Com a força daquela comida, o profeta caminhou quarenta dias e quarenta noites (1 Rs 19.8). Chegando a Horebe, seu ânimo ainda se renovava.

V. JESUS CRISTO, O PÃO QUE DESCEU DO CÉU

Os pães da proposição são o mais perfeito símbolo do Senhor Jesus Cristo, pois a sua missão, neste mundo, foi (e sempre será) alimentar-nos com a Palavra de Deus (Jo 1.1).

1. Jesus, o pão da vida. O Senhor Jesus, por meio de sua palavra, revela-se como a água e o pão da vida (Jo 4.13,14; 8.32; Ap 7.17). Certa vez, Ele foi tão claro acerca de sua missão redentora, que levou alguns de seus discípulos mais chegados a escandalizarem-se com o seu discurso (Jo 6.48-60).

O Senhor Jesus, como o pão vivo, não se limitou a ficar no santuário, mas, encarnando-se, trouxe a presença do Pai Celeste a toda a humanidade (Mt 1.23; Hb 1.3).

2. Jesus, o pão de nossa comunhão com o Pai. Jesus, como o pão vivo que desceu do céu, não precisa ser trocado todos os sábados, como os pães da proposição (Lv 24.8). Nosso Salvador, além de ser um sumo sacerdote infinitamente superior a Arão, é o pão divino; e, do próprio sábado, é Senhor (Mt 12.8; Jo 6.41; Hb 7.17-25). Aliás, Jesus Cristo é o próprio Tabernáculo de Deus. Ao encarnar-se, tornou-se semelhante a nós (Jo 1.14; Hb 9.11,12). E, com a sua morte e ressurreição, fez-nos acessível o trono da graça, no qual, hoje, entramos ousadamente (Hb 4.16).

3. Dai-lhes vós de comer. Hoje, ao proclamarmos o Evangelho, outra coisa não fazemos senão alimentar os famintos com a Palavra de Deus (Mt 28.18-20; Lc 9.13). Portanto, evangelizemos e façamos missões enquanto há tempo. A fome espiritual nunca foi tão acentuada como nos dias de hoje (Am 8.11,12).

A um mundo faminto e desesperançado, ofereçamos o que, de fato, pode sustentá-lo: a Palavra de Deus. Soa-nos aos ouvidos, a ordem urgente e irresistível do Mestre: “Dai-lhes vós de comer”. Se temos o Evangelho, por que retardar a evangelização de nosso bairro? Se começarmos a falar de Jesus

à nossa vizinha, em breve o nosso país experimentará um grande avivamento. Não nos esqueçamos da Obra Missionária. Regiões, como o Leste da Europa e o Oriente Médio, clamam por nossa intervenção.

CONCLUSÃO

No Antigo Testamento, apenas o sumo sacerdote e seus filhos tinham direito de comer dos pães da proposição. A única exceção foi Davi e seus homens (Mc 2.26). Por intermédio de Cristo, entretanto, temos acesso não somente aos pães da proposição como também ao lugar mais santo do Tabernáculo. E, todas as vezes que nos reunimos para celebrar a Ceia do Senhor, lembramo-nos de que Jesus é a presença eterna do Pai entre nós; o pão de nossa comunhão santa (1 Co 11.23,24).

Jesus é o pão da vida. Na simbologia de sua paixão e morte, Ele, qual grão de trigo, foi triturado e moído em consequência de nossos pecados. Aliás, a etimologia da palavra “trigo” significa exatamente isto: aquilo que se tritura. Mas, ressurreto e glorificado, nosso Amado Senhor está a alimentar-nos com a sua presença. Você já orou hoje? Já leu a Bíblia Sagrada? Então, não morra de fome. Faça uma pausa: ore, mesmo em espírito. No instante seguinte, vá aos profetas e apóstolos; medite neles.

13 AS ORAÇÕES DOS SANTOS NO ALTAR DE OURO

INTRODUÇÃO

No Apocalipse, a oração dos santos aparece como o mais precioso dos incensos. Subindo aos Céus, recende o clamor dos santos; descendo à Terra, exala julgamentos e punições. Dessa imagem, concluímos que o poder da oração, quando feita de acordo com a vontade de Deus, é ilimitado; vai além da eternidade.

Sendo a Igreja de Cristo a comunidade de clamor e intercessão por excelência, não pode ela, sob hipótese alguma, esquecer-se de sua obrigação básica: clamar e interceder; preciosíssimo incenso. De nossos rogos, dependem a sociedade e a nação. Ainda que estas se achem indiferentes às coisas divinas, imploremos a Deus que intervenha nos assuntos e negócios humanos. Se o fizermos, Ele intervirá como tem intervindo seja na biografia do homem mais humilde, seja na história do reino mais exaltado e poderoso.

Sem um retorno imediato à Palavra de Deus e à oração, jamais experimentaremos o avivamento de que tanto precisamos. Se lermos a Bíblia piedosamente e se nos curvamos em orações e súplicas, o Espírito Santo jamais deixará de mover-se poderosamente entre nós. Acheguemo-nos ao trono da graça; ofereçamos ao Pai, por meio do Consolador, o incenso de nossos rogos, petições e clamores.

Neste capítulo, mostraremos que, na História Sagrada, oração e incenso são inseparáveis. Oremos sem cessar. E o mundo sentirá, em nós, o bom cheiro de Cristo. Na presença do Senhor, assemelhamo-nos ao turíbulo de Arão; incensamos os Céus e a Terra.

I. A TEOLOGIA DA ORAÇÃO

Existe, sim, uma teologia da oração. Ela permeia toda a Bíblia; vai do Gênesis ao Apocalipse. Encontra-se na boca dos profetas, nos lábios dos apóstolos e na alma do próprio Cristo. Neste tópico, apesar da exiguidade do espaço de que dispomos, faremos um pequeno esboço dessa teologia, que, embora desconhecida, é preciosa; imprescindível.

1. A oração, a voz da alma. A palavra “oração”, proveniente do vocábulo latino *orationem*, comporta ricos enunciados à nossa vida espiritual.

Num primeiro momento, pode ser compreendida como a súplica que o peregrino, assediado por ânsias e almejos, endereça ao Pai Celeste. Nesse sentido, a oração é rogo, pedido e prece. Num segundo momento, a oração pode ser vista como a petição que esse mesmo peregrino, agora já não preocupado consigo, faz em favor do companheiro que desmaia na jornada à Jerusalém Celestial; intercessão amorosa.

Recorramos ao idioma do Antigo Testamento, para vermos como a palavra “oração” foi usada pelo cantor-mor de Israel. No quarto salmo do saltério hebreu, Davi roga ao Senhor num momento de grande e inesperada angústia: “Responde-me quando clamo, ó Deus da minha justiça; na angústia, me tens aliviado; tem misericórdia de mim e ouve a minha oração” (Sl 4.1, ARA).

O termo utilizado pelo autor sagrado, em sua prece, é o que melhor descreve a atitude do homem que, exilado no mundo, busca a face de Deus. O vocábulo hebraico *tēphillah* significa oração, súplica, intercessão e hino. Este *último significado* encerra muita beleza. Até este momento, humildemente confesso, eu ainda não tinha olhado a oração como um hino que, na angústia, entoamos a Deus. Bem cantou o poeta sacro: “Os mais belos hinos e poesias foram escritos em tribulação, e do céu, as mais lindas melodias, se ouviram na escuridão”.

Sim, querido leitor, a oração é poesia e hino.

Já imaginou se nos fosse possível registrar todas as orações que chegam ao Pai Celeste num só dia? Quantas obras-primas, partidas do mais fundo da

alma, não teríamos. Aqui, uma prece em português; cântico mais alto que o de Camões. Ali, uma oração em italiano; poesia mais sublime que a de Dante. Mais além, uma petição em língua alemã; verso mais belo que o de Goethe. Na Rússia, uma intercessão que supera a maravilhosa prosa de Tolstói. Já na China, apesar de todos os empecilhos do regime comunista, ouviríamos confissões que superam a sinceridade de Confúcio e a força de Lao-Tsé.

Entremos a examinar, agora, a língua na qual foi escrito o Novo Testamento. No capítulo cinco de Apocalipse, assistimos à instalação da corte celestial, reunida solenemente para a abertura do livro que, seguro na destra de Deus, encontrava-se sob o poder de sete selos. Quando Jesus, ali identificado como o Leão de Judá, tomou o livro das mãos do Todo-Poderoso, algo ocorreu entre os moradores do Céu, conforme a narrativa de João, o Teólogo:

Veio, pois, e tomou o livro da mão direita daquele que estava sentado no trono; e, quando tomou o livro, os quatro seres viventes e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro, tendo cada um deles uma harpa e taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos. (Ap 5.7,8, ARA)

Analisemos a palavra grega, usada nessa passagem, para o substantivo “oração”. Nesse caso, como em outros do Novo Testamento, o autor sagrado utiliza o termo *proseuchē*; em sua essência, em nada difere do *tēphillah* hebreu. Além de seu primordial significado, lembra o próprio lugar da oração. Em português, possuímos também um vocábulo para designar o local consagrado aos rogos e petições: o oratório. Entre nós, evangélicos, o termo é quase desconhecido. Mas, na igreja católica, é bastante comum; descreve as capelinhas e nichos destinados às rezas e veneração de imagens.

No deslinde do vocábulo *proseuchē*, deveríamos ver, além da preocupação linguística, o chamamento ao lugar das preces e das intercessões, conforme

exorta-nos o Senhor Jesus: “Tu, porém, quando orares, entra no teu quarto e, fechada a porta, orarás a teu Pai, que está em secreto; e teu Pai, que vê em secreto, te recompensará” (Mt 6.8, ARA).

Que em cada domicílio evangélico, haja uma capela de oração; nosso quarto. Nesse aposento tão reservado e querido, no qual descansamos e reavemos as forças, depositemo-nos diariamente aos cuidados divinos. Antes de dormirmos e depois de acordamos, conversemos com o Pai; confessemos-lhe as faltas e as transgressões; narremos-lhe o nosso cotidiano; abramos-lhe a alma. Daí, sairemos renovados para mais uma jornada, *não de lutas e entreveros, mas de vitórias e triunfos*.

2. A teologia da oração. Nos parágrafos anteriores, pusemos-nos a descrever a oração, e não propriamente a defini-la. Como a teologia não pode nem deve prescindir de conceitos e exposições, *buscaremos*, agora, definir a oração. A partir desta definição, ser-nos-á possível ver a oração não mais como um dever enfadonho, mas como o maior deleite da alma.

A oração é o diálogo que o crente, capacitado pelos méritos de Jesus Cristo e por meio da ação intercessora do Espírito Santo, mantém com o Único e Verdadeiro Deus. Conquanto pareça monólogo, a oração é de fato um diálogo; comprovado e doce diálogo. Num salmo, por exemplo, temos a impressão de que a fala é apenas de Davi; a voz, a dicção e o estilo são indiscutivelmente dele. Todavia, nas entrelinhas do cântico, vemos o Senhor a responder-lhe por intermédio dessa mesma voz, dessa mesma dicção e desse mesmo estilo.

Trata-se, pois, de um monólogo dialogável. Outro exemplo do diálogo orante temo-lo na oração sacerdotal de Nosso Senhor. Na agonia da hora que se aproximava, Jesus desfaz-se em rogos e intercessões; somente Ele fala. Mas, se é diálogo, onde está a voz de Deus? O Senhor, sendo a própria sabedoria, nem sempre se apressa a responder-nos. Às vezes, sua resposta é imediata; o momento requer *urgência*. Outras vezes, só vem a responder-nos após

algumas gerações. O que lhe pedimos, hoje, será respondido, amanhã, aos nossos filhos e tataranetos.

Que a oração tem de ser espontânea, ninguém o nega. No entanto, ela requer racionalidade, método, palavras adequadas, constância, fé e piedade. Não há de ser um discurso aleatório, palavroso e vazio. Se é dirigida a Deus, demanda zelo e temor em sua composição. Eis porque, nas Sagradas Escrituras, o orar é visto como o antítipo mais perfeito do incenso. No fabrico deste, *não* basta jogar num frasco, ao acaso, as mais caras essências e substâncias. É necessário selecioná-las e dosá-las para que, dessa mesclagem, saia um aroma agradável não um cheiro sufocante. Sendo assim, como deve ser a nossa oração? Atentemos a algumas de suas partes.

Antes de tudo, dirijamo-nos a Deus, exaltando-o como o Criador e Senhor de todas as coisas. Reconhecendo-o de forma mais teológica que litúrgica, descansemos; nossas petições serão respondidas de acordo com a sua vontade. *Não oravam assim Davi e Paulo?*

Em segundo lugar, agradeçamos-lhe já por todos os bens recebidos. Antes da petição, a gratidão piedosa. No simples ato de agradecer, *já selamos* os rogos. No Salmo 103, o cantor sagrado eleva-se, aos Céus, em ações de graças por todos os benefícios de Jeová.

Na estação seguinte, confessemos ao Pai Celeste os pecados, faltas e transgressões. Não os citemos por atacado; varejemo-los; que nenhum seja omitido. Até mesmo as iniquidades mais feias e vergonhosas devem mencionadas pelo nome; se não houver um nome, que o seja pelo apelido.

Se você pensa que já é chegado o momento das petições, engana-se. Contenha as ansiedades. Esqueça-se de suas necessidades e carências; elas, pela fé, já não existem. Concentre-se nas carências e necessidades dos outros; altruísmo santo e bíblico. Ore pelo que o ofendeu; abençoe-o. Rogue por seu inimigo; ofereça-lhe amizade; não se limite a um armistício. Interceda por aqueles que o ignoram; faça-os conhecidos diante de Deus. Não deixe de lembrar-se dos enfermos, atribulados e angustiados. E, para que ninguém seja

excluído de suas intercessões, faça uma lista; escreva cada nome e leia-os diante de Deus.

Agora, sim, faça as suas petições. Liste-as. Seja específico; descreva-as. Mas, via de regra, quando intercedemos pelos outros, o Senhor Jesus supre, em glória, todas as nossas precisões. Não foi o que ocorreu a Jó quando orava por seus molestos amigos? Naquele momento, seu cativeiro foi prontamente removido.

No encerramento de sua oração, dê continuidade à sua vida orante. Seus joelhos já não se acham dobrados. Mesmo assim, mantenha-se prostrado diante do Pai. Saia de seu quarto, mas prossiga a entrar, a cada instante, na presença de Deus.

3. O orador e o orante. Na parábola de Jesus sobre o fariseu e o publicano, que foram ao Santo Templo, em Jerusalém, para orar, distinguimos no primeiro, o orador; e, no segundo, o orante. Nessa singela, mas belíssima narrativa, somos constrangidos a reconhecer que, nalguns momentos, cruzamos os limites entre a oração e a oratória.

Leiamos a parábola de Jesus:

Dois homens foram ao templo para orar: um era fariseu e o outro era publicano. O fariseu ficou em pé e orava de si para si mesmo, desta forma: Dois homens subiram ao templo com o propósito de orar: um, fariseu, e o outro, publicano. O fariseu, posto em pé, orava de si para si mesmo, desta forma: Ó Deus, graças te dou porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros, nem ainda como este publicano; jejuo duas vezes por semana e dou o dízimo de tudo quanto ganho. O publicano, estando em pé, longe, não ousava nem ainda levantar os olhos ao céu, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, sê propício a mim, pecador! Digo-vos que este desceu justificado para sua casa, e não aquele; porque todo o que se exalta será humilhado;

mas o que se humilha será exaltado. (Lc 18.10-14, ARA)

Foquemos inicialmente a figura orgulhosa, ativa e arrogante do fariseu. Não obstante estar na Casa de Deus, não se humilha; exalta-se como objeto do próprio culto. É difícil ver, em suas palavras, um judeu religioso; em sua arenga, vê-se um orador grego, que, dispensando uma introdução, faz logo a conclusão; justifica-se a si mesmo enumerando aparentes boas obras. Na verdade, ele não ora; faz oratória. Supõe que, de sua tribunazinha, é capaz de convencer até Deus.

Já o publicano, não tendo argumentos e não possuindo introdução alguma, limita-se a pronunciar uma oração de apenas sete minguadas palavras: “*Ó Deus, sê propício a mim, pecador!*”. Garante o Senhor que este, e não aquele, retirou-se da presença de Deus justificado.

Se o primeiro é orador, o segundo é orante. Aquele brilha na oratória; este rebrilha na confissão.

Tal não é a nossa postura nas orações públicas? Nos grandes encontros, nem sempre temos oportunidade de exhibir a nossa oratória. Mas, às vezes, chamam-nos a orar. Então, que na oração nos ostentemos como oradores. E, assim, rebuscando palavras e joeirando termos, oramos não a Deus, mas aos que, ali, nos ouvem. Não raro, aproveitamos a oportunidade para deixar um recado político, para firmar um posicionamento convencional e para amedrontar algum desafeto.

Mas se somos, de fato, orantes, não precisamos de oração, nem de oratória para chegar à presença de Deus. Bastam as nove palavras do publicano, para que alcancemos o favor divino. Nossa prece, então, qual incenso precioso, chegará sem demora ao trono divino; manifestação da graça.

II. A SIMBOLOGIA DO INCENSO

Explicaremos, aqui, por que o incenso é tomado, na Bíblia Sagrada, como o símbolo máximo da oração. Veremos que, nas oferendas a Deus prescritas no

Levítico, há uma belíssima teologia ascendente. Do holocausto, o primeiro dos sacrifícios, ao incenso do altar de ouro, a oferta derradeira e mais bela do Tabernáculo Santo, tudo quanto é apresentado ao Senhor sobe, porque Ele se acha assentado no alto e sublime trono. Mas encontra-se, também, na humildade e contrição do adorador fiel e sincero.

1. Homem, o ser que olha para cima. A palavra “homem”, em grego, possui uma etimologia rica e significativa: aquele que olha para cima. Pelo menos é o que ensinam alguns filólogos. O termo *anthropos*, em si, já é um compêndio teológico. Tendo em vista essa predisposição da alma humana, o crente hebreu, em seu culto ao Senhor, buscava sempre uma oferta, seja animal seja vegetal, que, no altar sagrado, evolasse ao céu.

Tal descrição quadra-se muito bem ao holocausto e ao incenso; quando queimados, sobem; chegam às narinas divinas como aroma suave. Acredito que, de ambos, o incenso, como adiante veremos, é o mais representativo. Em primeiro lugar, porque só pode ser apresentado pelo adorador que já adorou no altar do holocausto; já redimido, tem condições agora de aproximar-se do altar de ouro.

2. Incenso, oração e prece. A palavra latina “incenso” provém do vocábulo latino *incensum*, que, por sua vez, origina-se do verbo *incendere*, queimar. Ela descreve as substâncias queimadas em sacrifício.

Quimicamente, o incenso é o resultado de um composto de materiais aromáticos. Ao fogo, esses bióticos liberam fumaça perfumada. Os elementos do incenso são assim designados, porquanto são extraídos de seres vivos: as plantas.

A composição do incenso levítico, embora siga um processo comum, era destinada a um uso incomum: adorar a Deus. Ninguém, a não ser os ministros do altar, podiam usá-la; era algo sacratíssimo.

3. O uso religioso do incenso. Acredita-se que o incenso começou a ser usado, para fins religiosos, no Egito dos Faraós. Importando preciosas resinas da Arábia, os sacerdotes de Heliópolis preparavam variados e finos incensos, para venerar os deuses e deusas que, prepotentes e vaidosos, requeriam adorações cada vez mais sofisticadas; tolas pretensões. O incenso era utilizado também nos templos gregos e romanos. Até na imemorial China tal prática era observada.

As igrejas católica e ortodoxa, cada uma com o seu próprio ritual, utiliza largamente o incenso em suas liturgias. Elas justificam tal prática, citando, fora de seu devido contexto, algumas passagens isoladas do Antigo Testamento. Hoje, porém, já não precisamos do incenso em nossa liturgia; o cerimonialismo da aliança passada cumpriu-se cabalmente na nova. Por que judaizar a Igreja de Cristo?

4. A imagem do incenso. A imagem do incenso, como evolvendo devoções e serviços a Deus, provém de algumas passagens do Antigo Testamento. Veja esta oração do salmista: “Apresente-se a minha oração *como incenso diante de ti...*” (Sl 141.2). Noutras palavras, almejava ele que as suas preces, qual precioso incenso, subissem à presença do Senhor. E, juntamente com suas orações, sua alma ascenderia ao trono da graça.

No Antigo Testamento, a oferenda mais excelente que se podia oferecer ao Senhor, depois do holocausto, era o incenso. Ali, no limiar do lugar Santíssimo, o sacerdote entrava para, com temor e tremor, adorar ao Senhor com um incenso preparado exclusivamente àquela ocasião.

Hoje, o sacrifício mais sublime que podemos oferecer ao Senhor são as orações, súplicas e ações de graças. Por esse motivo, o Senhor Jesus recomenda-nos a entrar em nosso quarto, fechar a porta, e, no segredo de nossos aposentos, oferecer-lhe orações, lágrimas e louvores.

III. A OFERTA DE INCENSO

Para se oferecer o incenso ao Senhor, três coisas eram necessárias: o lugar, o altar e a cerimônia. Apenas o sumo sacerdote estava autorizado a conduzir esse ato de adoração.

1. O Lugar Santo. No Lugar Santo, ficavam três mobílias: o candelabro, à esquerda de quem entrava; a mesa dos pães da proposição, à direita; e, no limiar, entre o Lugar Santo e o Santíssimo, bem em frente ao véu que os separava, estava o altar do incenso (Êx 26.35). É bom considerarmos que, embora o altar de incenso estivesse no Lugar Santo, era considerado parte da mobília do Santo dos Santos juntamente com a arca da aliança (Hb 9.1-10).

2. O altar do incenso. Feito de madeira de acácia, o altar de incenso era revestido de ouro, sendo estas as suas medidas: um côvado de comprimento, um de largura e dois de altura (Êx 30.1-10; 37.25-28). Os seus ornatos compunham-se de quatro chifres, bordas, quatro argolas e dois varais; tudo revestido de fino ouro.

3. A composição do incenso. O incenso destinado ao altar de ouro não podia ser usado indistintamente; era de uso exclusivo do Senhor (Êx 30.38). Esta era a sua composição: estoraque, ônica e gálbano (Êx 30.34-36). A receita do perfume não constituía nenhum segredo. Todavia, se alguém o reproduzisse para uso profano, seria punido severamente.

4. A cerimônia. O incenso só podia ser queimado com as brasas do altar de bronze (Lv 16.12). Isso significa que a base da adoração cristã é a redenção no sangue de Jesus Cristo. E, já de posse do fogo sagrado, o sacerdote aproximava-se do altar de ouro para queimar o incenso no altar de ouro. E, dessa forma, a nuvem do incenso cobria o propiciatório, mostrando à Casa de Israel o favor divino (Lv 16.13).

IV. A ORAÇÃO DOS SANTOS, SUAVE E PRECIOSO INCENSO

A oração dos santos, qual incenso precioso, é inimitável em seus efeitos. Ninguém, a não ser que conte com a ajuda do Espírito Santo, pode elevá-la ao trono divino.

1. A receita para uma oração perfeita. O Senhor Jesus, no Sermão da Montanha, entregou a seus discípulos os ingredientes de uma oração perfeita (Mt 6.9-13). Ele exorta-nos também a não imitarmos os gentios e hipócritas que, presumidos e soberbos, imaginam que, pelo seu muito falar, serão ouvidos (Mt 6.7).

Fechemo-nos em nosso quarto e, ali, qual santo dos santos, falemos com o Pai Celeste (Mt 6.5,6). Dessa maneira, poderemos entrar com ousadia e confiança no trono da graça (Hb 4.16). Pode haver incenso mais excelente do que a oração dos santos? Todas as nossas súplicas chegarão aos céus por intermédio do Espírito Santo, que intercede por nós com gemidos inexprimíveis (Rm 8.26).

2. A oração como sacrifício ao Senhor. O salmista, conhecendo perfeitamente a simbologia do incenso sagrado, assim orou ao Senhor: “Suba a minha oração perante a tua face *como* incenso, e seja o levantar das minhas mãos *como* o sacrifício da tarde” (Sl 141.2). Quando nos dedicamos integralmente ao Senhor, toda a nossa vida torna-se uma oferenda a Deus (Ef 5.2; Fp 2.17; 2 Tm 4.6).

3. A oração dos santos na Grande Tribulação. No período da Grande Tribulação, logo após o arrebatamento da Igreja, haverá um número incontável de mártires provindos de todos os povos e nações (Ap 9.9-17). Apesar da perseguição que lhes moverá o Anticristo, eles atuarão como fiéis testemunhas de Jesus Cristo. As orações desses santos serão recebidas, em cima nos céus, como incenso de grande valor (Ap 5.8; 8.3). Ninguém pode deter o poder de um santo que, no oculto de seu quarto, roga a intervenção

do Santo dos santos (Tg 5.16). Irmãos, orai sem cessar (1 Ts 5.17).

CONCLUSÃO

Como está a nossa vida de oração? Se já não arrumamos tempo para orar antes de iniciarmos a jornada diária, é hora de repensar nossas prioridades. Antes de tudo, reconsidere sua agenda. Nada pode estar acima das prioridades do Reino de Deus.

Oração, leitura da Palavra e reflexão piedosa.

Pode haver melhor composição para o incenso que, do altar de nossa alma, evolue ao trono da graça?

Senhor, ajuda-nos.

14 ENTRE A PÁSCOA E O PENTECOSTES

INTRODUÇÃO

Neste último capítulo, trataremos de um assunto bastante caro a nós, pentecostais. Refiro-me ao avivamento espiritual que, em nossa história, sempre teve início com um retorno incondicional à Bíblia Sagrada, à oração e a uma vida de santidade e pureza. A volta ao Calvário e ao Cenáculo resulta, invariavelmente, em batismos com o Espírito Santo, manifestação de dons espirituais, curas divinas, sinais e maravilhas. Não nos esqueçamos da operação do Espírito no interior de cada um que professa o nome de Cristo: convicção de pecado, arrependimento, volta ao primeiro amor e voluntariedade no serviço cristão.

Se almejamos, de fato, um poderoso reavivamento, seremos constrangidos a trilhar um caminho que, tendo início na Páscoa, vai até ao Pentecostes. Antes, porém, teremos de definir o avivamento de acordo com a ótica pentecostal. Logo após, alinharemos os fatores imprescindíveis para um reavivamento duradouro e bíblico. Que Deus nos ajude a viver a plenitude de seu Espírito; menos que isto é inaceitável.

I. PRINCÍPIOS DE UM AUTÊNTICO AVIVAMENTO

Se você me perguntar qual o maior avivamento da história da Igreja Cristã, responder-lhe-ei que é o pentecostal. Não quero, com a minha resposta, desmerecer a reforma de Lutero, na Alemanha, ou a iniciativa de John Wesley, na Inglaterra.

Todavia, quando comparo ambos os movimentos ao pentecostal, vejo-me obrigado a reconhecer que este é maior e mais abrangente do que aqueles. Mas reconheço, igualmente, que sem o labor de Lutero e Wesley, nossos pais-fundadores, Daniel Berg e Gunnar Vingren, nada poderiam ter feito. No Reino de Deus, há uma santa e desejável interdependência. Todos dependemos de todos. Em meio a essas considerações, procuremos uma definição de avivamento.

1. O que é o avivamento. Quando nos propomos a definir o avivamento de acordo com a história e a tradição da Igreja Cristã, deparamo-nos, logo de início, com um incômodo problema de nomenclatura e semântica. Afinal, a palavra certa é “avivamento” ou “reavivamento”? Costumamos usá-las invariavelmente; temo-las por sinônimos. Todavia, há uma diferença substancial entre ambas.

Avivamento diz respeito a um organismo que, embora não esteja morto, ainda precisa experimentar a vida em sua plenitude. Foi o caso dos discípulos de Cristo. Antes do Pentecostes, não estavam mortos; tinham já o Espírito Santo a dirigir-lhes, inclusive, a escolha do sucessor de Judas Iscariotes. O próprio Jesus já havia assoprado, neles, a promessa do Consolador: “Recebei o Espírito Santo” (Jo 20.22).

Conquanto já vivessem eles como apóstolos e discípulos de Jesus, não haviam sido avivados, pelo Espírito Santo, como Igreja de Cristo. Isso só haveria de acontecer no Dia de Pentecostes, em Jerusalém, conforme o relato de Lucas, no capítulo dois de Atos.

O reavivamento, por seu turno, concerne à igreja que, em consequência de seus pecados e iniquidades, morreu organicamente e, agora, já começa a falecer como organização. Haja vista o ocorrido com a congregação de Sardes, a qual o Senhor Jesus endereça uma carta sobrecarregada de urgências: “Conheço as tuas obras, que tens nome de que vives e estás morto. Sê vigilante e consolida o resto que estava para morrer, porque não tenho

achado íntegras as tuas obras na presença do meu Deus” (Ap 3.1,2, ARA).

Essa igreja, sim, necessitava urgentemente de um reavivamento espiritual, porque sobrevivia apenas no âmbito material. O que a tornava visível era a sua burocracia, membresia e clero.

Na morte de uma igreja, desaparece o ministério e surge o clero; os membros do corpo de Cristo fazem-se logo membresia e clientela; o que era obrigação espiritual desponha, agora, como burocracia pesada e custosa; o que era esperança cristã transforma-se numa mera agenda social e política. Uma igreja, nessas condições, precisa, sim, de um urgente reavivamento.

Portanto, o avivamento coube à Igreja Cristã que, no dia de Pentecostes, passou a viver na força e no poder do Espírito Santo. Ela foi avivada e não reavivada, pois não estava morta; apenas não havia nascido. Quanto ao reavivamento, cabe a igrejas e congregações como a de Sardes que, apesar de já terem experimentado a vida em Cristo, deixaram-se morrer espiritual e ministerialmente. Tais rebanhos carecem de um reavivamento poderoso, para que voltem à vida. Caso contrário, morrerão; logo estarão a cheirar mal.

Embora haja diferenças entre os termos “avivamento” e “reavivamento” podemos, teologicamente, usar um pelo outro, a fim de descrever o movimento do Espírito Santo numa igreja local, objetivando levá-la a experimentar novamente a vida que somente Jesus Cristo pode nos dar.

Portanto, o avivamento ou reavivamento, é a operação sobrenatural do Espírito Santo, na Igreja de Cristo, cujo principal objetivo é reconduzi-la à sua condição primordial de corpo espiritual do Filho de Deus. Essa ação do Espírito Santo só é possível por intermédio destes fatores: retorno à Palavra de Deus, à oração, à santidade, à comunhão e ao serviço cristão.

2. O retorno à Palavra de Deus. Certa tarde, quando me encontrava internado num hospital do Rio de Janeiro, recebi a visita de um enfermeiro que, fugindo à rotina, me narrou suas dificuldades num seminário já bem tradicional e histórico. Em sua primeira aula, disse-me ele, foi seriamente

advertido por um professor: “Aqui, neste seminário, não perderemos tempo com a leitura da Bíblia nem com oração; aqui só há lugar para uma coisa: o estudo da teologia”. Até agora não entendi como é possível estudar teologia evangélica sem as Sagradas Escrituras.

De um seminário como esse, não se deve esperar avivamento nem reavivamento. Infelizmente, o que antes era casa de profeta, agora é albergue de hereges, ativistas sociais e seguidores de Balaão. Aproveitando o ensejo, recomendo aos pastores que mantenham seus institutos bíblicos e faculdades teológicas sob a tutela do santo ministério. Isso porque, a teologia, para ser boa e inútil, tem de ser produzida no âmbito da Igreja Cristã, conforme lemos nos primeiros versículos de Atos capítulo 13. Se assim agirmos, o avivamento não será apenas desejável, como também possível e contínuo.

Se não voltarmos urgentemente à Palavra de Deus não haverá qualquer esperança para o Movimento Pentecostal no Brasil. Sem o percebermos, fomos substituindo a pregação e o ensino da Palavra de Deus por extravagâncias: coreografia, teatro, cinema, shows, misticismos e outras tralhas e modismos. Enquanto isso, aos sermões, às doutrinas, aos estudos bíblicos e às abençoadas escolas de obreiros reservamos um tempo sem tempo; os cantinhos das agendas.

É ora de alguém, como Hilquias, aparecer em nossos arraiais com esta notícia: “Achei o Livro da Lei na Casa do SENHOR” (2 Cr 34.15). O que me espanta, nessa história, é o fato de a Palavra do Senhor ter-se perdido justamente na Casa do Senhor. Se no palácio real, seria compreensível; os documentos eram muitos. E se na intendência, seria não somente compreensível, mas também desculpável; a burocracia faz perder qualquer coisa. Mas, na Casa do Senhor, onde a Palavra do Senhor deve ocupar sempre o primeiro lugar, não podemos nem compreender nem desculpar. Que a Bíblia Sagrada esteja sempre em primeiro lugar tanto no templo como no santuário de nossos corações. Nela, o avivamento é possível.

3. O retorno à oração. Não posso esquecer-me dos abençoados cultos de oração na Assembleia de Deus em São Bernardo do Campo, SP. Ali, todas às quartas-feiras, reuníamos-nos a buscar ao Senhor. Das 19h30 às 21 horas, permanecíamos ajoelhados a clamar pelos mais difíceis e complicados motivos; a resposta era certa. O interessante é que, passados mais de 40 anos, aquela querida igreja continua avivada; não perdeu a flama do Cenáculo; sua identidade pentecostal acha-se inalterada.

Nada substitui a oração.

Hoje, porém, buscamos substituí-la por fórmulas mágicas e alienígenas. Supomos que o nosso *déficit* de oração pode ter como sucedâneo uma palestra motivacional, uma seção de psicanálise, uma semana no *spa*, uma mês na Europa ou uma vida toda a justificar nossos fracassos e quedas espirituais.

O que dizer daqueles que substituíram o Espírito Santo por um guru ou por uma pitonisa?

Busquemos ao Senhor enquanto é tempo. Se não voltarmos à oração e ao jejum não sobreviveremos aos dias ruins, trabalhosos e sobrecarregados que se escondem nas agendas e calendários eclesiásticos. Voltemo-nos sem tardança à resposta do Senhor a Salomão na inauguração do Santo Templo:

Se eu cerrar os céus de modo que não haja chuva, ou se ordenar aos gafanhotos que consumam a terra, ou se enviar a peste entre o meu povo; se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e me buscar, e se converter dos seus maus caminhos, então, eu ouvirei dos céus, perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra. (2 Cr 7.13, 14, ARA)

Que os céus, sob muitas igrejas, já foram cerrados, não há dúvida; ei-las secas e estéreis. Que os gafanhotos já consomem vinhas e oliveiras, dantes tão produtivas, ninguém pode esconder; é algo visível e de partir o coração. E que

a peste do pecado e da iniquidade espalha-se entre os santos é um fato mais que testemunhal; nunca se viu tanto joio em meio ao trigo.

Se a situação é tão calamitosa, o que fazer? A resposta vem do próprio Senhor: humilhação, oração e conversão. É urgente buscar a face de Deus.

4. O retorno à santidade. Às vezes, orgulhamo-nos de ser a maior igreja evangélica da América Latina. De acordo com alguns censos, já superamos a casa dos 10 milhões de membros. E, de conformidade com outros, temos em torno de vinte milhões de fiéis do Amapá ao Rio Grande do Sul. Uma nação dentro da nação. Uma cifra que supera a demografia de muitos países do mundo. Mas, aqui, não devo discutir números ou censos; isso não seria nada sensato. O que busco discutir, nessas linhas que me restam, é a qualidade de toda essa quantidade.

Será que temos sido realmente santos como requer a Palavra de Deus? O Deus da Palavra ainda está a exigir de cada um de seus filhos: “Santos sereis, porque eu, o SENHOR, vosso Deus, sou santo.” (Lv 19.22). Perante essa reivindicação divina, não nos resta alternativa a não ser buscar a santidade e viver em santificação diante de Deus e dos homens. Sejam santos na Igreja de Cristo e no mundo que tem por príncipe ao Diabo; no lar, entre o cônjuge e os filhos, e nas ruas e logradouros entre desconhecidos que anseiam por conhecer o Evangelho.

Querido pastor, não permita que seus jovens precipitem-se no inferno. Doutrine-os, na Palavra de Deus, a fugir da prostituição. Deixe-lhes bem claro que o sexo, antes e fora do casamento, é pecado. Quanto a você, dê-lhes um exemplo de gravidade e pureza; fuja aos encontros equívocos com outras mulheres. Ensine às esposas e aos maridos a beleza da fidelidade; desestimule separações e divórcios. Realce o valor do culto doméstico e da Escola Dominical.

Exorte o rebanho a vestir-se com decência, recato e ordem. Por que roupas sensuais? Por que vestes que espelham a ideologia de gênero? Que os homens

vistam-se como homens, e que as mulheres trajem-se como mulheres. Por que tatuagens e marcas a desmerecer o nosso corpo? Somos o templo do Espírito Santo?

Devido a demandas financeiras, alguns pastores e dirigentes de congregações se quer ousam exortar um dizimista adúltero ou uma ofertante corrupta. Já imaginou apresentar o próximo relatório sem o dízimo daquele homem e sem a oferta desta mulher? Sob essa pressão, alguns aceitam até oferendas de sodomitas e meretrizes.

Querido obreiro, não se enverede por esse caminho. Quem nos faz prosperar é o Senhor; fujamos aos produtos de roubos e furtos. Nada de dinheiro lavado na casa do tesouro; perante Deus estará sempre sujo. Antes, recolha com amor e carinho a contribuição da viúva pobre. Se você agir dessa forma, tanto ela quanto você serão abençoados.

Na luta pela santidade, ressoa-nos a exortação do autor da Epístola aos Hebreus: “Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor” (Hb 12.14).

5. O valor da comunhão cristã. Ao encerrar a segunda carta aos irmãos de Corinto, uma igreja que tinha sérias dificuldades quanto à comunhão cristã, o apóstolo deixa-lhes esta doce e maravilhosa bênção: “A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vós” (2 Co 13.13, ARA).

A comunhão que, na Terra, nos mantém unidos ao Céu, é mantida pelo Espírito Santo. Horizontalmente, faz com que todos os santos sintam-se e comportem-se como irmãos; verticalmente, leva todos os santos, agora irmãos amados, a regozijarem-se e a conduzirem-se como filhos do Pai Celeste.

Se às ovelhas é recomendado viver a comunhão cristã em sua plenitude, o que esperar dos pastores? Deveríamos nós, obreiros de Cristo, ser modelares quanto à paz, à concórdia e à cooperação; menos do que isso é inaceitável.

Mas, às vezes, comportamo-nos como os pastores de Abraão e de Ló. Enquanto as ovelhas compartilhavam os pastos que já não tinham, os pastores não conseguiam enxergar a amplidão que os espreitava quer à direita, quer à esquerda.

Por que brigar por um posto no ministério? Se é Jesus Cristo quem dá obreiros à Igreja, tenhamos paciência; no momento certo, seremos dados pelo Sumo Pastor ao rebanho certo. Por que alterar-se pela presidência de um ministério ou de uma convenção? Comporte-se como homem de Deus. O primeiro lugar nem sempre é conveniente. Às vezes, é a ruína de nossa alma. Portanto, não se agaste. Se entregue à Obra de Deus, mas não deixe de prostrar-se ao Deus da obra. Lembremo-nos de que seguir a paz com todos é um dos requisitos para se entrar no Céu. Eu quero ver o Senhor.

6. O serviço cristão. O verdadeiro avivamento espiritual implica também na retomada do serviço cristão. Assim se deu com os pais-fundadores do Movimento Pentecostal. Tão logo foram batizados no Espírito Santo saíram a evangelizar e a fazer missões. Aliás, não há como desassociar o pentecostalismo da obra missionária; acham-se intimamente unidos.

Portanto, nós, que já passamos pelo Calvário, não deixemos de entrar no Cenáculo. Avivando-nos, o Senhor quer levar-nos aos confins da Terra. Confiemos no seu querer. Sim, Jesus, que rogou ao Pai que nos enviasse o Consolador, é a nossa Páscoa.

II. PENTECOSTES, A FESTA DAS PRIMÍCIAS

Se o Senhor Jesus Cristo não tivesse sido imolado como o nosso Cordeiro Pascal, aquele dia de Pentecostes, em Jerusalém, não teria qualquer sentido. Todavia, a Páscoa de Cristo tornou real o Pentecostes do Espírito.

1. Cristo, o Cordeiro Pascal. O Senhor Jesus foi crucificado durante a Páscoa (Mt 26.2). Mas, ao terceiro dia, eis que Ele ressurgiu de entre os

mortos, recebendo toda a autoridade nos céus e na terra (Mt 28.1-8). Jesus foi feito as primícias dos que dormem, por ser Ele mesmo a ressurreição e a vida (Jo 11.25; 1 Co 15.20-23). Em seguida, fez menção da grande colheita que haveria por intermédio da descida do Espírito Santo (Jo 1.8). Que os discípulos, pois, esperassem a chegada do Consolador (Lc 24.4).

O batismo com o Espírito Santo é o requisito inicial e básico para a consagração de um obreiro ao ministério da Palavra. Por que fazer atalhos para que este ou aquele seja guindado ao ofício sagrado? Vejamos se os candidatos foram ou não chamados por Deus. Foram agraciados com algum dom ministerial? O princípio de Atos 13 ainda continua a vigorar. Apenas Jesus Cristo, o Sumo Pastor, pode dar os homens certos à Igreja. Quanto a nós, sigamos os preceitos de Efésios 4.11-14. Não imponhamos as mãos precipitadamente sobre quem quer que seja, a fim de não separarmos um diabo que, mais adiante, nos destruirá o reganho do Senhor. A responsabilidade será nossa. Prove cada um de seus candidatos antes de sua aprovação final.

2. O Pentecostes do Espírito Santo. Passados cinquenta dias, desde a morte de Cristo, ocorrida na Páscoa, eis que os discípulos recebem o Consolador em pleno dia de Pentecostes (At 2.1-4). Cheios do Espírito Santo, falaram noutras línguas, enunciando, aos peregrinos que visitavam Jerusalém, as grandezas de Deus (At 2.7-11).

3. As primícias da Igreja Cristã. Nesse momento, levanta-se Pedro com os demais apóstolos, e proclama o Evangelho de Cristo. E, como resultado de sua mensagem, quase três mil pessoas converteram-se (At 2.41). As primícias da Igreja Primitiva são apresentadas a Deus Pai.

CONCLUSÃO

Afirmou o evangelista norte-americano Stanley Jones (1884-1973): “A vida do

cristão começa no Calvário, mas o trabalho eficiente no Pentecostes”.

Sem a Páscoa não pode haver Pentecostes. O que isso significa? Duas são as experiências indispensáveis ao discípulo de Jesus. Além da salvação, o batismo com o Espírito Santo. Então, revestidos de poder, apresentaremos ao Senhor as primícias de nosso amor e serviços: preciosas almas.

Por intermédio do Evangelho Completo, podemos reviver a experiência da Igreja Primitiva, que apregoava ousada e livremente que Jesus Cristo salva, batiza com o Espírito Santo, cura as enfermidades, opera sinais e maravilhas e, em breve, virá buscar-nos. Aviva, Senhor a tua obra.

Irmãos, orai por mim.

RECOMENDAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

Para você, querido leitor, aprofundar seus conhecimentos sobre o livro de Levítico, recomendo estas obras de nossa querida Casa Publicadora das Assembleias de Deus. Que o Senhor os ajude em suas pesquisas e estudos.

BÍBLIA DE ESTUDO PENTECOSTAL – Editor-geral Donald C. Stamps, 1 ed. 1996, Edições CPAD.

BÍBLIA EXPLICADA – S. E. McNair, 12 ed. 1997, Edições CPAD.

COMENTÁRIO BÍBLICO BEACON – A. F. Harper, 1 ed. 2005, Edições CPAD.

COMENTÁRIO BÍBLICO MATTHEW HENRY – 1 ed. 2010, Edições CPAD.

DICIONÁRIO BÍBLICO – Charles Pfeifer, 1 ed. 2006, Edições CPAD.

FACES DO ANTIGO TESTAMENTO – editores David W. Baker e Bill T. Arnold, 1 ed. 2018, Edições CPAD.

GUIA CRISTÃO DE LEITURA – 1 Ed. 2013, Edições CPAD.

MANUAL DA BÍBLIA DE APLICAÇÃO PESSOAL – 1 Ed. 2013, Edições CPAD.

MANUAL DO PENTATEUCO – Victor P. Hamilton, 1 ed. 2006, Edições CPAD.

O TABERNÁCULO E A IGREJA – Abraão de Almeida, 15 ed. 2004, Edições

CPAD.

PEQUENA ENCICLOPÉDIA BÍBLICA – Orlando Boyer, 30 ed. 2012, Edições CPAD.

SÍNTESE BÍBLICA DO ANTIGO TESTAMENTO – Carlo Johansson e Ivan Hellstron, 4 ed. 1986, Edições CPAD.

TABERNÁCULO NO DESERTO – Alvin Sprecher, 1 Ed. 2002, Edições CPAD.

TEOLOGIA BÍBLICA DA ORAÇÃO – Robert L. Brandt e Zenas J. Bicket, 6 ed. 2013, Edições CPAD.

TEOLOGIA DO ANTIGO TESTAMENTO – Roy B. Zuck, 1 ed. 2009.



SÉRIE
*Comentário
Bíblico*

Judas

Batalhando pela
genuína fé cristã

CLAUDIONOR DE ANDRADE

Comentário Bíblico Judas

de Andrade, Claudionor

9788526315761

184 páginas

[Compre agora e leia](#)

A fim de combater heresias e preservar a santíssima fé, Judas, irmão de Thiago, escreve uma enérgica e combativa epístola que discorre sobre as doutrinas mais importantes da religião cristã e exorta-nos a sair em defesa da fé que, de uma vez por todas, fora confiada aos santos. Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



Valores Cristãos

*Enfrentando
as questões
morais de
nosso tempo*

Douglas Baptista

Valores Cristãos

Baptista, Douglas

9788526315754

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Neste novo século e milênio, os valores sólidos da moral e da ética judaico-cristã têm sido sistematicamente substituídos por um relativismo cultural cuja consequência é o esfacelamento das relações humanas. Venha nesta jornada com o pastor Douglas Baptista estudar e defender os valores cristãos nas questões dos Direitos Humanos, Aborto, Pena de Morte, Suicídio, Doação de Órgãos, sexualidade, finanças, etc., e juntos, enfrentar as questões morais de nosso tempo. Um Produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



O Sermão do Monte

A Justiça sob a Ótica de Jesus

César Moisés Carvalho

O Sermão do Monte

Carvalho, César Moisés

9788526314436

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

Estudar o Sermão do Monte é um desafio pois a familiaridade com o material e a aparente facilidade dos seus enunciados esconde o fato de que se trata de um texto de difícil interpretação e, ainda pior, aplicabilidade. Nesta obra, os capítulos foram organizados obedecendo a estrutura da revista Lições Bíblicas Jovens, porém desenvolvidos em forma de comentário bíblico valorizando, sobretudo, o aspecto teológico do mais popular e célebre dos sermões proferidos pelo Mestre. Um Produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)



o Caráter do Cristão

Moldado pela Palavra de Deus e provado como ouro

Elinaldo Renovato de Lima

O Caráter do Cristão

de Lima, Elinaldo Renovato

9788526314429

160 páginas

[Compre agora e leia](#)

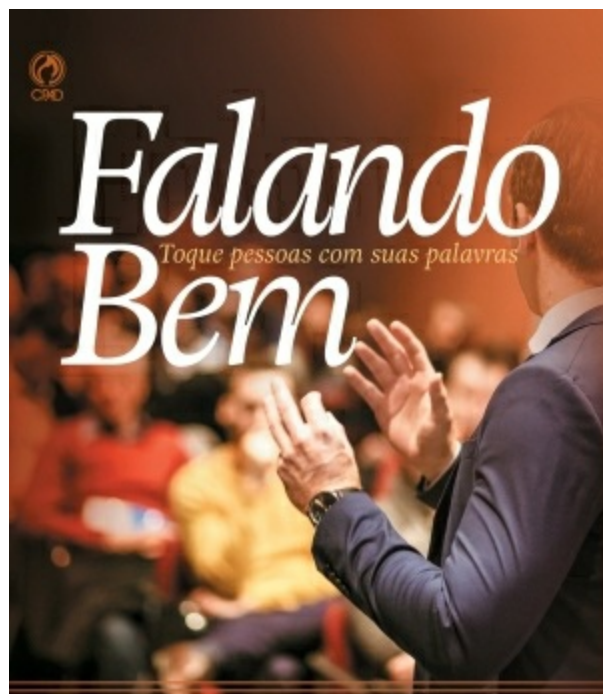
O pastor Elinaldo Renovato prepara um estudo completo de personagens bíblicos que nos ajudarão a entender o verdadeiro caráter Cristão. Começando com Abel, passando por Isaque, Jacó, Rute e Maria, e terminando com nosso maior referencial, Jesus, este livro é um alerta à igreja com relação aos maus exemplos deste mundo e um chamamento a termos a Bíblia como maior parâmetro de caráter.

[Compre agora e leia](#)



Falando Bem

Toque pessoas com suas palavras



Charles R.
Swindoll

O mesmo autor de *Vivendo Salmos* e *Vivendo Provérbios*

Falando Bem

Swindoll, Charles R.

9788526315679

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Saber comunicar-se bem é uma importante qualidade na vida de qualquer pessoa, mas para os que pregam a palavra de Deus, esta habilidade é um dos principais "instrumentos de trabalho". Em "Falando Bem" o autor Best-Seller e mestre em comunicação, Charles R. Swindoll, conta os muitos segredos práticos sobre como discursar e pregar de maneira eficaz. Repleto de técnicas, histórias pessoais e modelos que explicam claramente as fórmulas de uma fala bem-sucedida, esta obra ensina os principais fundamentos de comunicação, tais como preparar um discurso, organizar pensamentos, filtrar o supérfluo, capturar a atenção do ouvinte e saber como e quando parar. Esta obra é o resultado de uma vida inteira de conhecimentos adaptados às necessidades de comunicação para os que querem aperfeiçoar ou aprender a se comunicar com qualidade. Um produto CPAD.

[Compre agora e leia](#)